

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Departamento de Geografia

GUSTAVO DE ALMEIDA BORGES BARCELOS

EMBRIÕES DA TRANSFORMAÇÃO? A DINÂMICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA

2013

GUSTAVO DE ALMEIDA BORGES BARCELOS

**EMBRIÕES DA TRANSFORMAÇÃO? A DINÂMICA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Dra Nelba Azevedo Penna

Brasília
2013

GUSTAVO DE ALMEIDA BORGES BARCELOS

**EMBRIÕES DA TRANSFORMAÇÃO? A DINÂMICA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Dra. Nelba Azevedo Penna (Orientadora)- UnB

Dr Fernando Luís Araújo Sobrinho- UnB

Dra. Lúcia Cony Faria Cidade

Brasília, Dezembro de 2013

A minha família,
pelo apoio e dedicação

Aos oprimidos,
que ousam lutar

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que contribuíram, ainda que de forma indireta, para a produção deste trabalho, fica aqui o meu muito obrigado. Agradeço em especial:

À Professora Nelba Azevedo, pela orientação, dicas e críticas feitas sempre com humildade e prezando pela autonomia de escolhas. Agradeço ainda a sua contribuição no processo de aprendizagem, na instigação à busca de conhecimento e ao afeto à Ciência Geográfica adquirido no 2º semestre do curso.

Aos amigos, em especial, à Luana, colega de curso e amiga de vida, pelo apoio em momentos de dificuldade e pelas críticas e sugestões no trabalho. À Pâmela, amiga de longa data e comunicóloga, que dedicou seu tempo no apoio à transcrição das entrevistas.

Aos companheiros e companheiras de militância, que através de discussões, críticas e autocríticas, sem dúvida, corroboraram com meu amadurecimento teórico-político, grato à Rede Estudantil Classista e Combativa.

Ao Seu Joaquim Nóbrega, poeta, cordelista, ceilandense e integrante dos Incansáveis, pela entrevista e conversa alegre.

Ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e seus militantes, pelo companheirismo, disponibilidade e entrevistas.

“Nas ruas o desejo transborda, gritando a impossibilidade de manter a impossibilidade do real, grafitando de vida as paredes cinza da ordem moribunda. Devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com elas.” (IASI, 2013)

*“Caminhando pela noite de nossa cidade
Acendendo a esperança e apagando a escuridão
Vamos, caminhando pelas ruas de nossa cidade
Viver derramando a juventude pelos corações
Tenha fé no nosso povo que ele resiste
Tenha fé no nosso povo que ele insiste”(NASCIMENTO, 1978).*

*“Joaquim é na Ceilândia
O incansável porque há
Anos que aqui cheguei
Quero dizer prá você
Um povo forte e valente
Isto tudo minha gente
Muito mais nós vamos fazer”
(NÓBREGA, 2008)*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender as possibilidades e limites de um movimento social urbano perpassar o horizonte de contestação pontual (moradia) e modificar ou transformar as relações sócio-espaciais de produção e, conseqüentemente, mudar os processos e formas do/no urbano capitalista. Neste entendimento, é feito um estudo dos movimentos sociais urbanos a partir da teorização do espaço como produto, meio e condição para a reprodução da sociedade. Por isso os movimentos urbanos são analisados tendo como ponto de partida e de chegada a teorização sobre dialética sócio-espacial e práxis político-espacial. Neste sentido, analisa-se a prática dos movimentos em conjunto com a discussão das diferenças de contexto sócio-espacial e dos processos no espaço urbano de décadas passadas para a temporalidade atual. São elencados como estudo de caso dois movimentos sociais urbanos do Distrito Federal: os Incansáveis Moradores de Ceilândia, da década de 1970/1980, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), de fins da primeira década do século XXI. Os movimentos são estudados a partir de levantamento de fontes bibliográficas e através de análise de conteúdo a partir de entrevistas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – A DIALÉTICA SÓCIO-ESPACIAL E A PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL.....	12
1.1- UMA APROXIMAÇÃO: CONTINUIDADES E RUPTURAS NO MÉTODO DIALÉTICO.....	12
1.1.1 – A dialética sócio-espacial.....	15
1.1.2 – A relação entre o local e o global: a noção de totalidade e os eventos.....	17
1.2- A PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL.....	20
1.2.1 – A práxis política: o paradigma marxista.....	21
1.2.2- Henri Lefebvre: o retorno da práxis.....	24
CAPÍTULO II – A PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL.....	28
2.1- MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL: CONCEITOS(S) & PARADIGMA(S) TEÓRICO-METODOLÓGICO(S).....	28
2.1.1 – Contexto espaço-temporal e paradigma predominante.....	30
2.1.2- “Velhos” e “Novos” Movimentos Sociais.....	31
2.1.3- O conservadorismo de matriz colonial-coronelista.....	32
2.2- MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL: PERIODIZAÇÃO DE SUA(S) PRÁXIS.....	33
2.2.1 – A autonomia na década de 1970.....	34
2.2.2 – As lutas pela redemocratização na década de 1980.....	36
2.2.3- O refluxo e a despolitização na década de 1990.....	38
2.2.4 - A nova questão urbana e a(s) alternativa(s) de (re)politização nos anos 2000.....	41
CAPÍTULO III- A PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO DISTRITO FEDERAL: OS INCANSÁVEIS DE CEILÂNDIA E OS SEM TETO.....	44
3.1- OS INCANSÁVEIS DE CEILÂNDIA & OS SEM TETO.....	44
3.1.1- Uma breve apresentação: espaço, tempo e luta dos Incansáveis.....	44
3.1.2- Uma breve apresentação: espaço, tempo e	

luta dos Sem Teto.....	49
3.2- PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL: TRECHOS SELECIONADOS DE DEPOIMENTOS.....	55
3.2.1- Os Incansáveis Moradores de Ceilândia.....	55
3.2.2- O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.....	58
3.3- UMA COMPARAÇÃO: É POSSÍVEL?.....	62
CONCLUSAO.....	68
BIBLIOGRAFIA.....	70
APÊNDICE.....	73
ANEXOS.....	89

INTRODUÇÃO

Ao longo de vários anos as ciências sociais e humanas analisaram os movimentos sociais urbanos no que tange a sua estrutura, projeto político, construção de consciência, relações com agentes externos e as mudanças promovidas no espaço urbano. De modo geral, essas análises suprimiram ou não deram a devida importância a espacialidade dos movimentos sociais urbanos. Na Geografia, a discussão em torno de seu objeto, o espaço, levou a construção do entendimento do espaço como produto social. Apesar disso, os movimentos sociais urbanos ainda são estudados com um foco mais historicista e político, onde suas práticas são compreendidas tendo o espaço apenas como palco.

O espaço não deve ser compreendido tão somente como contingencial, ou seja, como palco onde agentes sociais (re) produzem a sociedade ou como mero reflexo social. Em contramão a essa perspectiva, pensa-se o espaço como produto social, como meio e condição para a reprodução da sociedade. Por conseguinte, o espaço urbano sintetiza as contradições da sociedade capitalista, dentre elas, entre o capital e o trabalho, entre a produção social da riqueza e a apropriação individual, e entre a cidade e o campo. Por isso, ele é marcado pela fragmentação e conflito, como resultado das contradições, ao mesmo tempo em que também reproduz as contradições.

Um dos principais processos atuantes no espaço urbano contemporâneo, a segregação sócio-espacial, é resultado da (re)produção das relações sócio-espaciais capitalistas. Vários estudos já foram realizados sobre a complexidade deste processo e de suas formas resultantes. Ainda é preciso investigar se seria possível e onde estariam as possibilidades de superação deste processo. Entende-se que o conflito no espaço urbano capitalista é resultado do antagonismo de interesses de classe dos agentes espaciais. De um lado estão os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e o Estado, de outro, a classe trabalhadora.

Nesse ínterim, os movimentos sociais urbanos, *como eventos materializando possibilidades*, articulam a classe trabalhadora e suas frações mais pauperizadas e podem ser os “agentes” de contestação dos processos e da estrutura da sociedade capitalista. Destarte, problematiza-se a dinâmica dos

movimentos sociais urbanos, de luta pela moradia, na produção do espaço do Distrito Federal. Assim, busca-se compreender as possibilidades e limites de um movimento social urbano perpassar o horizonte de contestação pontual (moradia) e modificar ou transformar as relações sócio-espaciais de produção e, conseqüentemente, mudar os processos e formas do/no urbano capitalista.

Sendo a classe trabalhadora e os grupos sociais excluídos produtores e consumidores do espaço urbano, mas subjulgados, a possibilidade de mudança social e de superação da segregação sócio-espacial existe quando os sujeitos estão organizados enquanto movimento social. Por isso, analisa-se a prática dos movimentos, são discutidas as diferenças de contexto sócio-espacial e dos processos no espaço urbano de décadas passadas para a temporalidade atual, em escala nacional e local, para que se possa compreender as particularidades do local e a relação entre o espaço produzido e a atuação do movimento. Isto revela a necessidade de periodizar a práxis do movimentos urbanos no Brasil no período de 1970 a 2000.

Apesar disso, os limites são impostos através da repressão e/ou cooptação pelo Estado e pelo domínio do capital na produção do espaço. Portanto, as possibilidades de mudança estão intrinsecamente relacionadas com a práxis político-espacial dos movimentos. Esta categoria será teorizada e utilizada no método de análise comparativa entre os movimentos. Ela comporta um ângulo interno e um ângulo externo. No interno, investiga-se o projeto político (transformador ou institucionalizador), a organização interna (estrutura) e a consciência (ideologia, experiência e solidariedade). No externo, analisa-se a Conjuntura (contexto espaço-temporal), a autonomia (movimentos em relação com Estado, Partidos e igreja) e legado (vitórias e derrotas, formas do/no urbano).

Como estudo de caso serão analisados dois movimentos sociais urbanos do Distrito Federal: os Incansáveis Moradores de Ceilândia e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a partir da comparação de suas práxis. Tem-se como hipótese que o Movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, atuante no fim da década de 70 e início da década de 80, tinham um horizonte de contestação pontual, que se restringia a luta pela moradia e infraestrutura. Em contrapartida, nos anos 2000, o tensionamento das contradições sócio-espaciais leva a organização do MTST, em Brasília, com um horizonte amplo de contestação. Onde existe uma discussão de

consciência de classe, denúncia a especulação imobiliária e a segregação sócio-espacial e se reivindica uma reforma urbana.

Esta pesquisa tem caráter fundamentalmente qualitativo e perpassa pelo levantamento e análise de referencial bibliográfico, mas principalmente pela análise de conteúdo através de entrevistas. As entrevistas, com roteiro semiestruturado, apresentam as mesmas categorias e perguntas a serem feitas para ambos os movimentos pesquisados. Esses critérios objetivam contemplar um método que possibilite a comparação.

O trabalho é estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo se refere às bases teóricas, para evidenciar a relação entre a dinâmica do movimento e a produção do espaço tratar-se-á sobre a dialética sócio-espacial e a práxis político-espacial. No segundo capítulo, abordar-se-á, de modo genérico, mas fundamental para uma compreensão mais totalizante, o paradigma latino-americano dos movimentos sociais e os movimentos sociais e a luta pela moradia no Brasil nas décadas de 70, 80, 90 e 2000. O terceiro capítulo comporta a análise e comparação entre os Incansáveis de Ceilândia e o MTST, tendo em evidência as particularidades espaço-temporais e as suas práxis.

CAPÍTULO I – A DIALÉTICA SÓCIO-ESPACIAL E A PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL

Inicialmente se reproduziu na ciência geográfica uma concepção de espaço geográfico neutro e palco onde se materializam as relações e processos sociais. Essa visão perpassa vários paradigmas teórico-metodológicos, desde o positivismo até o marxismo. Este capítulo visa situar esta discussão para entender o espaço como produto social, condição e meio na construção histórica da sociedade. Logo, para não reproduzir esse conceito e apenas acrescentar o adjetivo “materialismo histórico e *geográfico*”, como afirma Soja (1993, p. 95) e na prática compreender a realidade de modo historicista será feito um caminho de entendimento de como se chegou a definição da dialética sócio-espacial. Além disso, retomando Marx e Lefebvre será destacada a categoria de práxis político espacial para se analisar a produção do espaço a partir da conflitualidade da sociedade capitalista e, por isso, a dinâmica dos Movimentos Sociais Urbanos no Distrito Federal.

Para que se possa compreender a análise do método dialético e suas consequências na produção de conhecimento geográfico é necessário percorrer um caminho investigativo, ainda que de modo muito sintético, do desenvolvimento do método dialético em suas rupturas e continuidades. Para isso, tem fundamental importância estudar esta lógica em relação aos aspectos da história da filosofia e teoria da ciência, principalmente, os referentes a Geografia. Apesar disso, a base para fundamentar teoricamente este trabalho se assenta, principalmente, nos autores “contemporâneos”, quer dizer, Hegel e Marx. E dotando este método de conteúdo espacial analisa-se Henri Lefebvre e Milton Santos.

1.1- UMA APROXIMAÇÃO: CONTINUIDADES E RUPTURAS NO MÉTODO DIALÉTICO

Começar por Marx impõe uma constatação: Marx desenvolve o Materialismo Histórico e Dialético a partir dos trabalhos de Hegel, onde a adoção ocorre por meio da negação do idealismo. Esse fato é reiterado por diversos autores.¹ Assim, cabe um entendimento da dialética em Hegel e as

¹Para isso ver:

rupturas e continuidades de seu pensamento em Marx. O evento da Revolução Francesa que sacodiu a Europa e marca a modernidade é um fato que influencia a produção de conhecimento, inclusive na Alemanha. O ideário/conceito de liberdade é transversal na ciência em diversos contextos espaciais. Na Alemanha, a filosofia hegeliana toma como ponto de partida e de chegada a aceção de sujeito pensante e livre no processo histórico e da realização desta liberdade por meio das ideias e da razão.

Hegel entendia que a superação da alienação e o alcance da liberdade plena só poderia existir através da adequação à razão, o que implica uma rejeição a realidade. Como aponta Lefebvre (1977, p. 53), “O idealismo tende a negar a realidade existente, rejeitando-a, e transforma-se então em uma ficção e ilusão.” O conceito de negação tem papel central na dialética de Hegel, como expressão do processo de não acomodação a ordem estabelecida. Desse modo, a realidade seria um processo e dentro dessa realidade todo o ser seria uma unidade de forças contraditórias. Essa unidade do ser estaria relacionada à epistemologia da consciência, não a uma ontologia do ser social, isso permite conceituar a sua dialética como idealista.

Nesse íterim, coube a Hegel interpretar que a síntese humana é fruto de sua mediação sempre renovada com a natureza e com ele mesmo. Ou seja, é dado um conteúdo histórico a categoria de mediação. Mas essa mediação entre realidade concreta e capacidade intelectual (racional) humana estaria em um processo incessante, mas nunca partiria da realidade e estaria na razão universal. Por meio deste argumento Hegel chega a tese de que a aparência do real não é racional. Como salienta Reinaldo Pontes:

“Hegel consegue fragilizar a concepção da mediação naturalizada (acidental), captando na sua essencialidade categorial o seu papel vertebral nos processos históricos. (...) o homem é resultado de sua auto-mediação com a natureza, que do ponto de vista ontológico foi profundamente correta. Todavia, Hegel não consegue manter a radicalidade revolucionária de tal descoberta para além do plano lógico, porque descamba para posições de ‘conciliação do espírito com o mundo’.” (PONTES, 1997, p. 77- 78)

Em síntese, a filosofia hegeliana considera todo ser como sujeito determinado numa processualidade contraditória de “vir a ser”. Apesar do salto

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao científico*. Global editora: São Paulo, 1984. Pág.54.

LENIN. *As três fontes e três partes constitutivas do marxismo*. Em: Obras escolhidas, tomo 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

ALTHUSSER, Louis. A dupla revolução teórica de Marx. Em: ALTHUSSER, L., BADIOU. *Materialismo histórico e Materialismo dialético*. Global: São Paulo, 1986.

e ganho qualitativo de imprimir a importância do processo e da contradição, em todo o momento há uma negação a essência dos fatos e dados, descartando-os. Além disso, a processualidade estaria no movimento da razão que permite aos sujeitos desenvolverem suas potencialidades, não na produção da vida material, mas no campo das ideias (MARCUSE, 2004). Com isso, destacam-se como categorias fundamentais na acepção da dialética hegeliana a mediação e a negação.

A máxima de que Marx teria “invertido Hegel” ou o “virado de ponta a cabeça” é levado a cabo dentro do marxismo². A constante referência a este momento e ato de inversão estabelece uma distinção entre Marx e Hegel, mas, em muitos casos, sem explicá-lo claramente. Cabe nesse instante demonstrar, grosso modo, as continuidades e rupturas do método dialético em Karl Marx.

As principais categorias presentes na dialética hegeliana são “emprestadas” por Marx. Entre elas, negação e mediação. Apesar disso, as categorias em Marx não são discutidas por meio e em função de uma “consciência epistemológica”. Pelo contrário, a discussão de mediação e negação é entendida como composição do ser social (ontologia). Na sua investigação sobre mediação, Marx dá a devida importância a Hegel por ter retirado a acidentalidade da mediação. Todavia, Marx vai além e entende que esta mediação como essência é o trabalho, pois é condição do ser social (homem objetivo). (PONTES, 1997, p. 78-80)

Para Marx a mediação pode ser uma categoria analítica da realidade, mas o principal é atentar que ela está na própria realidade (ontologia do ser social). Por isso, diferente de Hegel, Marx explica a consciência alienada e a construção de uma liberdade ou “emancipação humana” plena não a partir das ideias/ ideologias ou da razão universal. Ele busca a explicação na mediação do ser social no trabalho. Sendo assim, o “ser social determina a consciência” (MARX, 2007) e não o contrário. Nesse sentido, chega-se a conclusão de que o trabalho alienado é que levaria a construção de uma consciência também alienada. Por isso, a ruptura da alienação não estaria no *geist* (espírito), pelo contrário, se efetivaria a partir da matéria.

²LENIN, obra citada.
ALTHUSSER, obra citada.

A partir destes entendimentos, Marx procura investigar o mundo através do processo e da mediação partindo da aparência e reconhecendo os fatos em abstrato e a sua imediaticidade, mas negando-os. Ou seja, a ruptura com Hegel, nessa acepção, se refere à negação da aparência/ do singular para se chegar ao concreto. Isto é, relaciona-se contraditoriamente a aparência e a essência. Segundo Henri Lefebvre, “apenas existe (fatos) na sua unidade e apenas se concebe e compreende pela sua própria unidade.” (LEFEBVRE, 1997, p. 76). Essa máxima dentro do pensamento marxiano revela a superação do idealismo. No entanto, isso não significa que Marx fique preso a um materialismo “vulgar”, onde não se chega a essência da matéria. O materialismo de Marx analisa os fatos e fenômenos não em si mesmo, mas entende a matéria como produto de relações sociais em um tempo-espaço específico.

Por fim, Pontes (1997) discute em Marx a relação entre mediação e totalidade/particularidade dando ênfase à perspectiva de movimento (processualidade e contradição) entre essência e aparência e entre determinações gerais e a singularidade. É fundamental entender em uma escala mais reduzida que o particular também se apresenta como uma mediação, pois se coloca entre a totalidade e o singular, de modo que a realidade não pode ser compreendida nem nos fragmentos imediatos, nem no complexo geral, mas na relação entre ambos. Isto é o núcleo da dialética em Marx e que é (re) discutido por Henri Lefebvre.

1.1.1 – A dialética sócio-espacial

A entrada do método dialético na renovação crítica da Geografia, aproximadamente, na década de 1970 ocorre com um debate crítico cada vez mais acirrado na produção do conhecimento geográfico a partir da técnica e da matemática. Essa Geografia denominada “Quantitativa”, em uma época de efervescência política, crise econômica etc. já não fornecia condições para explicar a realidade, pois impunha um abismo entre forma espacial e conteúdo social. Por esse ínterim, o materialismo histórico adentra nas análises geográficas como um método de não mais negligenciar a relação entre forma e conteúdo (SOJA, 1993, p. 67-72).

Apesar disso, o historicismo e o estruturalismo prevalecem como correntes do marxismo ocidental e, em consequência, são incorporadas a

Geografia sem uma crítica prévia ou concomitante. Assim, emergem duas problemáticas: a sobreposição do tempo sobre o espaço e o aniquilamento do sujeito politicamente consciente. Tanto os teóricos marxistas quanto os geógrafos marxistas e a nova corrente de Geografia que emerge (Radical) acabam reproduzindo a problemática entre forma e conteúdo e entre espaço e tempo, quando negligenciam o movimento dialético entre espaço e sociedade e analisam fenômenos como renda da terra, desenvolvimento urbano, desenvolvimento desigual tendo o espaço como mero contingencial.

Em contrapartida, uma teorização política do espaço (re) surge com a discussão central do espaço dado pela escola francesa no marxismo. Não se rejeita o marxismo, mas parte-se do marxismo negando o historicismo para se chegar à argumentação do espaço como produto da reprodução social, mas, também, meio e condição para que essa reprodução ocorresse. Por esse caminho tortuoso Lefebvre, Santos e Soja têm destaque apontando que é mais o espaço do que o tempo que esconde fatos e relações, pois o capitalismo precisa de um espaço produzido e fetichizado “a seu modo” para se reproduzir. (Soja, 1993, p. 77- 82).

Um entendimento de espaço produzido nega o historicismo e o aniquilamento do sujeito histórico. Isso ocorre por meio do entendimento indissociável entre espaço, tempo e ser. Essa relação ocorre a partir de mediações e auto-mediações pelos e entre os homens na produção do espaço-tempo. Onde, segundo Edward Soja “(...) a organização do espaço era não apenas um produto social, mas, simultaneamente, repercutia na modelagem das relações sociais” (Soja, 1993, p. 73).

Em 1977, discutindo os “problemas atuais do marxismo” e não especificamente a categoria espaço, Henri Lefebvre adianta os parâmetros filosóficos do materialismo dialético para uma futura discussão sobre o espaço. Nesse sentido, argumenta Lefebvre:

“O materialismo aprofundado reconhece a realidade do mundo prático ‘tal como ele é, mas nunca para o aceitar como tal’. O materialismo aprofundado reflete a atividade que transforma as coisas (que cria as ‘coisas’, obras ou produtos) e nunca as coisas” (Lefebvre, 1977, p. 52).

Pode-se fazer um paralelo entre Milton Santos em uma das definições de espaço, onde entende o espaço considerando a importância do conteúdo (relações sociais) e não as formas em si mesmas. O autor afirma:

“O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como

testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 1980, p. 122).

Além disso, a compreensão da dialética materialista presente em Henri Lefebvre “compreende também na sua essência viva o movimento que transforma o mundo, que nega perpetuamente e ultrapassa o real existente” (Lefebvre, 1977, p. 52). A categoria de negação (como processo) e essência (síntese) repercute também na definição de espaço por Santos, que afirma a relação contraditória entre sociedade, espaço e ser (social) e entre forma e conteúdo, que aponta:

“Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas- tornadas assim formas-conteúdo- podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (...) sempre A paisagem é testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado. O espaço humano é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social. (...) Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente” (SANTOS, 2009, p. 106- 110).

Neste contexto, o espaço é a síntese sempre provisória da ação do homem em sociedade (trabalho social) sobre a natureza (primeira e segunda) no tempo. Espaço representa a inseparabilidade entre sistema de objetos, ou seja, as formas na paisagem (hospitais, escolas, teatros) e sistema de ações, ou seja, o conteúdo promovido pelas relações sociais. Para Santos (2009) “a paisagem é o conjunto de formas, que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. Em síntese, o espaço é a combinação (não soma) entre paisagem e a sociedade, que se alteram dialeticamente no processo histórico.

Por isso, para se compreender a dinamicidade e a totalidade do espaço é fundamental a análise indissociável entre suas categorias: forma, função, estrutura e processo. Forma é a distribuição espacial de objetos e arranjos de objetos, função é a atividade das formas, a estrutura é a “ordem” e totalidade que perpassa por uma determinada formação sócio-espacial e o processo é o tempo histórico responsável pelo movimento.

1.1.2 – A relação entre o local e o global: a noção de totalidade e os eventos

A compreensão de espaço produzido, que envolve, necessariamente o entendimento da indissociabilidade entre tempo e espaço, é fundamental para o entendimento de qualquer situação ou momento. Como salienta Abreu

(1998), os períodos históricos e a organização espacial, em uma relação dinâmica, revela a sucessão de sistemas espaciais, no qual a realidade dos lugares está mudando no decorrer da história. Assim, as diferentes temporalidades em conjunto e simultâneas nos diversos espaços são fundamentais para a sua apreensão e compreensão.

O estudo de um fenômeno ou de uma localidade, que se prenda a uma análise em uma única escala, global ou local, não consegue abranger a concretude do espaço. Para que se alcance a análise que relaciona dialeticamente o local e o global é imprescindível que se passe pela noção de totalidade e de eventos. A noção de totalidade é, talvez, a principal categoria que problematiza o estudo empírico da realidade. Esta categoria se refere a inseparabilidade das coisas e relações, que estão conformando um todo, que se renova sucessivamente. Apesar disso, mesmo com uma “ordem” que rege todas as coisas, a totalidade se manifesta de modo diferente nos lugares.

Há uma confusão e dificuldade de levar a cabo, em análises práticas e estudos de caso, a apreensão das coisas em totalidade e conjugar as diversas escalas. Isso se manifesta muitas vezes em questionamentos: Como estudar uma realidade que é tão dinâmica e tem inúmeros fatores, que não estão isolados? Para chegar a uma resposta outro conceito deve ser elucidado: o evento. O mundo é formado de inúmeras possibilidades, que podem ter sido ou estar sendo realizadas, ou simplesmente, deixadas de lado pelo jogo de forças. As possibilidades realizadas é o que forma a realidade. As ações que promovem a realização das possibilidades, ou seja, que causam alterações na realidade são os eventos, datáveis e pontuais.

Entendendo o espaço como um sistema, necessariamente precisa-se perpassar por um entendimento do que seja a noção de totalidade. Como afirma Santos (2009, p. 116) “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações e em seu movimento. Por esse ínterim, a totalidade não é uma simples somas das partes num todo, mas é a ação do processo histórico (totalização) das coisas em conjunto numa unidade dinâmica e contraditória”.

Assim todas as coisas estão articuladas e conjugadas em um todo que está sempre se renovando em novas sínteses. Logo, os fatos em estudos ainda que estejam acontecendo em um momento “presente” sempre são fatos passados, pois a realidade não é estática. Nesse sentido o motor das

mudanças são as ações em sociedade que tem sempre uma “ordem” e intencionalidade de ser. Essas ações possibilitam a materialização das possibilidades, logo, o mundo e a realidade são possibilidades realizadas.

Para Santos (2009), “o particular se origina do universal e dele depende”, ou seja, um estudo pontual que não leve em conta o conjunto das coisas se inviabiliza por si só. Isso não quer dizer, ao mesmo tempo, que o universal homogeneíze cada localidade, pois a união entre o universal e o particular se faz por meio da ação (relações sociais) e o universal, mesmo com uma “distribuição ordenada”, se realiza nos lugares a partir de particularidades já materializadas e re(cria) novas diversidades. Ainda, O espaço total, que escapa à nossa apreensão empírica e vem ao nosso espírito, sobretudo como conceito, é que constitui o real, enquanto as frações do espaço, que nos parecem tanto mais concretas quanto menores, é que constituem o abstrato, na medida em que o seu valor sistêmico não está na coisa tal como a vemos, mas no seu valor relativo dentro de um sistema mais amplo.

Por exemplo, esta ou aquela casa, edifício, loteamento e bairro são todos dados concretos visto existirem, mas, na verdade, todos são abstrações, se não buscarmos compreender o seu valor atual em função das condições atuais da sociedade. Casa, edifício, loteamento, bairro, estão sempre mudando de valor dentro da área onde se situam, mudança cuja explicação se encontra fora de cada um desses objetos e só pode ser encontrada na totalidade de relações que comandam uma área bem mais vasta (SANTOS, 2009).

A noção/conceito evento foi estudado e analisado por alguns intelectuais, como Whitehead, Russel, Lefebvre, Santos entre outros. Na acepção de espaço proposta por M. Santos, este conceito ganha uma centralidade na discussão da totalidade em movimento e da relação entre o universal e o particular. Logo, o conteúdo que está implícito no conceito de eventos é a dialética entre espaço e tempo. Apesar das diferenças nos pormenores, é consenso entre os estudiosos elencados acima, que as coisas estão em conjunto e em relação, conformando um todo, que se renova constantemente. Também há uma compreensão da realidade, como possibilidades realizadas.

Por esse raciocínio, segundo Santos (2009), “o evento é o que torna possível a realização de algumas possibilidades”, ou seja, os eventos são ações de sujeitos materializando novas possibilidades em um momento do

tempo e local do espaço. Assim, a emergência de eventos demonstram rupturas, com proposições de “uma nova história”. De modo sintético, os eventos são responsáveis pelas mudanças no contexto de um lugar. Os eventos, quando ocorrem são responsáveis por mudanças qualitativas e quantitativas na forma como os objetos se relacionam, nesse sentido, as atividades exercidas pelas formas se modificam.

Os eventos se manifestam de modo diferencial nos diversos lugares, mas isso não significa que eles estejam isolados, pelo contrário, estão em interdependência no tempo e no espaço. O que faz com que ocorra essa valorização diferencial dos/nos lugares é a permanente redistribuição dos eventos na processualidade do mundo. Assim, um evento é resultado da sobreposição do nível global e local, ao mesmo tempo. Logo, no estudo de uma localidade em uma temporalidade específica é inevitável que se faça uma análise espaço-temporal, levando em conta as ações e intencionalidades realizadas pelas classes sociais e suas frações e as mudanças nos eventos em diferentes escalas, do global ao local e do local ao global.

Ainda, “os eventos são também ideias e não apenas fatos” (Santos, 2009, p. 148), ou seja, os eventos são ações sociais concretizando possibilidades (vontades coletivas), que estão na escala material e simbólica. E, “os eventos são um instante do tempo e um ponto do espaço”, isso demonstra que sua escala é a do local, apesar disso, os eventos não estão isolados e nem desarticulados das escalas maiores. Desse modo, pode-se partir do estudo de eventos para se alcançar a totalidade. Ou seja, a prática dos movimentos sociais representam fenômenos que fazem parte de um evento, que, necessariamente, se relaciona com outros eventos e em diversas escalas. Por conseguinte, o estudo da dinâmica dos movimentos sociais, na produção do espaço do Distrito Federal, está articulado tanto com outros movimentos em escalas mais abrangentes quanto estão relacionados com a realização das relações sócio-espaciais de produção capitalista. E apesar disso, se apresentam enquanto uma possibilidade para um vir-a-ser.

1.2- A PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL

A dialética sócio-espacial permite a compreensão de espaço como produto social a partir da unidade contraditória entre espaço e tempo, que tem como mediação o ser social. Neste sentido, só há possibilidade de

compreender o espaço no seu vir-a-ser, ou seja, na sua realização pela prática humana no tempo histórico. Ainda, a atividade humana de transformar a natureza e a sociedade é *produzir e, produzir é produzir espaço*. Logo, as relações sociais de produção são também relações espaciais e numa sociedade de classes essa relação é produtora de conflitos e antagonismos. Assim, a prática produtora, *stricto sensu* (base infraestrutural) da sociedade não está em nenhum momento determinando uma superestrutura político-ideológica, pelo contrário, a produção da sociedade e do espaço na sociedade capitalista é uma produção política da sociedade. Amparando-se na teoria de movimentos sociais a partir do paradigma marxista e das contribuições de Lefebvre acerca da categoria de práxis e de sociedade política será feita uma construção da categoria de práxis político-espacial.

1.2.1 – A práxis política: o paradigma marxista

Analisar os Movimentos Sociais partindo da utilização de categorias e construções teóricas do paradigma marxista é uma opção teórica de ter como ponto de partida a análise do concreto centralizando a luta de classes, o que significa não escamotear a contradição mais geral da sociedade capitalista, capital X trabalho. Mas para isso, é preciso entender que essa contradição maior também se materializa em outros processos, que no aspecto geográfico, se refere a cidade X campo, centro X periferia, segregação inter e intra urbana etc. Além disso, entender a base e a superestrutura de reprodução social em unidade dialética é compor uma análise não mecanicista ou determinista da sociedade. Logo, rompe-se com o preconceito teórico de utilizar ou “julgar” o paradigma marxista na análise de movimento sociais única e exclusivamente no movimento operário ou de opor sem relacionar fatores objetivos (mais- valia, relações de produção, forças produtivas etc.) e subjetivos (ideologia, consciência etc.).

Assim, parte-se de Gohn para a exposição de conceito/categorias construídos no marxismo para a compreensão dos movimentos sociais, entendo as diferenças entre os diversos autores e correntes para se chegar a categoria de práxis político-espacial. Dentre estes conceitos têm destaque: projeto político, organização e consciência (“ângulo interno”) e contexto espaço-temporal, autonomia e legado (“ângulo externo”). A síntese deste paradigma apresentada por Gohn conflui na importância dada a estas

categorias e apresenta o cerne da discussão de movimentos numa perspectiva marxiana:

“As teorias marxistas sobre os movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais. Ela é utilizada para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do movimento, assim como o programa ideológico que fundamenta suas ações. (...) O que é destacado nos estudos marxistas contemporâneos é que os movimentos não surgem espontaneamente. O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos. Eles não existem a priori, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história.” (GOHN, 2006, p. 173-174)

A análise destes conceitos que denominamos neste trabalho como compondo um ângulo interno do movimento social será retomado em breve. Antes, cabe-se demonstrar os fundamentos clássicos, que Karl Marx apresenta como práxis e que voltará a ser analisado por diferentes prismas e por diferentes autores. A ação do homem mediada e auto-mediada pelo trabalho, lato sensu, na produção do espaço-tempo é marcada pela incessante mudança. Mas essa ação do homem só é categorizada como *práxis política*, quando se trata de uma transformação do social, onde se conectam a *práxis teórica* e a *práxis produtiva*.

A práxis produtiva se relaciona com a posição de classe no mundo do trabalho. A práxis teórica é originada a partir do questionamento da realidade, da crítica e da produção de um projeto político e social alternativo. A práxis política estaria na unidade das duas práxis, mas mediada pelos aspectos da realidade e da sociabilidade vigentes.³ Nesse sentido, a práxis política revelaria e seria resultado da prática social de classe ou estrato de classe (posição do mundo do trabalho) organizada a partir de condições materiais, com um projeto político de transformação social. Essa argumentação se refere, grosso modo, ao método de análise do *ângulo interno* dos movimentos, ainda que não se separe do *ângulo externo*.

Ainda, o conceito *político* presente na categoria de *práxis político-espacial*, não se refere a um mero jogo de palavras ou em uma acepção apenas de conflito entre interesses ou ideias. Nesta acepção, político tem um corte de classe, pois retoma a discussão de luta política presente nas obras de Marx em relação a superação da sociedade de classes. Isso significa optar pela posição teórica de entender os Movimentos Sociais Urbanos enquanto

³Argumentação elaborada por Maria da Glória Gohn no entendimento dos fundamentos clássicos no paradigma marxista de teoria de movimentos sociais. Para maiores compreensões, ver (Gohn, 2006)

manifestação de uma sociedade dividida em classes e como contestação das próprias relações de produção das desigualdades e dos antagonismos de classe. Como salienta Marx:

“Não afirme que o movimento social exclui o movimento político. Não existe nunca movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. É apenas em uma ordem de coisas em que não haverá mais classe e antagonismos de classe que as *revoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas* (MARX, 2008, p. 192).”

Outro aspecto/conceito de análise presente em Marx e trabalhado por outros autores se refere a consciência de classe em construção através dos movimentos. Assim, Gohn (2006, p. 181-186) analisando Mao Tsé-Tung e Rosa Luxemburgo evidencia que para Mao a ação dos homens nos movimentos sociais é fundamental para o amadurecimento prático e teórico. Para Rosa Luxemburgo, não se pode conceber as lutas econômicas (salariais) de modo independente das lutas políticas (moradia, de mulheres etc.), pois as lutas políticas seriam a mediação para a produção da consciência de classe. Em síntese, a consciência tem de certa forma, centralidade na organização e na construção de um projeto político. Por esses meandros, Marx discutindo, em *Miséria da Filosofia*, discute acerca das greves e coalizões realizadas pelos operários na conformação de uma organização que “foi sob a forma de coalizões que ocorreram sempre as primeiras tentativas dos trabalhadores para se associarem” (2008, p. 190).

Em síntese o conceito de práxis política desenvolvido por Marx e (re) examinado por Gohn, como os já elucidados anteriormente, indica a importância do estudo das contradições sócio-espaciais também por meio dos movimentos sociais, pois em seu cerne estão também explícitos ou implícitos esses conflitos e contradições. Além disso, a práxis política inevitavelmente se relaciona a classe. Mas este conceito é aqui trabalhado de modo processual, pois não reifica ou engessa termos ou instâncias de análise. Desse modo, classe não se trata apenas de uma posição diante da propriedade ou posição no interior das relações sociais de produção. Refere-se a consciência em relação a posição de classe e, principalmente, pela ação da classe na formação social⁴. Por esse viés, os movimentos sociais são também movimentos políticos e são imprescindíveis para a construção da consciência de classe e, de alguma forma, na superação dos atuais processos espaciais.

⁴Para a discussão de classe, de modo processual, e entendendo a fundamental importância da consciência e da prática ver (IASI, 2011).

1.2.2 – Henri Lefebvre: o retorno⁵ da práxis

Denominado de o filósofo do espaço, Henri Lefebvre, como já apontado nas análises anteriores sobre a dialética sócio-espacial, retoma Marx para discutir suas teses e apontamentos. Mas não de maneira acrítica, pois o que lhe interessa é dar respostas a questões da época (século XX) o que não seria possível, apenas repetindo Marx. A partir disso, na tentativa de interpretar e fazer do homem protagonista da própria história Lefebvre retoma a dialética materialista para discutir teoria e prática e pensar e viver. (MARTINS, 1996, p. 9). Ou seja, um dos debates centrais do autor é a própria práxis transformadora do homem. O que o diferencia no contato com esta categoria é a superação do historicismo e mecanicismo levados a cabo em algumas análises a partir do método dialético materialista e histórico. Nessa perspectiva, é dada a devida atenção ao espaço no tratamento da práxis social, que para o autor, assim como em Marx esta categoria aparece na mediação da relação entre tempo e espaço, onde se insere o ser como produtor, e, conseqüentemente, como integrante dos processos, estruturas, funções e formas presentes no espaço e na espacialização da vida.

Lefebvre foi por muitos anos identificado por autores dentro da perspectiva dialética marxista como produtor de um fetiche espacial e que estaria substituindo o “conflito de classes pelo conflito espacial/territorial como força motivadora da transformação social radical” (SOJA, 1993, p. 98). Acontece que o autor busca a essência dos fenômenos e fatos na dialética entre as relações sociais e espaciais. De modo que, as relações de produção mais gerais produzem não apenas um espaço como reflexo delas, mas acima de tudo o espaço é condição e meio para a sua realização. Em síntese, não existem estruturas sociais, sejam elas de produção ou de classe, que não sejam espaciais e vice-versa.

A práxis como ação do homem sobre a natureza (e a segunda natureza) transforma a natureza, a sociedade e ele próprio para a realização de suas necessidades. A práxis na sociedade capitalista é marcada pelo descompasso entre a natureza (econômico) e a sociedade (social), fundado no desenvolvimento desigual e na realização do valor de troca (Martins, 1996;

⁵Termo utilizado em alusão a obra que discute o pensamento de Lefebvre e o retorno à dialética, organizada por José de Souza Martins (1996).

Sposito, 1996). A alienação e a contradição presentes nas temporalidades desencontradas e coexistentes permite entender a práxis como repetição ou como inovação, ou seja, a práxis produz, reproduz a sociabilidade, mas também pode trazer o novo. Como argumenta Martins:

“Nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser (MARTINS, 1996, p. 23).”

O desenvolvimento desigual produz um espaço desigual e contraditório que, por sua vez, reproduz as contradições, apesar disso, o espaço produzido e organizado é sempre um vir-a-ser. Ou seja, a realidade como materialização de possibilidades abre espaço para o novo por meio de uma práxis transformadora e radical. Essa práxis se assenta na retomada das possibilidades bloqueadas pelo poder político (resíduos) em conjunto com as virtualidades (possibilidades ainda não realizadas). Nesse sentido, justifica-se o estudo de movimentos urbanos, analisando os resíduos (“Incansáveis de Ceilândia”) e as virtualidades (MTST).

Até aqui se fala de uma práxis que é essencialmente sócio-espacial. Mas Lefebvre desconsidera a política? Não. Apesar de sua concepção de política não estar relacionada explicitamente com a divisão da sociedade em classes como em Marx, Lefebvre entende a produção política da sociedade⁶ não como algo pertencente a esfera da superestrutura político-ideológica. Pelo contrário, ele busca na tese de Marx sobre a generalização da mercadoria no tempo e no espaço e, necessariamente, no valor de troca o sentido de Estado produzido a partir da igualdade de termos desiguais, ou seja, no constrangimento inerente a troca. O que muda é o modo de explicação, mas a política como cerne de conflito e contradição permanece em Lefebvre.

“O Estado se constitui assim como a forma do político e do poder, não podendo ser considerado uma instância ou um momento da superestrutura, estando acima ou separado da sociedade civil. Por essas razões, a análise do Estado desenvolvida por Lefebvre repõe-se de outra forma ao examinar a produção política da sociedade” (SPOSITO, 1996, p. 40).

Ao mesmo tempo em que o autor apresenta uma argumentação de não passividade do espaço, ele mostra que a teorização do espaço como síntese da prática humana é política. Como referido durante a nossa

⁶Artigo que compõe a obra organizada por MARTINS (1996). Esse artigo é de autoria de Marília Pontes Sposito e analisa a produção política da sociedade, analisando, como um dos destaques, a compreensão de Lefebvre em relação ao Estado.

argumentação, produzir é produzir espaço e na contemporaneidade, a generalização do mundo da mercadoria permite dizer também que produzir é produzir mercadoria. E, segundo Lefebvre, produzir mercadoria, é produzir a política na sociedade. Isso nos permite inferir que o espaço é (re) produzido como mercadoria e (re) produz as dominações de classe. Nessa acepção, há uma similaridade entre Marx e Lefebvre, pois como a produção da mercadoria e da política é dialética, a superação da sociedade da mercadoria também é a superação da produção política da sociedade. Neste sentido, uma práxis de movimentos sociais que se voltem contra os processos do/no urbano capitalistas é, dialeticamente, uma práxis política e contra-política, pois apresenta uma luta contra a mercadoria e o espaço produzido como mercadoria.

Assim, Henri entende que a dominação e a exploração de classes se efetiva na sociedade por meio da produção política da sociedade, ou simplesmente do Estado. Essa produção se explica no reino da mercadoria e é apresentado pelo autor como um impedimento a uma práxis transformadora. Sposito salienta que “Ela [a produção de mercadoria] abre uma cisão dilacerante entre o homem que age e o conjunto social, entre a prática social e a representação dessa prática” (SPOSITO, 1996, p. 40).

Outro ponto que se pode fazer um paralelo entre os paradigma marxista de teoria de movimentos sociais e a categoria de práxis em Lefebvre se refere a consciência. Para tanto, Martins volta a questão da objetivação da ação do homem e da alienação do trabalho para demonstrar que aí se instala a ideologia e o “impedimento” de uma consciência de humanização. O autor referido argumenta:

“O fato de que a humanidade do homem se objete nas realidades que ele cria e que ele se crie na mediação de tais objetivações abre um abismo entre ele e sua obra, condição da demora entre a criação da possibilidade de sua humanização crescente e essa mesma humanização.” (MARTINS, 1996, p. 19)

Ainda, em relação a mesma questão Lefebvre prossegue:

“O ser social dos homens determina a sua consciência (as suas ideias e os seus desejos). Isso não quer dizer que os homens conhecem esse ser social e que sua consciência o reflete imediata e diretamente. As consciências individuais ou sociais refletem os produtos da ação prática, os seus resultados e não as suas condições” (LEFEBVRE, 1977, p. 84)

Em síntese, Henri quando discute os problemas atuais do marxismo retoma a relação entre o ser social e a consciência. Demonstra a importância da prática social (práxis) na construção da consciência e superação da

alienação e dominação. Entende também essa práxis como política. Mas repete o dito por Marx? Não. O desenvolvimento do raciocínio da produção política da sociedade permite compreender que o *político* parte da produção do espaço como mercadoria, o que revela que os conflitos e contradições de classe são também conflitos espaciais/territoriais.

CAPÍTULO II – A PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL

Ainda que o título do capítulo apresente um conteúdo extenso e passível de análises que demandariam um trabalho exaustivo, será feito um esforço de síntese para apresentar: o(s) conceito(s) de movimento social e, especificamente, movimentos urbanos e as características mais genéricas presentes na práxis dos movimentos sociais urbanos no Brasil. Como explicitado, partimos da discussão e conceituação da categoria de práxis político-espacial presente no capítulo anterior, onde a investigação dos movimentos não se limita a prática política, ao projeto político ou a estrutura do movimento. Esse estudo articula o contexto espaço-temporal no qual o movimento age assim como sua relação com interesses de agentes externos e as modificações ou *possibilidades* de mudanças nas relações sócio-espaciais de produção.

2.1- MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL: CONCEITOS(S) & PARADIGMA(S) TEÓRICO-METODOLÓGICO(S)

Os diversos objetos e categorias de estudo das ciências não têm uma conceituação dada antecipadamente, o conceito depende do paradigma teórico-metodológico e, conseqüentemente, o modo como se aborda a categoria varia a depender da acepção adotada. Por esse viés, não se pode falar de uma conceituação da categoria de movimento social a priori. O que se entende é que a forma de explicá-lo e conceituá-lo varia de acordo com as concepções teórico-metodológicas. Diferenciar um movimento social de um ativismo social, designá-lo a partir de sua relação com agentes externos, considerar luta social ao invés de luta de classes ou vice-versa etc. são análises que partem de uma conceituação específica de movimento social e de uma concepção apropriada. Ainda, as categorias que compreendem as diversas metodologias da teoria de movimentos sociais (ideologia, consciência, projeto político, estrutura etc.) também têm continuidade epistemológica, as rupturas estão nas teorias de como se conceitua determinada categoria.

Apesar disso, a partir de Gohn sugere-se um conceito de movimento social, ainda que de modo mais genérico possível. No quadro geral, várias concepções adotam a discussão em torno da categoria de práxis (refletir e agir),

que envolve o contexto, um conflito social e um projeto político-ideológico. Como afirma Maria da Glória Gohn:

“(...) movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer- por meio de um conjunto de procedimentos- e um pensar- por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação.(...) Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho. Estes fatores conferem às ações dos movimentos caráter reativo, ativo ou passivo.” (GOHN, 2006, p. 247-248).

A conceituação da categoria de movimentos urbanos também envolve um pluralismo de paradigmas e que será evidenciado no decorrer da periodização. Nesse conjunto de paradigmas, o inovador e mais utilizado nas análises científicas latino-americanas e brasileiras foi sem dúvida o promovido por Castells. O próprio conceito *urban movements* é utilizado e proposto pelo autor em suas análises sobre a dinâmica dos movimentos sociais urbanos no desenvolvimento urbano capitalista. (LANZ, 2009, p. 218).

Entretanto, conceitua-se movimentos urbanos com base em análises empíricas da realidade brasileira, como movimentos populares (classe trabalhadora e suas frações pauperizadas) que engendram lutas no urbano a partir de um *refletir e agir* como resultado do crescimento “desordenado”, da falta de oferta de equipamentos de consumo coletivo e/ou sua setorização, da segregação sócio-espacial, da cidade produzida como mercadoria etc. Em suma, uma luta como resultado da materialização do valor-de-troca e das relações de produção capitalista na sociedade. A partir dessas e outras problemáticas surgem grupos que se articulam em torno de uma práxis político-espacial específica e que identificam e têm o Estado⁷ como o agente externo na interlocução de demandas coletivas.

O trabalho de análise da práxis dos movimentos urbanos no Brasil no período histórico deve evidenciar, o paradigma teórico-metodológico que permeia tanto a prática do movimento quanto a análise feita dentro da historiografia. Ainda, há a necessidade de diferenciar “velhos” e “novos” movimentos sociais e a sua particularidade no caso brasileiro e de evidenciar uma característica presente na cultura latino-americana desde nossa formação sócio-espacial.

⁷(...) ao se transformar em agente propulsor da produção, organização e gestão das cidades, o Estado passou a ser depositário de um conjunto de contradições em que se condensam interesses e para onde se dirigem conflitos e pressões por melhorias urbanas. (KOWARICK, 2000, P. 59).

2.1.1 – Contexto espaço-temporal e paradigma predominante

No Brasil e na América Latina, em geral, a relação entre a produção de conhecimento e a elaboração de estratégia política para os movimentos sempre esteve muito próxima. Isto se deve a presença constante de intelectuais e de assessorias e suas concepções teóricas e político-ideológicas que interferem na práxis dos movimentos. E essa análise nem sempre foi explicitada, porque a produção científica acerca dos movimentos sociais era feita por cientistas que, na maioria dos casos, eram militantes. (GOHN, 2006).

De antemão, o paradigma que tem maior repercussão nos estudos e práticas dos movimentos urbanos é de matriz europeia, em sua acepção histórico-estrutural. Essa aproximação ao paradigma europeu se deve ao contexto espaço-temporal brasileiro e latino-americano na década de 1970. Esse contexto se trata em plano econômico e social, de arrocho salarial, desemprego estrutural, crise econômica (crise do petróleo), crescimento urbano e, em consonância, espoliação urbana, não oferta de direitos básicos (moradia, alimentação, educação). No plano político, vários países latino-americanos estão vivenciando ditaduras civil-militares que corroboram com uma burocracia técnica que operava uma modernização e inserção destes países na economia-mundo, via políticas conservadoras. (BECKER e EGLER, 1993).

Gohn (1991, 2006) aponta que o paradigma europeu, nesse momento, tinha um caráter mais crítico em comparação aos demais, pois dava importância aos movimentos sociais urbanos como transformadores da sociedade. Convergem para esta abordagem Castells e Lojkin. Por isso, em um momento em que, por um lado, havia supressão da liberdade e aumento das desigualdades e que, por outro, (re)surgiam os movimentos sociais urbanos (década de 1970) era uma opção teórica e estratégica (política) evidenciar o caráter transgressor e transformador dos movimentos urbanos. Mesmo com as rupturas no contexto espaço-temporal há uma predominância da matriz marxista, que nos anos 80 se aproxima de Gramsci. A ruptura de paradigma só ocorre em fins da década de 80 e está associada a emergência do paradigma de “Novos Movimentos Sociais”.

2.1.2– “Velhos” e “Novos” Movimentos Sociais

A temática e diferenciação de velhos e novos movimentos sociais permearão as investigações que transcorrem os próximos subitens. Apesar disso, adiantar a discussão abre espaço para um entendimento prévio dessa diferenciação na teoria de movimentos sociais e suas particularidades na América Latina e no Brasil.

O paradigma dos novos movimentos sociais, sem dúvidas, tem explicação na ascensão do paradigma pós-moderno. Este último ocasionou mudanças significativas em todas as áreas das ciências sociais e humanas. As concepções teórico-metodológicas variam de escola para escola e de autor para autor, mas as generalizações permitem captar alguns pressupostos, causas e consequências do paradigma pós-moderno, que não estão restritos ao “reino” da ciência, mas estão presentes na práxis dos movimentos.

Em linhas gerais, o paradigma pós-moderno substitui a análise do material pelo simbólico, a consciência de classe pela identidade coletiva, a análise racional do sistema por uma lógica de racionalidade individual. Além disso, análises pontuais e fragmentadas se sobrepõem às histórico-culturais e macrossociais. Na análise de David Harvey (1993), essa mudança paradigmática e cultural é explicada na descrença teórica em modelos racionais e macroexplicativos (dialética materialista) e na política, com o fracasso e burocratização de governos socialistas. Soma-se ainda, com o regime de acumulação flexível e a necessidade de realização do ciclo do capital em menor tempo, que resulta em uma *compressão espaço-temporal*, que torna a realidade “aparentemente” fragmentada.

A ressonância deste paradigma nas esquerdas e nos movimentos sociais traz mudanças em sua práxis político-espacial. A análise fragmentada e pontual da realidade leva ao abandono de lutas de horizonte amplo e a formulação de projetos políticos de “mudanças” pontuais, setorializadas. É nítido a ascensão do movimento ambientalista, feminista, negro, etc. que promovem um entendimento fetichizado do espaço e negam uma orientação/ideologia/paradigma dialético sócio-espacial em favor de uma práxis pontual (sectarismo, culturalismo).

Na América Latina e no Brasil, o adjetivo *novo* nos movimentos sociais tem duas acepções. Uma delas se refere a luta por demandas e direitos sociais universais que perpassam pelas contradições da sociedade capitalista,

mas que não são lutas salariais strictu sensu (movimento operário). Nesse sentido, já se pode classificar os movimentos urbanos da década de 1970, como *novo*. (SOUZA, 2009; GOHN, 2006). Apesar de ser *novo*, há um distanciamento do paradigma pós-moderno, pois como já salientado, sua práxis (movimentos populares) e as próprias investigações se efetivam por um paradigma histórico-estrutural.

Por esse viés, os *novos* movimentos sociais além extrapolar a luta econômica teriam uma prática política diferente das predominantes até a década de 1970, que eram caracterizadas pelo clientelismo. Assim, argumenta Gohn:

“(...) a diferença é entre novos (lutas pela moradia e equipamentos coletivos em geral) e antigos movimentos populares (tipo sociedades amigos de bairros), onde imperavam práticas de cunho populista e clientelista. Observe-se que a diferenciação básica se dá na forma de fazer política, porque as articulações sempre existiram, tanto nos antigos como nos novos.” (GOHN, 2006, p. 228)

Contudo, a outra acepção se aproxima do paradigma pós-moderno. O *novo* com uma perspectiva microexplicativa, de caráter mais identitário e culturalista tem uma ascensão somente em fins da década de 80. Isso decorre da crítica modelos macroexplicativos na ciência; da descrença na política e movimentos sociais como transformadores e da própria assimilação pelos movimentos do fetiche fragmentador nas lutas.

2.1.3– O conservadorismo de matriz colonial-coronelista

Além de considerar a especificidade do contexto (1970) no qual há um crescimento dos movimentos urbanos e da produção científica, no caso brasileiro, o truncamento teórico entre as análises e a práxis (referentes ao papel duplo enquanto estudioso e militante) e a diferenciação do termo *novo* no caso dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina. É fundamental salientar que a postura conservadora presente na formação social e cultural brasileira tem interferência na relação que os movimentos sociais têm com agentes externos (Estado, partidos e igreja).

O entendimento das práticas assistencialistas, do clientelismo entre Estado e sociedade civil e da conseqüente cooptação dos movimentos, que pode ser observado em diversos períodos tem como uma das causas, talvez a principal, o conservadorismo de herança colonial-coronelista.

A causa do conservadorismo ou reformismo conservador é buscada por Antônio Carlos Mazzeo na formação concomitante do Estado e da

burguesia no Brasil. Essa formação ocorre a partir de um ecletismo entre liberalismo econômico e conservadorismo político. Basta analisar os processos de independência, de fim da escravatura, de modernização industrial, para perceber a “postura de alijar as massas de qualquer processo político-social, confirmando a não existência de divergências fundamentais, no que se refere à visão antipopular das frações burguesas” (MAZZEO, 1997, p. 94).

As sucessivas modernizações conservadoras, o desenvolvimento de um capitalismo tardio e em bases arcaicas, o colonialismo, o coronelismo, o populismo, as censuras e períodos ditatoriais criaram uma cultura de não participação. Ainda, as problemáticas, que no fundo são sociais, são resolvidas individualmente, a partir de “troca de favores” (escala individual). Esses fatos são internalizados pela sociedade civil como a impossibilidade de mudança e/ou estagnação da realidade, a não construção de uma consciência de classe e de uma visão pouco coletiva. Por esse ínterim, argumenta Gohn:

“O passado colonial-imperial, a subsequente república dos coronéis e depois os líderes populistas levaram ao desenvolvimento de uma cultura política na sociedade latino-americana em que se observa uma “naturalização” das relações sociais entre os cidadãos (ou não cidadãos) e o Estado, ou seja, a relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser a norma geral, vista como natural pela própria população. Este fato dificultará a criação de espaços livres, democráticos (...)” (GOHN, 2006, p. 225-226)

Soma-se a isso, a importância dada por Stephan Lanz na análise feita dos movimentos sociais na América Latina. O autor investiga os movimentos urbanos que tiveram uma atuação além de interesses individuais e clientelistas. Além do contexto e das condições específicas (conjunturais), a forma como se dá a relação do movimento com agentes externos é vital para um projeto de transformação social. São evidentes as relações de “troca de favores” em vários momentos nos movimentos latino-americanos, onde “Com a disseminação do clientelismo dominante, que parecia a única possibilidade de influência política, a luta pela pelo acesso aos bens públicos foi substituída pelo assistencialismo” (...). (LANZ, 2009, p. 220).

2.2- MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL: PERIODIZAÇÃO DE SUA(S) PRÁXIS

Para se compreender a particularidade e a práxis do Movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em sua essência é necessário apreender a prática dos movimentos de

modo mais universal, em escala nacional. Apesar das inegáveis singularidades presentes no local, sua particularidade só é apreendida na dialética entre o universal e as partes. Por isso, segue-se uma discussão da(s) práxis dos movimentos sociais e movimentos sociais urbanos em escala nacional nas últimas quatro décadas.

A delimitação temporal da análise se refere às décadas de 70, 80, 90 e 2000. A justificativa do corte temporal está, por um lado, no fato de que os movimentos que serão apresentados como estudo de caso se inserem nesse horizonte. Por outro lado, a historiografia e a prática dos movimentos sociais, especificamente, urbanos se desenvolvem no período posterior a década de 1970, com períodos de maior expressão ou decadência (fluxos e refluxos).

2.2.1 – A autonomia na década de 1970

Em meados dos anos 70 alguns movimentos sociais com caráter de classe⁸ ressurgem. Este espectro de luta está envolto no contexto espaço-temporal contraditoriamente produzido, onde se observa, de um lado, uma crescente concentração de renda e de terra, a precarização das relações de trabalho e das condições de vida urbana e, de outro, um “milagre econômico” e a inserção do Brasil no cenário econômico internacional. As explicações e estudos referentes a esses processos seguem a análise de relacionar o desenvolvimento econômico e o crescimento da pobreza e miséria.

Nesse bojo, outro fator se insere nas investigações dos estudos. Além dos já presentes estudos sobre as relações de produção e a problemática envolvendo a terra, seja no espaço urbano ou rural, outro fator se impõe. Esse fator se relaciona com as contradições e problemáticas do urbano capitalista, e se trata da *reprodução da força de trabalho* nas metrópoles. Problematicando essa questão Lúcio Kowarick aponta fatores que indicam o agravamento das condições de vida urbana a partir:

“(dos) custos e tempo de locomoção gastos nos transportes coletivos, precariedade dos serviços de saúde, a condição de vida nos cortiços e favelas, o acesso e permanência na escola, ou o trabalho gratuito realizado na construção da própria casa, situado em terrenos clandestinos, desprovidos de serviços públicos.” (KOWARICK, 2000, p. 98).

⁸Considera-se classe nesta acepção, relacionada ao posicionamento referente às relações sociais de produção, a propriedade privada e a reprodução da força de trabalho. Incluindo-se, pois, o movimento sindical e movimentos agrários e urbanos.

As condições materiais de pobreza e as determinações macroestruturais estão no cerne de explicação dos crescentes movimentos urbanos da época. Nesse sentido, o crescimento e agravamento das condições de vida nas cidades é uma das principais causas elencadas para interpretar as lutas populares. Adiciona-se a essa questão o contexto político da época, um Estado autoritário que impedia, através da repressão, a organização e expressão dos movimentos sociais. Além disso, pelo quadro social de pauperização, os movimentos eram vistos com um caráter revolucionário, com capacidade de promover grandes mudanças sociais.

Esse paradigma teórico-metodológico é encontrado na maior parte da literatura de movimentos sociais na década de 1970 e tem como base Manuel Castells, Jordi Borja e Jean Lojkin. A postura teórica destes autores variaram temporalmente, mas neste momento suas posições conferiam aos movimentos sociais um papel de transformação. Segundo Gohn (2006, p. 191) para Castells seria os movimentos sociais urbanos e não o Estado, responsáveis por impulsionar a mudança e permitir um novo futuro para as cidades. Lojkin, na interpretação de Gohn, (2006, p. 199) compreende os movimentos urbanos como transformadores, mas para isto é necessário averiguar o conteúdo político e ideológico de suas pautas, assim como as ações e relações com agentes externos. Nesse paradigma analítico dos movimentos urbanos, Maria da Glória Gohn identifica os seguintes pressupostos:

“Os movimentos sociais urbanos são manifestações das classes populares; são fenômenos novos na sociedade; estão centrados na esfera do consumo; eles partem dos bairros, do *local* de moradia; são heterogêneos quanto a composição social; nascem espontaneamente; são autônomos e alternativos; constituem germes de transformação social; emergem devido à existência de contradições urbanas e são contra o Estado.” (GOHN, 1991, p. 33)

Desse modo, os movimentos desenvolvem uma práxis de autonomia frente ao Estado e de distanciamento de prática clientelistas e populistas de décadas anteriores, configurando, como discutido no item 1.2, Novos Movimentos Sociais. De um lado ressurgem os movimentos de bairro a partir de comunidades eclesiais de base, articulados a ala progressista da igreja católica e também ao movimento sindical. De outro lado, o movimento dos favelados também articulados a igreja católica, mas agora a reivindicação se trata da reurbanização das favelas. (GOHN, 1991, p. 53-56).

Em síntese, nesta década, na historiografia sobre movimentos urbanos (GOHN, 1991 e 2006; KOWARICK, 2000 e LANZ, 2004), destacam-se as determinações histórico-estruturais e a autonomia dos movimentos urbanos. Apesar disso, é inegável a análise da organização, do projeto político e ideologia dos movimentos para compreendê-los, assim como a articulação com os setores mais organizados e politizados (igreja, movimento sindical, movimento estudantil etc.) da sociedade. Ou seja, não só as carências e determinantes macroestruturais explicam as lutas populares e elas não se deram em um vácuo de relações, mas com o apoio de assessorias políticas, técnicas, religiosas etc., mas conservando a autonomia em sua práxis.

2.2.2– As lutas pela redemocratização na década de 1980

O fim da década de 70 e início dos 80 é marcada por um contexto espaço-temporal relativamente diferente daquele dos anos 70, no que se refere a questões sociais e políticas. No plano econômico, os efeitos de uma grande crise cíclica do capital e a posterior reestruturação do regime de acumulação (crise do petróleo) promovem efeitos drásticos para a economia nacional, dentre eles destacam-se a recessão econômica e o desemprego. Apesar disto, os efeitos no cenário político são positivos, pois apontam a falta de legitimidade dos governantes e uma crise do nacionalismo e do consenso. (GOHN, 1991, p. 10-11). Como consequência, tem-se uma politização do setor social e um aumento das mobilizações sindicais e dos movimentos sociais, que convergem para uma luta pela redemocratização do Estado.

Ainda, a crise fiscal brasileira, compreendida em um contexto internacional de mudança do padrão de acumulação rígida para a flexível, a internacionalização do capital e a financeirização da economia promovem a ascensão do neoliberalismo. Neste momento, buscam-se alternativas em políticas privatistas e no “enxugamento” do Estado para solucionar a crise fiscal. Esse “enxugamento” ou Estado mínimo se reflete na ausência do Estado no setor de política social. Novamente, acompanha-se um período de pauperização e precarização das condições de vida urbana similares a da década passada.

Contudo, a estratégia tanto dos movimentos sociais quanto do Estado se altera. Os movimentos sociais canalizam suas forças para a luta contra o regime militar e pela democratização da máquina estatal e passam a

se institucionalizar e transferir a luta para o plano legal. Nesse sentido, há quase que um abandono da autonomia organizativa em favor da participação nas burocracias estatais. Por isso, o Estado, no geral, “abandona” a prática de repressão para um discurso de parceria com a comunidade, onde retoma-se a prática de assistencialismo e clientelismo. Essa mudança altera a práxis dos movimentos sociais como um todo, o que ocasiona uma progressiva cooptação e desmobilização.

A mudança de estratégia dos movimentos se explica pelo contexto espaço-temporal, especificamente relacionado à “democratização”. Contudo, um dos principais fatores se refere à mudança paradigmática na teoria de movimentos sociais que “guiam” a construção de projeto político e da ideologia do movimento. A categoria autonomia deixar de ser um foco tanto nas lutas quanto nas produções acadêmicas, tem-se, pois, um “abandono” do paradigma histórico-estrutural. (GOHN, 2006, p. 287). Nesse instante, a análise científica e o viés político-ideológico dos cientistas e militantes dos movimentos sociais se baseiam ou nas proposições de Antonio Gramsci ou numa perspectiva culturalista.

Para Gramsci, o Estado seria composto por duas instâncias. A *sociedade política*, que seria composta pelos aparelhos repressivos da burguesia e pela *sociedade civil*, que seria construída por organismos sociais privados compondo uma “superestrutura ideopolítica”, onde estariam presentes valores, culturas, ideologia de grupos sociais diversos. E a mediação entre sociedade civil e sociedade política estaria na realização da supremacia de um grupo ou classe social, quer dizer, no domínio intelectual e ideológico de uma classe ou grupo. (DURIGUETTO, 2007).

Nesta década, a práxis político-espacial dos movimentos sociais era possibilitar às classes subalternas o alcance da supremacia através da conquista de espaços públicos. Ou seja, não se trata de ter o Estado como inimigo, mas de mudá-lo *por dentro*. As categorias a serem abordadas são cidadania, cotidiano e cultura política.

Outro método de análise se refere a “importação” de um paradigma pós-moderno acerca dos Novos Movimentos Sociais. Esse paradigma rejeita investigações com determinantes macroestruturais, assim como explicações de caráter sistêmico-racional. A ótica culturalista aborda a experiência, a identidade política, os problemas da cidadania. Entretanto, não perpassando

por investigações que viabilizem o trato das contradições urbanas, da exploração, da espoliação ou do conflito de classes. (GOHN, 2006 e 1991; KOWARICK, 2000).

Em relação às lutas, Gohn afirma:

“(...) todas elas já iam nascendo posicionadas, ou seja, com caráter e marcas políticas e/ou partidárias, definidas, segundo o grupo de assessoria a que se articulavam ou as posições das lideranças populares que assumiram a direção de suas ações.” (1991, p. 13-14).

Relacionando as lutas ao processo de democratização e ascensão dos governos de “esquerda”, Stephan argumenta:

“Por fim, tendo os governos estaduais populistas de esquerda usado os ativistas como cabo eleitorais, os aparelhos estatais conseguiram estabelecer, já na metade dos anos 80, um tipo de governo consensual e clientelista” (SOUZA *apud* LANZ, 2006, p. 228).

Em poucos anos, observa-se que as assessorias passam a atuar para os órgãos estatais, os movimentos comunitários passam a ser construídos por cúpulas de poder e não mais pela base e o apoio aos movimentos passa da sociedade civil para a sociedade política. Ainda, Apesar da saída de propostas pontuais e localizadas da década passada, as reivindicações não se tornaram globalizantes, por causa da atuação corporativa e legalista que se desenvolve no decorrer desta década e que se agrava na posterior.

2.2.3- O refluxo e a despolitização na década de 1990

O refluxo dos movimentos sociais, urbanos ou não, na década de 1990 é um fato. A historiografia sobre movimentos sociais e teorias de movimentos sociais evidencia esta problemática de modo muito evidente.⁹ Para se analisar a práxis dos movimentos sociais nesta década iniciamos com a conclusão de Gohn (2006), que afirma que existe uma contradição: os movimentos sociais na/da década de 70 e 80 contribuíram para a construção da democracia, contudo na década de 90 encontram-se em uma inércia desmobilizadora. A resposta elencada pela autora para esta contradição reside no quadro econômico e político, no pouco número de militantes e na descrença da sociedade civil em alguns valores.

De início, sua resposta deixa lacunas que sugerem indagações referentes aos processos que levaram a diminuição no número de militantes ou por qual (is) motivo (s) ocorre essa descrença da sociedade civil em valores políticos ou também chamado de politofobia (SOUZA, 2000, p. 160-161). A

⁹Ver Maria da Glória Gohn (2006); LANZ (2009).

resposta para estas indagações, na verdade, nega a afirmação de uma possível contradição na década de 90, pois é exatamente a práxis dos movimentos e dos partidos políticos de esquerda na década de 80 e a perpetuação no decorrer da década de 90 que explicam essa *inércia desmobilizadora*.

Não há uma descontinuidade ou ruptura na década de 90, o que ocorre é uma continuidade de uma práxis a partir de um paradigma teórico-metodológico, que relega a autonomia a segundo plano. A fé cega na conquista dos espaços públicos e na construção de uma hegemonia pela participação junto ao Estado é um dos principais motivos deste refluxo. A volta do assistencialismo, do reformismo de matriz colonial-coronelista e a cooptação ideológica dos movimentos em poucos anos desestrutura a capacidade de desenvolver projetos políticos transformadores e de promover ações autônomas, mesmo com a presença de assessorias.

O contexto espaço-temporal da década de 1990 marca uma nova fase, que já era tecida desde a década de 1980, mas que se potencializa neste momento. Esta fase estrutura-se no Brasil o regime de acumulação flexível, através das políticas de cunho neoliberal. As críticas ao caráter “engessado”, ineficaz e não transparente do Estado servem a uma nova economia urbana. Neste momento, tem-se o início do processo que se torna mais sólido e explícito na próxima década. Mas já neste momento gesta-se a produção e reprodução da cidade como negócio. (CARLOS, 2005).

Esta nova economia urbana é sintetizada nos planos estratégicos desenvolvidos pela aliança entre o Estado e setores empresariais. Uma das consequências mais negativas é a produção de um espaço urbano cada vez mais despolitizado e consensualizado, onde os conflitos são escamoteados pelos agentes dominantes. Nesse sentido, a cooptação dos movimentos sociais urbanos, a progressiva despolitização da sociedade e a descrença em valores políticos e a despolitização da *urbe* são processos que se retroalimentam no espaço urbano flexível.

Com o refluxo dos movimentos sociais e a despolitização sócio-espacial, entram em cena as ONG's, como as novas porta-vozes de pautas e reivindicações da sociedade. O crescimento das ONG's é uma das principais marcas no que se refere à atuação organizada da sociedade civil. Apesar disso, como aponta Dagnino (2002, p. 290-295), a busca pela representatividade nos

últimos anos tem sido feita não a partir de uma articulação de setores da sociedade civil, mas por uma simples coincidência entre os interesses difusos da sociedade. Ou seja, as ONG's como representantes desses "interesses" assumem papel central, apesar disso, a problemática da despolitização cresce, pois o importante passa a ser a representação como fim em si mesma e não o crescimento de uma hegemonia de setores excluídos na sociedade.

Por essa argumentação, as ONG's e não só elas, mas os próprios movimentos sociais passam, em muitos casos, como salienta Harvey (1993) a reproduzir uma práxis sectarista, fragmentada e fragmentadora das lutas. Essa práxis fragmentada tem duas explicações: uma relacionada à pós-modernidade e outra à particularidade dos motivos que levaram a decadência dos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos deste período.

Em âmbito mundial, o regime de acumulação flexível torna necessária uma diminuição do tempo de giro do capital (produção, distribuição e consumo) para sua realização. Desse modo, ocorre a "compressão espaço-temporal" (Harvey, 1993), onde o espaço, ao mesmo tempo em que parece estar "mais próximo" se torna fragmentado, pela própria dinâmica centralizadora e extremamente flexível do capital financeiro. Essa fragmentação espaço-temporal é reproduzida muitas vezes nas lutas pontuais dos movimentos sociais.

Em relação à segunda explicação, alguns motivos são elencados por Marcelo Lopes: comportamento autoritário das administrações municipais, migração de ativistas para partidos políticos; cooptação de líderes; burocratização dos movimentos, influências partidárias; adaptação insuficiente e inadequada à conjuntura democrático-representativa; "fadiga" da base social; personalismo; "comodismo" da base social; bairrismo; politofobia, pragmatismo etc. (SOUZA, 2000, p. 145-162).

Em síntese, em primeiro lugar, essa década representa os "resultados" de uma mudança na práxis dos movimentos sociais na década de 1980. Essa mudança se refere, principalmente, a negação da autonomia em favor da conquista de espaços políticos. Além disso, contribui para uma "decadência" dos movimentos o panorama internacional neoliberal, que se aprofunda, alijando sujeitos de direitos e políticas sociais e retirando a própria capacidade de luta por novas conquistas. Outro fator se refere ao novo paradigma de economia urbana que começa a se estruturar justamente

negando a politização dos cidadãos da cidade, em favor dos *business*.

2.2.4 - A nova questão urbana e a(s) alternativa(s) de (re)politização nos anos 2000

Na década de 2000, alguns fatores referentes à economia e a política e a economia política do espaço podem ser elencados para o entendimento do urbano e da práxis dos movimentos sociais urbanos. A produção da cidade como negócio para compor uma “máquina de crescimento” (ARANTES, 2002), já iniciada na década passada, se potencializa. Por conseguinte, o discurso de progresso, da inserção da cidade no “hall” da competitividade, a ideologia do emprego etc. justifica a estruturação de planos estratégicos. Esses planos reestruturam a cidade na emergência de uma *nova questão urbana*. Como salienta, Carlos Vainer:

“Se durante longo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexos central a problemática da *competitividade urbana*” (VAINER, 2002, p. 76).

O novo paradigma de planejamento urbano, pautado na cidade-empresa e cidade-mercadoria (ARANTES, 2002; CARLOS, 2005; VAINER, 2002), tem como uma de suas bases a participação social, em detrimento do planejamento tecnocrático de Estado. Apesar disso, a união entre o Estado e iniciativa privada é realizada através da inserção da lógica empresarial nos planejamentos, através das parcerias público privadas (PPPs). Nesse sentido, a participação da sociedade civil na concepção dos planos se resume, em boa parte, aos setores dos negócios, o que revela, a ditadura gerencial (VAINER, 2002) na produção do espaço urbano.

Em relação a política e, não desarticulado da economia, a eleição do partido dos trabalhadores (PT) para o governo central em 2002 representa uma continuidade da relação que se havia estabelecido entre os movimentos sociais na década de 90 e o Estado. A luta pela participação nas decisões e os espaços políticos construídos no decorrer da década de 90, numa escala mais restrita dos municípios e prefeituras, atinge, nesse momento, uma escala nacional. Assim, a relação entre o governo e os movimentos sociais se torna cada vez mais fluída. Em nossa concepção, essa relação torna evidente as práticas de cooptação e assistencialismo. Diversos movimentos sociais passam

a atuar como elaboradores de projetos e/ou consultores técnicos do governo e como seu “porta-voz”.

A despolitização dos setores sociais organizados em favor de uma ação junto ao governo, a “perda” de um projeto político transformador, a falta de atuação e trabalho de base, a já mencionada despolitização do espaço urbano etc. ocasionam uma despolitização totalizante. Apesar disso, os sujeitos e cidadãos convivem com condições de vida precarizadas, que se materializam no urbano, evidenciando as contradições da sociedade capitalista.

A concretude do espaço evidencia as dificuldades de mobilidade urbana, a falta de políticas de habitação popular, a contradição entre a alta oferta de moradia para a classe média e a elite e o enorme déficit habitacional para setores populares, o não cumprimento da função social da propriedade da terra urbana (terras ociosas ou prédios desocupados) etc. Além disso, somada a falta de alternativas para a resolução das “problemáticas” vividas pela classe trabalhadora nos últimos anos, tem-se elevado a crítica à falta de representatividade de organizações e movimentos sociais e sua cooptação.

Diante dessa crítica, emergem novos sujeitos organizados que buscam uma renovação da práxis político-espacial, em especial, negando as práticas que corroboram com a cooptação e sugerindo possíveis alternativas de (re)politização da base social. Com isso, as lutas no urbano passam a revelar dialeticamente o conflito de classes e a repolitizar o espaço urbano. Nessa perspectiva, argumenta Vainer:

“Ali onde a mercantilização do espaço público está sendo contestada, ali onde os cidadãos investidos de cidadania politizam o cotidiano e quotidianizam a política, através de um permanente processo de reconstrução e reapropriação dos espaços públicos, estão despontando os primeiros elementos de uma alternativa que, por não estar ainda modelada e consolidada, nem por isso é menos promissora” (VAINER, 2002, p. 101).

Um dos movimentos sociais urbanos que mais se destaca neste início de século é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A leitura feita pelo movimento em relação ao urbano se refere à necessidade de uma reforma urbana. A discussão perpassa pela construção de uma cidade mais democrática e para isso, são polemizados temas, como o direito a moradia, os efeitos da especulação imobiliária, a função social da terra etc. O movimento se organiza através de coordenações (regional, estadual, do acampamento), essas coordenações permitem uma prática autônoma e horizontal. Ainda, existem assessorias técnicas e políticas que promovem articulações e apoio

jurídico, financeiro, contudo, há uma preservação da autonomia no *pensar e agir* do movimento. A principal estratégia do MTST é a ocupação de prédios ou terrenos ociosos. Como aponta Almeida et al.:

“A forma de manifestação das organizações do movimento dos sem-teto se baseia principalmente na ação direta sobre imóveis há tempos ociosos, não utilizados ou abandonados. Algumas organizações têm seu foco em terrenos, enquanto outras atuam em prédios. As áreas nas quais os imóveis almejados se encontram também variam de acordo com as definições das organizações, podendo ser encontrados tanto nas franjas periurbanas quanto no centro de algumas cidades” (ALMEIDA et al., 2009, p. 71).

Como argumentado neste capítulo, há uma proximidade e até convergência entre o paradigma teórico-metodológico de compreensão dos movimentos sociais e a sua práxis. Isso é explicado pela relação entre “intelectuais orgânicos” (Antonio Gramsci) e os movimentos. Pela proximidade dos fatos, ainda é recente falar de um paradigma *dominante* que orienta as pesquisas e a práxis dos movimentos nos últimos anos. Apesar disso, é visível que a categoria de autonomia retorna como uma necessidade para a (re)politização da base social e do espaço.

Além disso, os aspectos culturais e simbólicos têm sido valorizados nas análises, negando o economicismo ou determinações macroestruturais. Ainda, a categoria espacial passa a ser uma instância de preocupação. (SOUZA, 2009, p. 19). Entretanto, trabalhos e pesquisas culturalista são latentes dentro do paradigma pós-moderno na teoria de movimentos sociais. E essa prática só inverte a problemática, pois reifica uma “instância” e abdica de outras. Destarte, a posição de eleger nesse trabalho a categoria de práxis político-espacial dentro da acepção da dialética sócio-espacial se deve a relacionar o simbólico e o material e a relacionar a organização, a ideologia, consciência, o projeto político a um contexto sócio-espacial que *não pode ser (e não é) passivo*.

CAPÍTULO III

A PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO DISTRITO FEDERAL: OS INCANSÁVEIS DE CEILÂNDIA E OS SEM TETO

O estudo de caso em relação aos “Incansáveis Moradores de Ceilândia” e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) apresenta elementos que possibilitam a interlocução fundamental entre o teórico e o empírico. Neste sentido, far-se-á uma análise comparativa entre os dois “movimentos”, partindo da teorização referente à dialética sócio-espacial e, principalmente, da práxis político-espacial. Por esse caminho, o capítulo apresenta, em um primeiro momento, uma descrição e análise a partir da literatura sobre o contexto espaço-temporal e da atuação do movimento. Em um segundo momento são selecionados trechos das entrevistas realizadas com os “Incansáveis de Ceilândia” e os “Sem teto” a partir de conceitos identificados como parte da práxis. Em um terceiro momento, para que a análise de conteúdo propicie uma discussão acerca das hipóteses elencadas, são feitos comentários e discussões, relacionando a literatura e comparando as entrevistas entre os movimentos a partir dos conceitos apresentados.

3.1- OS INCANSÁVEIS DE CEILÂNDIA & OS SEM TETO

Para compreender o Movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia e as dinâmicas sócio-espaciais a ele relacionadas, faz-se necessário um estudo que abranja os processos sócio-espaciais da produção do espaço de Brasília e de Ceilândia. Para tanto é feita uma revisão bibliográfica acerca da temática, com ênfase na interlocução entre a história do movimento e o contexto espaço-temporal. Ainda neste tópico será feita uma explanação acerca do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e as dinâmicas sócio-espaciais a ele relacionadas. Assim, é realizado um estudo que abranje os processos sócio-espaciais em curso em Brasília a partir da década de 1990, no que se refere a reestruturação urbana e reprodução de Brasília como negócio. Assim, é feita uma revisão bibliográfica acerca da temática, com ênfase o contexto espaço-temporal e a atuação do MTST nos últimos anos.

3.1.1- Uma breve apresentação: espaço, tempo e luta dos Incansáveis

Em 1956 é lançado o concurso para o projeto de Brasília, Lúcio Costa é o vencedor. Apesar dos relatórios para a construção, dos trâmites e discussões no campo político, o que é de fundamental importância ser ressaltado é que

Brasília é, em grande parte, a materialização e expressão do modelo de desenvolvimentismo difundido e do papel interventor e tecnocrático, do Estado enquanto planejador. Apesar disso, o que se observa desde a concepção do próprio projeto de Lúcio Costa até o espaço produzido de Brasília é que existem incongruências e contradições em relação ao planejamento, que estão relacionados ao papel e interesse envolvidos entre a ação do Estado tecnocrático e a inserção de agentes do capital também na produção deste espaço. (PENNA, 2000). Nesse sentido, a apropriação da terra pública por agentes privados, por exemplo, é um dos elementos onde convivem ideias e práticas dúbias. Por isso, cabe ressaltar a relação entre a posse, função e renda da terra e a produção dos “espaços” em Brasília.

No decorrer da década de 50, a principal força de trabalho atuante na construção de Brasília era advinda do afluxo desorganizado, são os primeiros trabalhadores a se dirigirem para o território para realizar os trabalhos iniciais de construção de alojamentos, depósitos, campo de pouso, vinham quase que exclusivamente de áreas circunvizinhas, sobretudo do Estado do Goiás. (RIBEIRO, 2008, p. 80). Entretanto, é somente em fins da década de 50 que ocorre um grande aumento nos números de imigrantes para a construção de Brasília, estes agora não vieram mais como trabalhadores individuais, mas foram recrutados, encaminhados e selecionados (afluxo organizado), por meio de órgãos do Estado, como o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização).

“A partir deste momento, a função de recrutamento desempenhada pelo Inic passa a se confundir cada vez mais com a de repressão ao fluxo para o local e com a exarcebação da seleção dos migrantes e possíveis trabalhadores em Brasília.” (RIBEIRO, 2008, p. 88). Neste momento, procura-se frear o afluxo de trabalhadores ao local, mas as correntes de imigrantes não cessam de chegar nas obras até por meio do tráfico de trabalhadores.

Como consequência, a composição da população da nascente Brasília como indica Ribeiro (2008), por meio do Censo Experimental de 1959 se trata de 90% de migrantes. Além disso, como aponta Paviani (2010) através da análise de dados do IBGE, a população de Brasília em 1960 era de 141.742 e, praticamente dobra antes da inauguração da capital. Apesar do não estudo sistemático de dados censitários é possível inferir, que a maior parte do

crescimento demográfico ocorre pela entrada de migrantes, em sua maior parte, nordestinos, do que por crescimento vegetativo.

A Brasília planejada e ideal, com uma população máxima de 500 mil habitantes, como constava no edital para a construção da cidade, se restringe aos planos e projetos, pois “a construção do Plano Piloto estaria estimulando a migração interna e com isso agregando novos núcleos urbanos (cidades satélites) ao DF. Essa inclusão de assentamentos corresponderia a expansão periférica ocorrida nas demais cidades como Salvador, Rio de Janeiro...” (PAVIANI, 2010, p. 230).

Em meados da década de 1960 e na década de 1970, o governo detinha uma força política hegemônica. Nessa ocasião, erradicava favelas e reprimia a população”. (GOUVÊA, 2010). Esse período coincide com o período de produção monopolista do espaço urbano de Brasília, no qual Campos (2010) aponta a prevalência do Estado como principal apropriador da renda fundiária de monopólio. Prevalece a ação do Estado em direção a uma segregação planejada, em um primeiro momento, na diferenciação do padrão de habitações (funcionalismo público e tecnocracia e imigrantes trabalhadores da construção civil) e, posteriormente, na expulsão dos “invasores”.

Logo, é nesse período de “produção fordista do espaço do DF” (FERREIRA e PENNA, 1996) que a estrutura social e os futuros processos urbanos são moldados. De modo, que era necessário o Estado “programar” a nascente cidade, para isso, a necessidade da repressão utilizada. A concepção higienista de proteção a Bacia do Lago Paranoá através de um cordão sanitário reiterado no Plano Diretor de Água, Esgotos e Controle da Poluição no Distrito Federal (PLANIDRO) que impossibilitasse ocupações humanas serve no discurso e na prática para expulsão das ocupações da classe trabalhadora nas proximidades do Plano Piloto. Apesar disso e ao mesmo tempo, surgem loteamentos para a elite na Orla oriental do Lago Paranoá, o que evidencia a concepção classista do Estado e as “políticas de perifização”.

Até a década de 1970, a posse das terras era do Estado. A partir de então, passa a ocorrer a alienação das terras públicas, por meio da criação da Terracap e das “doações”, há a formação de um submercado de terras concorrencial e a gestação da acumulação especulativa através da renda diferencial da terra (CAMPOS, 2010). Como indica Gouvêa (2010), Observa-se, assim, que o poder público primeiramente se encarregou de determinar

“estrategicamente” a localização das diversas cidades-satélites, deixando, num segundo momento, que o próprio mercado imobiliário desse continuidade ao processo de segregação social.

Nesse ínterim, em 1969, quando se discute os problemas sociais do Distrito Federal, é nítido que o maior deles era o favelamento nas proximidades do Plano Piloto, contrariava o cordão sanitário para a proteção da Bacia do Lago Paranoá. Para resolver essa “problemática”, foi criada a Campanha para erradicação de favelas pelo Governador Helio Prates. Foram “transferidos” os moradores das “invasões” do IAPI, das Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Colombo, dos morros do Querosene e do Urubu e Curral das Éguas e Placa das Mercedes. Aproximadamente 80 mil pessoas foram transferidas para o norte de Taguatinga, que a partir de 1971 passa a ser Ceilândia.

O governo do Distrito Federal através da Resolução nº 75/71 garante uma ordem de ocupação, individual e intransferível, para os “moradores” transferidos para Ceilândia. Ainda, existe a promessa de que os preços seriam acessíveis às condições de pagamento. Em 1973, se inicia o processo de regularização dos lotes com os preços em torno de Cr\$ 600,00 e 4.000,00. Nesse momento, foram regularizados cerca de 5000 lotes, mas o processo é interrompido pelo governo, para reformulação. Os processos só são retomados em 1979, quando a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) assume a regularização. Durante o tempo de seis anos em que o processo esteve parado a infraestrutura básica de asfalto, saneamento, em suma, os serviços de urbanização foram construído através do trabalho não pago dos próprios moradores de Ceilândia.

Com a oferta de serviços, o aumento do processo de alienação da terra pública, a conformação de um mercado imobiliário e a especulação, o preço do lote aumenta cerca de cinco mil por cento sobre o preço previamente estabelecido (AMMANN, 1991; RESENDE, 1985). O modelo de cidade produzido através do processo de segregação sócio-espacial moldado pelo Estado através do monopólio das terras e das políticas de “higienização social” agora é (re)produzido pelos órgãos de administração, mas também pelos agentes privados (proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, agentes imobiliários etc.). O valor buscado no mercado de terras agora é um dos responsáveis pela expulsão.

Diante desta situação, os moradores de Ceilândia começam a se organizar no fim de 1979. O contexto espaço-temporal em escala nacional é de agravamento das condições de reprodução da força de trabalho nas cidades (moradia, transporte etc.), desemprego e perda da legitimidade dos governos civil-militares. Nesse instante, há uma retomada organizativa e intensificação das mobilizações dos movimentos sociais. Porém, “no Distrito Federal, centro do poder político e ponto de irradiação do sistema repressor, o processo de rearticulação da sociedade ocorre de forma bem mais lenta e com peculiaridades próprias à Capital do país” (AMMANN, 1991, p. 75).

Apesar disso, os moradores de Ceilândia começam a formar um coletivo a partir da demanda de legalização dos lotes, respeitando a Resolução nº 75/71. O grupo articulado começa a receber apoio de agentes externos e assessorias, é um exemplo o apoio da Igreja Católica, da Ação Cristã Pró-gente e da OAB-DF. Uma primeira assembleia é realizada com a presença de 2000 pessoas e é criada a comissão dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, que depois com orientação jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil, se torna associação para garantia do respaldo legal (AMMANN, 1991, p. 76-77).

A mobilização prossegue aglutinando pessoas através do trabalho de base que passa a ser feito nas quadras residenciais. As questões discutidas nos encontros e discussões nas quadras são levadas para as reuniões da Associação. A proposição do abaixo-assinado surge e é posto em prática, com a pauta de manutenção da Resolução 75/71 e tem mais de 7000 signatários. O abaixo-assinado é entregue para o governador por aproximadamente 400 moradores em manifestação no Palácio do Buriti.

A Associação continua tentando negociar com a Terracap por alguns meses e nada é efetivado. Neste momento é convocada uma nova assembleia, que reuni cerca de 1000 pessoas e delibera por impetrar uma ação na justiça contra a Terracap (RESENDE, 1985). Essa impetração foi feita por meio de uma procuração de cada morador para a OAB-DF, contudo, pelo assédio moral promovido pela Terracap e a dificuldade de encontrar os moradores, apenas 468 moradores movem a ação. Apesar do vínculo e certa judicialização da luta, segundo Resende (1985) e Ammann (1991), os Incansáveis permaneceram realizando reuniões e fazendo trabalho de base. Além disso, promovem um veículo de comunicação (Jornal Voz de Ceilândia)¹⁰, onde discutem temas e

¹⁰ Ver em anexos

pautas além da moradia, como as Diretas Já, a violência policial nas periferias e outros.

Após o apelo a parlamentares e ao Papa, a realização de atos e com sete vezes o julgamento postergado, os Incansáveis Moradores de Ceilândia conseguem vencer o processo contra a Terracap. A Associação prosseguiu ainda lutando, incorporando outras pautas de luta. Mas assim como outros movimentos e associações após a conquista, acontece um arrefecimento.

3.1.2- Uma breve apresentação: espaço, tempo e luta dos Sem Teto

O saldo que se tem do período de construção de Brasília até fins dos anos 80 e começo dos anos 90, em linhas gerais, aponta para a compreensão de que a ação do governo do Distrito Federal a partir do monopólio e controle do uso da terra e da produção de espaços dos excluídos através de promoção de moradia de baixa qualidade e longe do centro efetivou o aumento do valor da terra urbana e gestou a futura especulação imobiliária.

Ainda, os movimentos urbanos das décadas de 70 e 80 como não se integraram e agiram de forma pontual, seja pelas condições materiais que impediam uma atuação mais global e ampla. Ou pela ação do governo que negociava com os movimentos e associações de modo fragmentado, o que também impedia os movimentos de apreender a totalidade das questões que pareciam aos olhos simplesmente singulares e individuais. O que acontece é que depois das pautas reivindicadas serem conquistadas, em sentido mínimo, o movimento se arrefecia e acabava. Esse é o panorama que molda a produção do espaço de Brasília e a (falta de) atuação dos movimentos urbanos na década de 1990 e que só é retomada na década de 2000.

A produção monopolista do espaço de Brasília, o monopólio da terra por parte do Estado e o planejamento de ordem tecnocrática são subsumidos por um novo paradigma ascendente na década de 1990. Este momento é marcado pelo fortalecimento do mercado imobiliário (formal ou informal) e pela diminuição da atuação interventiva do poder público em relação ao território do Distrito Federal (PENNA, 2013, p. 218). Neste momento de instabilidade e de crescimento do pensamento neoliberal, a reprodução da cidade como negócio na atração de capital flexível é latente e a crítica a ineficiência, ineficácia e falta

de transparência do Estado justificam a inserção da lógica empresarial no planejamento e gestão das cidades. Como aponta Penna:

“As ações estratégicas implementadas desempenham a função de fortalecer a criação de infraestrutura que proporcione maior fluidez e velocidade para abrigar as novas relações de produção e empreendimentos do circuito do terciário moderno, com base no tripé negócios, lazer e cultura: Centros de Convenção e de Cultura, amplas e novas avenidas (Av. L3 Norte e Av. L4 Norte e Sul), ponte monumento (Ponte JK), Projeto Orla, entre outros.” (PENNA, 2013, p. 221).

O processo de concessão de obras públicas para a gestão por parte de empresas privadas, a concessão de terra pública para a construção de condomínios, shopping centers a grandes empreendimentos, a falta de atuação de fiscalização do setor público em referência ao uso da terra urbana etc. são fatores que identificam o crescimento do arco de negócios na cidade. A cidade e o espaço urbano de Brasília passam a servir a reprodução e acumulação de capital por agentes relacionados, principalmente, ao setor fundiário, imobiliário e financeiro.

A terra valorizada de modo especulativo agora passa a ser obra, principalmente, do capital incorporador. Assim, cada vez mais os padrões de construção nas áreas de alta ou média valorização são submetidos a alteração, que imputam, através do marketing, um caráter de evidenciar uma “qualidade de vida” promovida por condições de alto padrão de moradia (CAMPOS, 2010, p. 126-127). Para tanto, há uma necessidade de promoção de externalidades que propiciem esta “qualidade de vida” e isso é feito a partir da oferta seletiva de equipamentos urbanos pelo próprio Estado.

Neste sentido, o capital incorporador promove, dialeticamente, o aumento do valor da terra urbana e a segregação sócio-espacial, pois a valorização de “certos espaços” leva a valorização de outros mais longínquos. E a valorização da terra urbana, segrega cada vez mais a classe trabalhadora e suas frações mais pauperizadas social e espacialmente. Ainda como evidencia Aldo Paviani, o resultado da terra “valorizada” é a ocupação de sítios urbanos por meio de uma verticalização, com construção de edifícios e uma horizontalização, com expansão da periferia.

“Logicamente, verticalização e horizontalização podem estar sendo usadas em movimento simultâneo, favorecendo a imagem da dinâmica urbana, mas dissimulando carências e ocultando a ampliação da pobreza periférica. Com isso, em algumas cidades brasileiras, a terra vai sendo “valorizada” ao mesmo tempo no centro e na periferia” (PAVIANI, 1996, p. 218).

Somando-se a isso, a taxa de crescimento populacional no Distrito Federal entre 1991 e 2000 foi de 2,79%, superando a brasileira, que foi de

1,63% e a taxa de crescimento do entorno, sem o DF foi de 5,49% ao ano (SEDUH, 2004, p. 144). Isso demonstra que o crescimento populacional, principalmente no entorno, via crescimento vegetativo ou saldo migratório reflete em um cenário de aumento da horizontalização através do surgimento de assentamentos informais, sem condições de moradia. Ao mesmo tempo a verticalização, através da construção de condomínios no centro e nos próprios núcleos residenciais afastados do centro, como é o caso dos “Shows de morar” em Ceilândia e Samambaia, aumenta o preço da terra e reproduz a lógica de uma metrópole nucleada e segregada.

No novo paradigma de competitividade urbana e gestão empreendedora, para a produção da cidade sob a égide empresarial é necessário a construção de consensos e a despolitização do urbano através do escamoteamento dos conflitos de interesses, da criação de personalismos e do alijamento da participação popular. Por esse íterim, em Brasília, os governos Roriz na década de 1990, com fins eleitoreiros, de evitar críticas e de impossibilitar a organização do movimento popular promove um programa habitacional de doação de lotes e de regularização de loteamentos informais (GOUVÊA, 2010, P. 106-108).

O personalismo em torno de Joaquim Roriz e sua política de caráter assistencialista, em primeiro lugar evita as mobilizações de setores populares a partir de suas políticas paternalistas e de cooptação de lideranças. Esse contexto espaço-temporal na particularidade de Brasília está de acordo com a práxis dos movimentos urbanos em escala nacional, marcado pela inércia. Em segundo lugar, ocorre uma privatização irresponsável da terra pública, o que evidencia o caráter desregulamentador presente na década de 1990 e continuado nos anos 2000, com um caráter menos assistencialista. Nos anos 2000, as ações do governo Roriz mantém as políticas de privatização da terra pública da década anterior. Contudo, a progressiva especulação imobiliária e a disputa de interesses dos agentes imobiliários contém a intensidade de oferta e doação de lotes, para uma valorização da terra.

O governo Arruda, com um vice-governador dono de grandes investimentos imobiliários, rompe em certa medida com as políticas assistencialistas do governo Roriz para uma não oferta de habitação popular. É nesse instante, que obras são aprovadas sem gabarito necessário, que acontecem concessões de terra pública para o capital incorporador, que

aumentam o número de condomínios fechados etc. Em consequência, a terra é valorizada sem precedentes e a falta de políticas sociais na habitação promove um aumento do déficit habitacional, onde segundo dados da CODEPLAN-DF de 2010, em 2007, dos 733 mil domicílios, 60,6% permaneciam relativos à casa própria, tendo elevado para 28,9% os domicílios alugados; em 2011, os domicílios próprios permanecem na faixa dos 60,9%, enquanto os alugados sobem novamente para 29,6% (257 mil) do total de 867 mil domicílios.

Nos últimos anos, alguns programas de moradia popular tem sido concebido e efetivados em escala federal, o “Minha casa, minha vida” e em escala local (governo Agnelo/PT), o “Morar bem”, entretanto não há uma ruptura com o modelo de gestão urbana voltada para a financeirização do espaço de anos anteriores do governo Arruda. Nesse sentido, como indica o MTST, os programas não contemplam os setores populares, pois o preço do imóvel não contempla a renda dos trabalhadores sem teto, mas atende o limite de renda de até 12 salários mínimos. Além disso, a construção de prédios para setores de renda média e alta prosseguem em curso. Esses programas em questão, em verdade, não contrastam com a especulação imobiliária, pois servem aos setores imobiliários.

Esse quadro de aumento da exclusão, segregação sócio-espacial, em suma, de precarização das condições de reprodução da força de trabalho em Brasília, somada as críticas a cooptação dos movimentos sociais na década de 1990 e da inexistência ou ineficácia de programas de moradia para setores mais pauperizados faz emergir a organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em fins da primeira década deste século em Brasília com propostas de promoção de políticas sociais na área da moradia popular.

As primeiras ações do MTST ocorrem em 2010. O movimento atuou junto a centenas de famílias na ocupação de um terreno em Brazlândia. Os ocupantes foram despejados pela polícia, porém com garantias pelo GDF de atender as reivindicações por moradia. Em Março de 2011, o MTST realiza uma ocupação no Ministério das Cidades exigindo negociações com o Governo Federal para ocupações do Movimento nos estados de SP, RJ, MG e DF. Em maio, a Frente Nacional de Movimentos denominada RESISTÊNCIA URBANA, a qual o MTST compõe, volta a ocupar o Ministério das Cidades, onde realiza negociações referentes à reforma urbana, incluindo os acordos referentes à ocupação em Brazlândia.

Depois de um ano da primeira ocupação, sem o cumprimento dos acordos pelo governo, o MTST decide realizar sua segunda ocupação em meados de julho de 2011 às margens da BR-070, sentido Ceilândia-Águas Lindas/GO, inicialmente com cerca de 350 famílias, batizando-a de Ocupação Gildo Rocha. A ocupação é despejada após três dias pela Polícia Militar, SEOPS e Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS), sem nenhum tipo de negociação. Cerca de 150 famílias então vão imediatamente para o Palácio do Buriti, onde permanecem dois dias acampados. Com as negociações paralisadas, o Movimento decide reocupar as margens da BR-070, sendo novamente despejado. Depois ocupa por cerca de dez dias o Ministério das cidades. Nas negociações com as autoridades locais e federais, o MTST conquista “atendimento emergencial para os sem-teto, além de cronograma para viabilizar as moradias definitivas, a partir dos programas habitacionais do governo”.

Posteriormente a Ocupação Gildo Rocha, uma das lideranças do MTST, Edson Francisco da Silva, sofre dois atentados de homicídio. As tentativas de homicídio contra lideranças do MTST, no DF e em outros estados, indicam um quadro de tensionamento de conflitos sociais por interesses antagônicos.

Novamente em decorrência do não cumprimento dos acordos firmados por parte do GDF após a desocupação da ocupação Gildo Rocha, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocupa, inicialmente com 400 famílias, um terreno há anos sem cuidados nem uso, pertencente à Terracap. A ocupação ocorre em Abril de 2012 no setor QNQ/QNR de Ceilândia, e é batizado de Novo Pinheirinho. Além do descumprimento dos acordos por parte do governo, como o corte de 400 auxílios aluguel após dois meses do acordo, o Movimento denuncia a política habitacional como um todo do GDF, primeiro pela insuficiência em suprir a demanda e pelas diretrizes pouco claras e especificadas. Suas reivindicações centrais são: “Construção de moradia para todas as famílias ocupadas no Novo Pinheirinho; garantir uma política pública no programa Morar Bem para famílias de 0 a 3 salários mínimos; fim dos despejos ilegais do Distrito Federal; e fim da criminalização de todos os Movimentos Sociais.”

Depois de o governador Agnelo insistir nos cadastros pouco efetivos nas listas da CODHAB para as famílias acampadas, o GDF emite uma liminar favorável a reintegração de posse do local, então marcada para o dia 5 de

Maio. Integrantes do acampamento, que já chegavam a mais de 1000 famílias, realizaram um protesto no Palácio do Buriti, onde houve confronto. Neste período, lideranças do MTST conseguiram ser atendidas por representantes do governo, que basicamente repetiram as “não-propostas” do governo e insistiram em ameaçar com retaliação o movimento.

O caso do Novo Pinheirinho-DF se repercutiu nacionalmente. O MTST-São Paulo, então protagonizou nesta capital no dia 4 de Maio com cerca de 1000 integrantes o travamento de 2 das principais rodovias de SP, a Régis Bittencourt e Rodoanel.

Após negociações e postergação da reintegração de posse para o dia 20 de Maio pelo TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios), GDF, Secretaria Geral da Presidência e MTST conseguem um acordo para a saída, não sendo necessário o uso da força militar. O acordo apontava 3 compromissos: “1) *A inclusão imediata de 600 famílias que estão em situação de maior vulnerabilidade em auxílio emergencial de R\$408 ao mês; 2) O envio de Projeto de Lei para a Câmara Legislativa do DF que institui o Programa de Bolsa Aluguel; 3) A inclusão da Associação que representa as famílias do MTST no Programa Morar Bem, com o compromisso de viabilizar terrenos públicos para a construção de moradias mediante apresentação de projeto pelo Movimento.*”

Passados os prazos de auxílio aluguel, que encerraram em três meses, e ainda sem nenhum dos outros acordos cumpridos pelo governo, o MTST resolveu realizar nova ocupação no início de 2013. Em Janeiro, cerca de 200 famílias ocuparam o local conhecido como “esqueleto”, um prédio inacabado que supostamente estaria em construção a cerca de duas décadas na região do Pistão Sul em Taguatinga, divisa com Água Claras, próximo ao Taguatinga Shopping. O terreno e imóvel pertence ao empresário de Brasília, Abdalla Jarjour.

O MTST ocupou o local com a intenção de pressionar o GDF para uma política habitacional efetiva aos setores mais precarizados e denunciar a especulação imobiliária vigente no DF, em especial, nessa área que está nas proximidades de Águas Claras e também pelo não cumprimento da função social do terreno ocupado. Em contraste, o MTST reivindica a requalificação do prédio abandonado, garantindo a construção de habitação social.

O GDF, no entanto, está irredutível ao praticamente não aceitar negociar com o Movimento. Uma nova ordem judicial obrigava o MTST a abandonar o local até o dia 16 de fevereiro de 2013. Em assembleia no dia 17, o Movimento declarou que não iria sair do prédio, apesar disso, um acordo com o governo em referência aos aluguéis moradia leva o MTST a votar em assembleia pela desocupação do prédio. Desde então, o movimento vem se mobilizando e construindo atos exigindo o aumento qualitativo e quantitativo do auxílio aluguel, assim como uma política de moradia popular efetiva.

3.2- PRÁXIS POLÍTICO-ESPACIAL: TRECHOS SELECIONADOS DE DEPOIMENTOS

A seguir, são apresentados trechos de entrevista realizada no dia 08 de Novembro de 2013, com Joaquim Nóbrega Bezerra, militante e um dos líderes dos Incansáveis Moradores de Ceilândia. Em seguida, são apresentados trechos de entrevista realizada com três militantes do MTST. Para que seja possível uma análise de conteúdo comparativa entre os Incansáveis de Ceilândia e os Sem Teto, este item é construído a partir de trechos selecionados, que estão estruturados a partir de conceitos, que na nossa metodologia analítica “compõem” a categoria de práxis político espacial. A saber, os conceitos são: projeto político, organização e consciência (ângulo interno) e autonomia e legado (ângulo externo).

3.2.1- Os Incansáveis Moradores de Ceilândia

A- Projeto político:

* Em relação ao horizonte de luta...

“A nossa briga mais era por o preço do lote né”.

* Transformador ou institucionalizador...

“A gente acreditava mais no mudar do que em fazer pressão...era porque, inclusive a gente tinha até um não sei se é slogan que chamam [lema] que a população dizia – “O povo unido jamais será vencido.” (...) eu acho na minha opinião, o que mais chegou ao ponto de fazer com que a questão fosse ganha a favor dos moradores foi a própria justiça brasileira, a própria OAB que reconheceu e deu a questão como ganha para os moradores”.

* Táticas de ação...

“A gente recebia os documentos nas igrejas, todas as igrejas liberaram pra gente também né. A gente recebia os documentos e levava pra

mão dos advogados. E houve muita confusão, nós chegamos ao ponto até de...um dia invadir o Congresso Nacional, nós levamos seis ônibus daqui de Ceilândia lotado com homem, mulher e criança. (...) aí quando nós chegamos lá proibiram a entrada da gente. (...) o presidente era o finado João Batista Figueiredo, nós inclusive protocolamos uma carta lá no Palácio do Planalto pra ele, e parece que ele nem leu, nem nada”.

B- Organização:

“Tinha toda diretoria, tinha de quinze em quinze dias a gente tinha reunião pra explicar pra população como é que tava o andamento na justiça, nas igrejas os padres liberavam um horarizinho inclusive pra mim, eu era quem anunciava pra população como é que tava o andamento de tudo na justiça. Lá dentro da própria Terracap, aonde é que a gente ia reunir”.

C- Consciência:

* Do (s) indivíduo (s) e sua história no/do movimento...

“Inclusive eu soube de um história que tiraram essas invasões do Núcleo Bandeirante, porque disse que os governantes dessa época sentiam vergonha em quem chegava em Brasília pra pousar no aeroporto passava logo por cima de um monte de invasões. Aí resolveram tirar de lá e botar pra bem longe do aeroporto. Aí foi escolhido a Ceilândia. Mas, aí depois porque que a Terracap queria cobrar esses preços? (...) agora os incansáveis...quando nós chegamos em Ceilândia em 1971 eu morava nesse lote aqui do lado e o...era o (mongrego), eu trabalhava com, na feira junto com ele de sócio nós dois, aí ele foi pro Maranhão e me passou uma procuração pra mim quitar esse lote aí dentro da Terracap (...) Aí eu quitei naquela época dentro da Terracap por 1500 cruzeiros, chamava cruzeiro né?. Aí depois veio esse aqui que era do finado meu pai, já faleceu com base de um mês vieram cobrando trinta e poucos mil, aí foi que nós revoltamos . Eu disse por que que o do lado custou só 1500 cruzeiro e aqui trinta? Aí foi que nós conseguimos formar a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia. Aí fomos lutar dentro da Terracap, nessa época era o coronel Eni de Oliveira Castro, era o superintendente de lá, aí ele não queria o acordo (...) Aí nós juntamos e formamos no caso a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia e houve a eleição da gente aí no, onde hoje é o restaurante comunitário, naquela época era o Quarentão, aí fui eu e o Eurípedes Camargo na chapa pra presidente. (...)foi porque, aí...começou a partir dos preços né. Porque nós pensamos, como é que um custa mil e quinhentos e o outro vizinho custa trinta mil? Nós desconfiamos que existia alguma, é...igual diz o nordestino, existia alguma traminha nesse negócio, começamos a formar reunião, a falar com um, falar com outro. Aqui mesmo a gente ia na casa do vizinho, fazia uma reunião na casa do vizinho, na próxima ele já vinha pra casa de outro e nós fomos juntando e falando com um e falando com outro e a população passou a acreditar e acabou dando certo o negócio”.

* Em relação aos projetos do governo e a conjuntura...

“Aí nessa época existia um projeto do governo e eles falavam, era inclusive conveniado com o serviço social, é por exemplo na Paraíba eu tenho um pedacinho de terra, e eu queria ir pra lá e ficar lá, sem voltar pra dentro de Brasília, o governo dava até passagem, a despesa, pra eu ir com toda a família, nas condições de eu ir e ficar lá e não voltar mais. Aí um estudante de direito me fez essa pergunta lá (na UnB), o que que eu achava desse projeto do governo, eu digo, rapaz isso é uma prova que o governo tá dando que quer tirar o pobre daqui de dentro de Brasília e morrer bem longe dele, porque se morrer aqui ele sente vergonha”.

* Publicização, conquista de apoio e “conscientização” da população...

“Existiu alguém também, e esse livrinho “Terracap contra Ceilândia” por exemplo, eu fui divulgar ele na Rádio Planalto no programa do Meira Filho, que é lá da Paraíba de uma cidadezinha vizinha a minha, é meu contrterrâneo e tudo, e ele negou divulgar (...). E naquela época existia aquele programa o Brasília Urgente, era Álvaro Costa, Celso de Marco a Rose, era...tinha muitos outros, aí eu fui lá (...) aí me botou no estúdio, lá na frente das câmeras e eu divulguei na televisão (...) tinha o jornal também dos Incansáveis que distribuía uma folhinha informativa, aí começou, depois que foi divulgado na televisão e que viram que a questão tava na justiça, e que os moradores tavam começando a ganhar terreno com as coisa, aí começou todo mundo correndo em cima do nome de Ceilândia e dos Incansáveis, era jornal, era imprensa, era rádio”.

D- Autonomia:

* Relação com assessoria...

“O doutor, o finado doutor Maurício Corrêa liberou três advogados pra gente, através da OAB, era o doutor Luiz Carlos Sigmaringa, doutora Milza e doutor Francisco Macedo, era, foram os três advogados que o doutor Maurício Corrêa liberou e acho que através deles que a nossa questão foi ganha contra o governo. (...) quase me processam por causa desse livrinho (Terracap contra Ceilândia), uns falavam em prender, outros falavam em processar, eu digo uai, aí a OAB foi que me deu cobertura (...) Então praticamente além de outros órgãos que nós encontramos a favor dos Incansáveis de Ceilândia também foi a própria Unb, também apoiaram, falaram a favor dos Incansáveis, lutaram, muita gente ajudou também. (...) tinha a Pró-gente, tinha a Pró-Gente lá na Ceilândia Norte”.

* Relação com o Estado

“Tinha é, partidos políticos houve muitos, eu não lembro, inclusive esse senador que ta com a gente aqui (foto) ele era do, eu não lembro bem, mas aqui nessa reportagem tem, senador Lázaro Barbosa. Uma época também nós fomos expulsos do Plenário da Câmara dos Deputados porque....a população que nós levamos pra lá não sabia que dentro do Plenário naquela época, hoje aplaude, naquela época era proibido, aí os deputados tavam defendendo a população e quando eles falaram a favor da população, aí a população levantou no Plenário e aplaudiram, aí mandaram evacuar a galeria, pra tirar todo mundo, que era proibido aplaudir. Aí os deputados pegaram e mostraram pra gente o Salão Azul, disse senta todo mundo no chão aí que a reunião agora vai ser aqui, aí nós sentamos todo mundo lá no tapete e fomos atendidos lá. Já que expulsaram nós de dentro do Plenário, nós ficamos lá no Salão Azul e fomos atendidos. (...) houve repressão, porque pra começar, começou a haver a repressão quando a gente chegava com a população em algum local muita gente queria proibir de reunir, de falar pra população, chegou no Congresso nós fomos expulsos igual eu falei da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, aí depois que viram a imprensa caindo em cima, começaram a divulgar e começaram a elogiar a população e os Incansáveis Moradores de Ceilândia, aí começou a amenizar mais um pouquinho, mas houve repressão (...) a repressão existe até hoje né, até hoje existe é sobre sem terra é sobre todo mundo, inclusive qualquer pobre que tá lutando pelos direitos que tem, mas os poderosos não querem dar”.

E- Legado:

“Até hoje eu ainda encontro pessoas dentro de Ceilândia que brinca comigo, diz, rapaz quando eu vejo esse velho eu me lembro dos tempo daquela briga dos lote aqui, que ele foi que recebeu nossos

documentos aqui na igreja pra levar pra justiça, se hoje eu tenho meu cantinho lá e não paguei nenhum tustão. E isso é bom pra gente que lutou com a coisa. (...) graças a deus foi uma vitória pra gente, uma vitória de muita luta, mas foi uma vitória para os moradores de Ceilândia. (...) aí nasceu os Incansáveis que praticamente deixou pra população não só de Brasília, em muitas partes do mundo, inclusive no exterior em todo canto, deixou uma prova que igual diz no slogan que o povo unido jamais será vencido”.

3.2.2- O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

A- Projeto político:

* Em relação ao horizonte de luta...

“Então essas coisas como a saúde, que mais tá pegando em Brasília. É a saúde, é a educação. A saúde, vamos dizer, que é muito pobre aqui em Brasília. É capital do país, mas a saúde aqui não vale nada. Então não é só habitação, é um todo, por várias coisas. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

Não só a moradia, a saúde, a educação, saneamento, trabalho digno. A maioria das pessoas vê o MTST, o movimento luta por moradia, não. Acho que o movimento luta em geral, sei lá, por uma sociedade igualitária também, um mundo ali sem existir aquela coisa de rico e pobre e o preconceito também que a gente sofre e todo mundo sofre. Acho que é muito mais do que a moradia. (Entrevista com militante da coordenação MTST-DF em 03/11/2013, em Ceilândia).

Eu acredito que mais pela moradia, pela essa luta que a gente vem lutando que mora aqui em Brasília. Há mais de quinze anos, que eu moro aqui pagando aluguel, já não aguento mais tá no sufoco. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia)”.

* Transformador ou institucionalizador...

“Na verdade ele transforma. Pode ser por pressão, mas transforma. Porque se a gente não pressionar o governo, a gente não consegue nada. (...) Eles têm o papel de transformar a moradia no DF. Normalmente, nunca teve essa política, ou você tem o dinheiro para comprar ou você não tem. Então eles desenvolvem esse papel para as pessoas de baixa renda que não tem condições de lutar pela sua moradia”. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

“Acho que tem papel de transformar”. (Entrevista com militante da coordenação MTST-DF em 03/11/2013, em Ceilândia).

* Táticas de ação...

“A gente teve muita conquista aqui, depois que a gente veio e também assim se São Paulo ou qualquer outro Estado fala que o governo daqui tá só enrolando, não tá negociando. A gente conversa aqui entre a gente, trava tal órgão que vai resolver o problema. (...) Nós vamos e fazemos um levantamento da necessidade de casa, aí vamos pra cima do governo pra negociar. Há 2 anos a gente foi atrás do governo e nada de negociação. Ai vamos pra cima, vamos invadir órgão, vamos ocupar órgão, vamos queimar rodovia, vamos fechar o trânsito, só dessa forma a gente tem uma pressão”. (Entrevista com militante da coordenação MTST-DF em 03/11/2013, em Ceilândia).

B- Organização:

“Já lutei antes do MTST, participei de invasões, coisas não era ilegal, não tinha “um cabeça” para organizar isso”. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

“Têm as reuniões regionais e nacional. O movimento também sempre faz um seminário de ano em ano, que era pra fazer. Mas não tem condição de fazer com todos os militantes. A gente decidiu no congresso nacional que teve que todo ano iria ter essa reunião, mas o movimento não tem condição pagar e tá aí planejando qual vai ser o próximo. (...) A gente tem a reunião interna para discutir as pautas do movimento, as organizações do movimento. A gente também abre para aliados, tem vários aliados que participam das nossas reuniões internas e tem voz, todo mundo tem voz.(...) Mas na assembleia todo mundo tem voz, coordenadores, militantes, aliados. Todo mundo tem voz e eu acho isso bacana”. (Entrevista com militante da coordenação MTST-DF em 03/11/2013, em Ceilândia).

C- Consciência:

* Do (s) indivíduo (s) e sua história no/do movimento

“Eu participei de uma ocupação em São Paulo, em 2002, a gente queria só uma casa mesmo. Aí fomos lá, se identificamos com o acampamento. (...) Aí fomos ficando e nada e nada e você faz seu barraco e faz de conta que você tá morando lá mesmo, a única coisa que você vai comprar mesmo é fio pra energia. A gente ficamos seis meses no acampamento. Aí a gente saiu do acampamento e fomos pro auxílio e daí em diante a pessoa que tava comigo ela já foi se envolvendo mais rápido e eu não, eu não queria me envolver, sei lá, no começo eu achava que não era aquilo que eu queria. Aí depois eu fui me envolvendo aos pouquinhos, aos pouquinhos mesmo. Me identifiquei muito com as pessoas, as pessoas é muito carente de informação, carente de tudo, tem os direitos delas, não tem nada e o governo acha que tá doando, que tá fazendo caridade. Na verdade é os direitos nosso, o direito de todo mundo. Fui ajudando aos pouquinhos, aí eu fui vendo as necessidades dessas pessoas. Gente carente, carente de tudo, gente que veio de longe pra melhorar a vida e chega lá é só sofrimento. Aí eu falei não, vou abraçar a causa e to aqui pra ajudar, precisar e não vou desistir. Acho que foi isso, a simplicidade do movimento, o acolhimento, a família que a gente arruma”. (Entrevista com militante da coordenação MTST-DF em 03/11/2013, em Ceilândia).

“Com certeza, mudou muito, porque eu não conhecia a luta popular, eu não tinha conhecimento de que a gente tinha direito. Eu não sabia que nós tínhamos direito a alguns benefícios, que eu vejo hoje que a gente tem direito a um bom governo. Eu hoje luto por uma causa nobre que é uma moradia digna para todo mundo. Eu não sabia disso, que a gente tinha direito a isso. Através do MTST eu estou lutando e conseguindo trazer gente pra cá que não conhecia, não tinha conhecimento. Tem muita gente que entrou junto comigo e formou uma equipe, entendeu? Pessoas que eu conheço, já botamos bastante gente. E vou passando conhecimento, graças a Deus o MTST me propiciou uma oportunidade de lutar por uma causa nobre. Se ele está me dando uma oportunidade, é por isso que o MTST é especial. Conheci a turma do MTST, adorei ter conhecido, foi ótimo ter vindo pra Brasília e comecei a conhecer o movimento e até mesmo comecei a participar da militância. Fiz parte da militância no “Pinheirinho” aqui, conheci mais ainda com certeza e tive mais dentro do que muita gente que não teve e teve um conhecimento geral de como é o MTST, tem muita gente que não tem o conhecimento”. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

“Assim, né, eu comecei a entrar, eles fazem um papel de divulgação. Eles foram entregando de casa em casa (*panfleto). Aí eu vim, né, eu já tinha dois filhos e tava grávida da minha terceira filha. Hoje ela tem dois

anos e quatro meses. Então, assim, eu vim mais porque eu to cansada de pagar aluguel. Morar também nas casas dos outros também como já morei, já fui muito humilhada”. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

* Em relação aos projetos do governo e a conjuntura

“Então, a gente prefere e tem que lutar, porque comprar a gente não consegue, a gente não consegue entrar no programa “Minha casa, minha vida”, porque ele exige um salário de 1800, 00 e eu com um salário mínimo não tenho condições de entrar. Outra, se você tem um débito numa loja e não conseguiu pagar também não entra, porque seu nome está sujo. Então eu prefiro lutar pelos meios populares. E através do Edson, que é o nosso líder a gente começou a conhecer muita coisa e a trazer muitas pessoas para o movimento pra conhecer a luta popular que ninguém conhecia. Todo mundo se acanhava e ficava quieto enquanto o governo fazia o que bem entendia. Então o movimento pra mim é mais que importante, é especial”. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

“Então, independente da pessoa querer vir pro movimento ou não, tanto é que quando nós chegamos aqui para fazer o trabalho de base era difícil demais, porque aqui quando era o governador Roriz, ele dava tudo muito fácil. É leite, é pãozinho, é terra, ela dava um pedaço de terra pra fazer o que quisesse e a gente passava na casa das pessoas. A gente entregamos 900 panfletos, eu, ele (filho) e o pai dele. E quando a gente chegava lá, eles falavam pra gente: uai, vai dar o que, vai dar cesta básica, porque se não vai dar eu não vou. E a gente parava, explicava como que era o movimento. Foi muito difícil, porque imagine você entregar 900 panfletos e aparecer 5 ou 6 pessoas. As vezes a gente tinha que pedir ajuda de São Paulo, porque a gente pensava, passamos esse tempão panfletando e aparece esse tantinho de gente. Depois Teve um crescimento bem grande na militância, uns saíram outros queriam se afiliar (a partidos), outros queriam rachar. No começo, depois de 2 anos tinham 30 militantes, mas desses 30 só sobrou 6 militantes e são os que estão com a gente até hoje”. (Entrevista com militante da coordenação MTST-DF em 03/11/2013, em Ceilândia).

* Publicização, conquista de apoio e “conscientização” da população

“Quando a gente não conhece o movimento eu acho que a gente é um pouco fechado, não vê nada ali fora. Tanto é que quando a gente vai trabalhar e vê um ato na rua, a gente passa xingando. Eu acho que a cabeça dele que não veio de nenhum outro movimento é aquilo. Quando a gente tá fora a gente pensa, nossa tá acontecendo tudo isso e eu não to sabendo”. (...) (Entrevista com militante da coordenação MTST-DF em 03/11/2013, em Ceilândia).

D- Autonomia:

* Relação com assessoria...

“O movimento faz o que ele quiser, não é preso a outros movimentos, nem a partidos. Tem apoiadores que se aliam aos movimentos, que não seja vinculado a partido, sei lá, que não seja filiado a partido. Tenha a liberdade dele, não esteja preso a movimento nenhum. Tem vários aliados de partidos, de movimentos. (...) Se aliar a partido eu acho assim, os militantes que se filiaram a partidos, alguns saíram fora, mas não que ele vá se afiliar (sic) e que o partido vai tirar a autonomia dele. Ele vai falar você não pode ir para assembleia, você não pode ir para o ato, não. Se ele quiser se filiar ele pode até ir, o movimento não proíbe não, mas é assim é do movimento. Tem que dar mais importância ao partido ou ao movimento? Então acima de qualquer coisa, eles colocam o movimento, se eu tiver que me queimar com o

partido eu vou me queimar. Sempre tinha confusão que a gente tinha que jogar partido no meio. Tal candidato a gente tinha que apoiar e a gente não, não é assim não. Se um candidato quiser fazer uma fala em uma assembleia, ele tem voz, agora ele não pode falar assim: quero que vocês votem em mim, eu vou fazer isso por vocês”. (Entrevista com militante da coordenação MTST-DF em 03/11/2013, em Ceilândia). “É uma luta pacífica, uma luta bonita, que não envolve política. Eu acho que preservar a autonomia, porque a autonomia. Ele (MTST) tem o direito de organizar da maneira que ele pode, porque ele com outro grupo ele vai ter que se organizar com o outro grupo, o que o outro grupo decidir. Então o movimento sendo autônomo, sozinho, ele tem como compor aquele ato, aquela questão e resolver ali mesmo. Apoiadores nós sempre temos, mas unir grupos não pode, existe aquela confusão, você quer de um jeito, o outro quer de outro”. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

* Relação com o Estado

“Sofri danos com isso, to devendo através disso pois eu construí, derrubaram eu não tive mais jeito de pagar e voltei a pagar aluguel. Sofri agressões por parte da polícia. Inclusive se colocar meu nome no diário oficial, consta meu nome de que eu fui agredido por um cabo de enxada, a polícia me bateu. Hoje eu vejo que eu luto por esse movimento, sofri agressões de gás de pimenta e vou sofrer, porque eu prometo que eu vou lutar por quem não tem ainda. Não vou lutar só por mim, é para todos”. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

E- Legado:

“A gente por exemplo, muitas famílias às vezes já foi despejada por não ter o dinheiro ali do auxílio aluguel todo mês. É uma conquista deles a gente ter o dinheiro todo mês para pagar o aluguel. Aqui em Brasília, o governo não fazia isso e ele tá fazendo e foi através do MTST essa política. A gente conquistou, aqui em Brasília, a lei do auxílio aluguel que não tinha. Tinha em outras cidades e Estados, São Paulo, mas aqui em Brasília não tinha”. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

“Olha só, uma coisa importante que mudou bastante é a questão da lei de auxílio aluguel, que não tinha aqui em Brasília. As famílias carentes, pobres que eu vejo por aí. Tem muita gente que veio para o MTST e que estava morando na rua, debaixo da ponte. Hoje eles têm direitinho o auxílio, é um salário vulnerabilidade de 408,00. Quem pegou o auxílio tava morando na rua e hoje tá no seu barracinho, saiu da rua. Então a gente não só acolhe pessoas que tem condições ou que já mora em uma casa. O MTST acolhe todo mundo, ajuda todo mundo, principalmente, pessoas que não têm um lar. Então essas pessoas que estavam na rua e que não conheciam o MTST não conheciam o direito que tinham, uma moradia digna e o direito ao auxílio aluguel”. (Entrevista com militante da base social do MTST em 03/11/2013, em Ceilândia).

“Antes de exigir o MTST aqui, teve propostas pra militantes vir vários anos. Quando não tinha militante do MTST aqui pra São Paulo resolver alguma coisa no DF, com o governo federal tinha que vir ônibus de lá pra cá, de 8, 10, 12 ônibus, imagina o quanto que não gasta cada ônibus vir pra cá. Então foi através das dificuldades do MTST negociar aqui no DF que levou o MTST a vir pra cá. A gente teve muita conquista aqui, depois que a gente veio e também assim se São Paulo ou qualquer outro Estado fala que o governo daqui tá só enrolando, não tá negociando. A gente conversa aqui entre a gente, trava tal órgão que vai resolver o problema. Então tem uma facilidade muito grande, a gente tem uma base aqui, a gente tem militante, você pega a proposta

deles e fala queremos isso e isso do governo. Imagina o tanto que não foi bom eles não precisar e ficar aqui 2, quase 3 dias, imagina o cansaço, o gasto que não tinha antes”. (Entrevista com militante da coordenação MTST-DF em 03/11/2013, em Ceilândia).

3.3- UMA COMPARAÇÃO: É POSSÍVEL?

Diante da discussão apresentada permitida através da conceituação de dialética sócio-espacial e práxis político-espacial somado ao método de análise de conteúdo construído que não é dissonante da teorização, ou seja, a própria análise tem como ponto de partida a construção da práxis político-espacial. Além disso, o entendimento do paradigma teórico-metodológico e da práxis dos movimentos sociais no Brasil durante as últimas quatro décadas somado a um levantamento de fontes acerca dos Incansáveis Moradores de Ceilândia e do MTST, além de das entrevistas realizadas nos permite, ainda que com dificuldades, responder as questões de enunciadas na pesquisa.

Em relação as hipóteses, cabe elaborar apontamentos que mostrem quais são as possibilidades e limites de um movimento social urbano modificar ou transformar as relações sócio-espaciais de produção e perpassar um horizonte de luta pontual e imediato. Ainda, discute-se se de fato os Incansáveis de Ceilândia, diferente do MTST, teve um horizonte de reivindicação e de luta pouco amplo. Para tanto, será feita uma análise comparativa a partir dos conceitos que compõem a práxis político-espacial, identificando explicações que podem estar nas respostas dos entrevistados, mas também em bibliografias trabalhadas.

É possível compreender que para os Incansáveis, o horizonte de luta era mais restrito a moradia, no caso a exigência de que a resolução 75/71 fosse cumprida, apesar de ser possível identificar nas discussões em seu boletim “Voz da Ceilândia”, que tratava de questões mais amplas, como a redemocratização do país e outros temas. Ainda, a vitória alcançada na justiça através de processos individuais, de certa forma, “nega” uma coletividade, pois mesmo o movimento realizando reuniões e trabalho de base nas quadras residenciais e fazendo atos públicos, sua tática gradualmente é substituída pela luta nos meios judiciais.

Apesar de não negar a “ideologia da casa própria” que pode ser observado no imaginário da totalidade social, é possível perceber que o MTST engloba uma atuação voltada para uma reforma urbana. Através de uma

concepção classista da sociedade, entende que o déficit de moradia popular, a valorização da terra urbana, a segregação sócio-espacial são consequências do modo de produção vigente, onde “(...) Tudo é transformado em mercadoria, inclusive nós próprios e nossos direitos. Apenas uma minoria tem condições de vida digna. E o Estado atende exatamente esta minoria. Por isso, nossa luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra. (MTST, cartilha de princípios).

A tática de ação do MTST não inviabiliza a possibilidade de negociação, de uso dos meios judiciais, mas o seu projeto político compreende o Estado como produto e produtor de uma sociedade de classes. Nesse sentido, recusa-se a utilização única e exclusiva dos aparelhos institucionais. Assim, a principal tática do MTST é a ocupação, seja a ocupação de prédios e espaços públicos para exigir cumprimento de acordos e negociação ou ocupação de terrenos ociosos público e privados para a promoção de moradia popular.

A organização interna dos Incansáveis é um ponto em que existe uma fragilidade, pois tanto as referências quanto a entrevista realizada não possibilitaram compreendê-la. Apesar disso, fica evidente que existia a eleição de uma diretoria, de tipo presidencialista. O MTST é uma organização que tem atuação em escala nacional e não existe uma estrutura presidencialista, o movimento é composto por coordenações nacional, estadual, setorial e de acampamento. Existem fóruns para debater questões a nível estadual e nacional e para definir políticas gerais do movimento.¹¹

As contradições presentes na reprodução dos processos que dão vida ao espaço e a sociedade é que formam a consciência e a necessidade de organizar-se para resolvê-los. Nesse sentido, tanto nos Incansáveis quanto no MTST depreende-se que a consciência advém com a impossibilidade de permanência das precárias condições de vida (urbana) ou das injustiças sociais produzidas pelas elites e pelo Estado. Ainda, em relação à consciência, ambos os movimentos fazem críticas às políticas do governo. Entretanto, o MTST identifica que as políticas do governo e o contexto espaço-temporal estão relacionados com a (im)possibilidade de uma conscientização da população como um todo. Um exemplo disso são as políticas assistencialistas do governo Roriz, que dificultaram a organização e atuação do MTST em Brasília.

¹¹Ver Cartilha de princípios do MTST.

A consciência tem centralidade na construção da organização e do projeto político, disso pode-se deduzir, que os Incansáveis, diferente do MTST, não têm um nítido corte de classe, ou seja, tem composição policlassista (AMMANN, 1987). A consciência construída seria apenas uma consciência de que os setores oprimidos têm ou deveriam ter direitos garantidos, em detrimento da consciência da necessidade da superação dos processos sócio-espacial capitalistas. No MTST, como existe a luta pela construção de um poder popular, ainda que os sujeitos reproduzam a ideologia burguesa, é possível identificar uma *possibilidade* da construção gradual da consciência “para si”¹²

Em relação à disputa da consciência e apoio da população, o MTST compreende que as críticas feitas pelos sujeitos, inclusive da classe trabalhadora, acerca dos movimentos sociais em geral, demonstram a dominância da ideologia conservadora, mas a disputa é feita através de atos que demonstram suas pautas, através de panfletagem etc. Ainda, é possível entender que é o processo de mobilização que permite a construção da consciência de classe como é salientado pelo depoimento da militante do MTST e corroborado por Marx analisando o papel das coalizões na conformação de associação de trabalhadores (MARX, 2008). Os Incansáveis buscavam apoio através da publicização de suas problemáticas e pautas em veículos de comunicação diversos e em boletins informativos produzidos pela associação, mas a publicização buscada pelos Incansáveis é no sentido de busca de apoio da população e não construção de uma consciência.

No que tange à autonomia, é complicado compreendê-la tanto nos Incansáveis de Ceilândia quanto no MTST. De um lado, é notável que a dimensão da autonomia para os Incansáveis não tem uma centralidade, nem se quer fala-se em autonomia ou se problematiza sobre a relação entre o movimento e as assessorias e/ou o Estado. Nota-se que a relação entre os Incansáveis e a assessoria jurídica (OAB-DF) é de uma certa dependência do movimento, já que a luta no âmbito jurídico é considerada de maior importância, como observado no depoimento de Joaquim Nóbrega. Além disso, como Brasília era uma cidade que ainda estava se constituindo, não havia um

¹²Sobre o conceito de consciência “em si” e consciência “para si”, verificar (IASI, 2011).

passado de organização da classe trabalhadora ou de lutas que pudessem ser experienciadas para uma práxis que exigisse reflexões.

A práxis dos movimentos sociais no Brasil na década de 1970 tinha como centralidade a luta contra o Estado autoritário e as práticas paternalistas/assistencialistas. Contudo, esse fato não se verifica em Brasília, pois os movimentos e associações se organizam, de fato, no fim da década de 1970 e início da década de 1980. Nesse instante, já começa a acontecer uma desestruturação e perda da legitimidade do regime ditatorial e a autonomia é substituída pela conquista dos espaços públicos e da construção de uma hegemonia de classe, ascendem os conceitos de democracia e cidadania. Como discutido no capítulo anterior, a práxis dessa década é um dos fatores que gestam a inércia e desmobilização da década posterior, 1990.

Em Brasília, a situação com referência a autonomia e o projeto político é ainda mais grave, pois a falta de consolidação de entidades de classe, da não vivência de uma prática autônoma, da atuação estrategicamente setorizada do Estado frente às problemáticas e os movimentos e associações etc. consubstanciam uma práxis imediatista, setorizada e pragmática. O que promove uma desmobilização e arrefecimento das lutas, logo que as reivindicações são conquistadas. Nesse sentido, já em meados da década de 1980, ocorre a inércia e desmobilização dos movimentos urbanos em Brasília, antecedendo o que viria a ocorrer no Brasil nos idos dos 90.

No caso do MTST, um movimento que cresce no Brasil durante a primeira década do século XXI e, em Brasília, nos últimos anos, é percebido uma lenta e gradual, mas possível ruptura com o pragmatismo imediato e uma passagem para uma prática mais abrangente. Outro ponto que evidencia rupturas com as prática anteriores é a construção de outra forma organizativa (não presidencialista e hierárquica) e outra tática de ação (ocupações). Apesar de existirem assessorias técnicas e políticas que promovem articulações e apoio jurídico, financeiro etc., há uma busca pela preservação da autonomia no *pensar e agir* do movimento, como é apontado em vários momentos dos depoimentos. Contudo, ainda é fluído e confuso, se as assessorias podem participar do movimento e de que forma, como é a relação com os partidos etc.

Em relação ao legado das lutas do movimento, ambos apontam tanto para a conquista de pautas pragmáticas, quanto para pautas inegociáveis (como o caso da identidade e consciência) e de valor estratégico. No caso dos

Incansáveis, a vitória com a manutenção dos preços estimulados na resolução 75/71 é o caso da pauta pragmática, mas Joaquim Nóbrega indica que a vitória dos Incansáveis abre espaço para que outros grupos excluídos enxerguem a possibilidade de vitória. A conquista pelo MTST do auxílio aluguel para famílias em vulnerabilidade social é uma pauta pragmática, entretanto o movimento aponta que a estruturação de um núcleo em Brasília representa um ganho tático, pois promove que as pautas de outras coordenações sejam negociadas e o governo federal seja pressionado sem a necessidade do deslocamento de militantes de outros estados. Essa é uma visão claramente estratégica e, inclusive, espacial, pois evidencia que no imaginário e na prática pensa-se a articulação entre as escalas, a solidariedade a outras coordenações estaduais, as distâncias etc.

Ainda que tanto a práxis do MTST quanto dos Incansáveis possam demonstrar, discursos e práticas que poderíamos considerá-las confusas, a complexidade das relações sociais e as contradições nelas inerente, inviabilizam essa análise. O que pode e deve ser feito é a contínua crítica que possa encaminhar para a superação de “erros” através da reflexão, que é um momento do projeto político, o pensar.

Pode-se concluir que a ação dos Incansáveis de fato tenha sido pontual, mas a práxis é composta pelos conceitos de projeto político, consciência, organização (estrutura), autonomia e legado. Nesse sentido, a atuação pragmática e pontual do movimento não pode ser entendida unicamente como uma opção de projeto político dos sujeitos que compunham o movimento, pelo contrário, entram em discussão a atuação do Estado, a conjuntura de movimentos sociais e a particularidade de Brasília (cidade recente), a produção do espaço de uma maneira rígida (fordista), o que poderia impedir uma atuação mais universal etc. Ainda, também não se pode dizer que o movimento pelo caráter pontual não poderia ter ou não tem um papel na possível superação das relações sócio-espaciais vigentes. A vitória da classe trabalhadora, ainda que pontual, demonstra que as relações de poder são transponíveis.

No nosso entendimento, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST aparece como um exemplo de movimento social que, entendendo a importância da luta pela garantia e ampliação de direitos, bem como a conquistas de novos direitos, não delimita sua atuação a esse escopo, buscando, através de ações pontuais, criar uma base que sustente a

superação do capitalismo. A busca pela conscientização da classe trabalhadora e suas frações mais pauperizadas é permitida através das lutas por ganhos imediatos, como auxílios aluguel, moradia, etc. mas que tem uma práxis político-espacial com um horizonte amplo de reivindicação, onde se entende a sociedade e os processos além do imediato e do aparente, onde busca-se uma autonomia no *pensar, no organizar e no agir*.

O fato é que, hoje, a partir do acúmulo de experiência dos movimentos urbanos em escala nacional e local, relacionado ao contexto espaço-temporal indica que o MTST tem uma prática mais universalizante. Entendemos que a produção flexível do espaço, dialeticamente pode fragmentar as lutas (paradigma pós-moderno), mas ao mesmo tempo a tecnologia e a informação, que são passíveis de apropriação, evidenciam o avanço das contradições de modo universal e que assim, só a luta de modo universal¹³ pode alcançar vitórias.

¹³ Não confundir universal, com global. Refere-se a universal como conceito que articula a compreensão da totalidade social a partir de mediações entre singular, particular e universal.

CONCLUSÃO

A análise dos estudos de caso desta pesquisa, como singularidade, talvez não promovesse a possibilidade de conclusões mais genéricas acerca dos movimentos urbanos e as reais possibilidades de negação e transformação dos processos sócio-espaciais contemporâneos. Apesar disso, entendemos que a totalidade não é soma das partes, mas uma relação de unidade contraditória das partes que constroem e são construídas pelo todo. Nesse sentido, podemos compreender os eventos aqui assinalados, que apesar das suas singularidades, apresentam a particularidade como mediação materializada de processos universais. Logo, não descartamos o nível de abstração e generalização de nossos resultados.

Assim, se a literatura aqui utilizada evidencia que o espaço e a sociedade são produtos sociais e que estão em um incessante vir-a-ser, a mudança e as lutas são realidade, mas a transformação é uma utopia. Ainda, Marx, Lefebvre, Harvey, indicam que a humanização e emancipação do homem e a materialização desse processo no urbano é um papel que cabe a classe trabalhadora e suas frações mais pauperizadas (LEFEBVRE, 2001, p. 113). A partir disso, evidencia-se que os movimentos sociais urbanos, compostos pela classe trabalhadora e suas frações mais pauperizadas indicam possibilidades de mudança, ao lutar contra a segregação sócio-espacial, contra a especulação imobiliária, contra a opressão, repressão e preconceitos de uma sociabilidade construída a partir da alienação, do fetiche e da objetificação do ser.

Apesar dos autores elencados acima convergirem para o entendimento que de um processo de transformação revolucionário na sociedade só pode ser promovido pela classe trabalhadora. Lefebvre (2001) e Harvey (2013) apontam que a realização concreta deste processo deve perpassar pela base espacial e para o entendimento do direito a cidade. Em primeiro lugar, como o espaço contém e está contido na sociedade, não existe efetivação de um processo social que não passe pelo *pensar, agir e mudar* o espaço. Logo, no contexto atual, a não compreensão dos processos espaciais de modo particular e universal, ao mesmo tempo e uma atuação pontual, leva a derrotas, já que a materialização dos eventos se efetiva e é percebida no local, mas esses

processos são gestados em escala nacional e universal. Nesse sentido, a prática dos movimentos sociais também deve ser universal.

Em segundo lugar, a cidade é obra, expressa o produto das relações e processos do espaço urbano. Ainda, o homem e a cidade se transformam dialeticamente. A insurgência da classe trabalhadora e suas frações mais pauperizadas pelo uso e pelo direito à vida urbana evidenciam que ao mudar e produzir uma cidade democrática, o homem estará também se transformando, diria construindo a(s) possibilidade(s) de emancipação. Ou seja, a cidade não está refém para todo o sempre da sobreposição do valor de troca sobre o valor-de-uso e da sua (re)produção como mercadoria.

Os movimentos urbanos aqui estudados, como já evidenciado, apesar de reproduzirem contradições da sociedade burguesa, indicam como evidenciado por Iasi (2013) analisando Sartre, que a mudança ocorre quando a impossibilidade se torna impossível, ou seja, quando a ordem estabelecida (impossibilidade) ameaça a manutenção da vida. Neste sentido, quando movimentos se organizam e lutam contra resoluções do governo, por moradia popular, por reforma urbana, contra o aumento da passagem, significa que a impossibilidade, ela mesma, se tornou impossível para a sociedade (classe trabalhadora).

Mas não basta a luta pontual e efêmera. O direito a cidade exige a construção de um projeto político transformador, de uma organização que se estruture e que se relacione com agentes externos com autonomia e solidariedade de classe, e que se construa uma consciência de classe “para si”. E esse papel cabe às organizações da classe trabalhadora, não somente partidos políticos, entidades de classe. Nesse momento enxergamos que os movimentos sociais urbanos devem ter esse papel, pois a transformação passa *pela prova do espaço e pelo direito a cidade*.

BIBLIOGRAFIA

ALDO, Paviani. *A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade?* In: _____ Brasília, moradia e exclusão. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de et al. Oikos, Ágora e Ekklesia: uma introdução às fronteiras, pontes e “áreas de sombra” de um espaço ocupado por sem-teto (ocupação Quilombo das Guerreiras- Rio de Janeiro). In: SOUZA, Marcelo Lopes (org.). *CIDADES: Revista Científica/ Grupo de Estudos Urbanos-* v. 6, n. 9, 2009, p. 67-92.

ALTHUSSER, Louis. A dupla revolução teórica de Marx. In: ALTHUSSER, L., BADIOU. *Materialismo histórico e Materialismo dialético*. Global: São Paulo, 1986.

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: De frente para o estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 11-74.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

CAMPOS, Neio. *A segregação planejada*. In: _____ *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

CARLOS, Ana Fani. A reprodução da cidade como negócio. In: CARLOS, Ana Fani A. & CARRERAS, Carles. *Urbanização e Mundialização. Estudos sobre a Metrópole*. Ed. Contexto. São Paulo. 2005, p. 29-39.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. *Brasília: novos rumos para a periferia*. In: _____ Brasília, moradia e exclusão. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta por moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GOVÊA, Luiz Alberto. *A capital do controle e da segregação social*. In: _____ *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH). *Modelo de Gestão Estratégica do território do Distrito Federal*. Brasília. 2004.

HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. In: _____ *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem das mudanças culturais*. São Paulo: Loyola, 1993.

IASI, Mauro Luis. *A rebelião, a cidade e a consciência*. In:_____ Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. O conceito e o “não conceito” de classes em Marx. In:_____ *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LANZ, Stephan. Capilares da transformação social: movimentos urbanos na América Latina. In: SOUZA, Marcelo Lopes (org.). *CIDADES: Revista Científica/ Grupo de Estudos Urbanos*- v. 6, n. 9, 2009, p. 217-239.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Problemas atuais do Marxismo*. Portugal: editorial Fronteira, 1977.

LENIN. *As três fontes e três partes constitutivas do marxismo*. Em: Obras escolhidas, tomo 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARTINS, José de S. (ORG). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Cortez, 1997.

PENNA, N. Empreendedorismo e Planejamento Urbano em Brasília: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano. In Pereira, E (Ed.) *Planejamento urbano no Brasil. Conceitos, Diálogos e Práticas*. Ed. Argos. Chapecó, 2013, p. 207 - 230.

PONTES, Reinaldo Nobre. A categoria de mediação. In:_____ *Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

RESENDE, Mara. 1985. *Ceilândia em movimento*. 214 f. Tese (Dissertação em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. 1985.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos- e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. In: SOUZA, Marcelo Lopes (org.). *CIDADES: Revista Científica/ Grupo de Estudos Urbanos*- v. 6, n. 9, 2009, p. 9-26.

_____. Uma crise e o seu “Day after”: a situação dos movimentos sociais urbanos. In:_____ *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO,

Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 75-103.

APÊNDICE

Entrevista MTST, realizado no dia 03 de Novembro de 2013

Base social (Ana*)

- Como se aproximou do MTST?

Assim, né, eu comecei a entrar, eles fazem um papel de divulgação. Eles foram entregando de casa em casa (*panfleto). Ai eu vim, né, eu já tinha dois filhos e tava grávida da minha terceira filha. Hoje ela tem dois anos e quatro meses. Então, assim, eu vim mais porque eu to (sic) cansada de pagar aluguel. Morar também nas casas dos outros também como já morei, já fui muito humilhada. Eles têm o papel de transformar a moradia no DF. Normalmente, nunca teve essa política, ou você tem o dinheiro para comprar ou você não tem. Então eles desenvolvem esse papel para as pessoas de baixa renda que não tem condições de lutar pela sua moradia.

- As pautas do MTST se restringem a luta pela moradia?

Vários deles têm vários aliados. Então essas coisas como a saúde, que mais tá (sic) pegando (sic) em Brasília. É a saúde, é a educação. A saúde, vamos dizer, que é muito pobre aqui em Brasília. É capital do país, mas a saúde aqui não vale nada. Então não é só habitação, é um todo, por várias coisas.

- Você acha que o MTST tem um papel de transformação?

Na verdade ele transforma. Pode ser por pressão, mas transforma. Porque se a gente não pressionar o governo, a gente não consegue nada.

- Quais são as conquistas do MTST para Brasília?

A gente por exemplo, muitas famílias às vezes já foi (sic) despejada por não ter o dinheiro ali do auxílio aluguel todo mês. É uma conquista deles a gente ter o dinheiro todo mês para pagar o aluguel. Aqui em Brasília, o governo não fazia isso e ele tá (sic) fazendo e foi através do MTST essa política. A gente conquistou, aqui em Brasília, a lei do auxílio aluguel que não tinha. Tinha em outras cidades e Estados, São Paulo, mas aqui em Brasília não tinha.

- Você sabe como se organiza o MTST?

Não soube falar.

Base social (João*)

- Como se aproximou do MTST?

Eu to (sic) desde 2012. Eu acredito que mais pela moradia, pela essa luta que a gente vem lutando que mora aqui em Brasília. Há mais de quinze anos, que eu moro aqui pagando aluguel, já não aguento mais tá (sic) no sufoco. Quando o dono pede fica aquele negócio e a gente que tem família tem que ficar se deslocando com criança, com isso e aquilo. Então, a gente prefere e tem que lutar, porque comprar a gente não consegue, a gente não consegue entrar no programa "Minha casa, minha vida", porque ele exige um salário de 1800, 00 e eu com um salário mínimo não tenho condições de entrar. Outra, se você tem um débito numa loja e não conseguiu pagar também não entra, porque seu nome está sujo. Então eu prefiro lutar pelos meios populares. Conheci a turma do MTST, adorei ter conhecido, foi ótimo ter vindo pra Brasília e comecei a conhecer o movimento e até mesmo comecei a participar da militância. Fiz parte da militância no "Pinheirinho" aqui, conheci mais ainda com certeza e tive mais dentro do que muita gente que não teve e tive um conhecimento geral de como é o MTST, tem muita gente que não tem o conhecimento. É um movimento maravilhoso e eu acho que deveria ter criado isso há bastante tempo aqui em Brasília, porque em outros lugares já existia pelo conhecimento que eu tenho, São Paulo, Rio, Recife, Tocantins. E através do *, que é o nosso líder a gente começou a conhecer muita coisa e a trazer

muitas pessoas para o movimento pra conhecer a luta popular que ninguém conhecia. Todo mundo se acanhava e ficava quieto enquanto o governo fazia o que bem entendia. Então o movimento pra mim é mais que importante, é especial.

- Sua forma de pensar mudou depois da entrada para o MTST?

Com certeza, mudou muito, porque eu não conhecia a luta popular, eu não tinha conhecimento de que a gente tinha direito. Eu não sabia que nós tínhamos direito a alguns benefícios, que eu vejo hoje que a gente tem direito a um bom governo. Eu hoje luto por uma causa nobre que é uma moradia digna para todo mundo. Eu não sabia disso, que a gente tinha direito a isso. Através do MTST eu estou lutando e conseguindo trazer gente pra cá (sic) que não conhecia, não tinha conhecimento. Tem muita gente que entrou junto comigo e formou uma equipe, entendeu? Pessoas que eu conheço, já botamos bastante gente. E vou passando conhecimento, graças a Deus o MTST me propiciou uma oportunidade de lutar por uma causa nobre. Se ele está me dando uma oportunidade, é por isso que o MTST é especial. (...) Já lutei antes do MTST, participei de invasões, coisas não era ilegal, não tinha “um cabeça” para organizar isso. Sofri danos com isso, to (sic) devendo através disso pois eu construí, derrubaram eu não tive mais jeito de pagar e voltei a pagar aluguel. Sofri agressões por parte da polícia. Inclusive se colocar meu nome no diário oficial, consta meu nome de que eu fui agredido por um cabo de enxada, a polícia me bateu. Hoje eu vejo que eu luto por esse movimento, sofri agressões de gás de pimenta e vou sofrer, porque eu prometo que eu vou lutar por quem não tem ainda. Não vou lutar só por mim, é para todos.

- O que você pensa sobre a ligação entre o movimento e outros movimentos, ou partidos políticos ou o Estado?

É uma luta pacífica, uma luta bonita, que não envolve política. Eu acho que preservar a autonomia, porque a autonomia. Ele (MTST) tem o direito de organizar da maneira que ele pode, porque ele com outro grupo ele vai ter que se organizar com o outro grupo, o que o outro grupo decidir. Então o movimento sendo autônomo (sic), sozinho, ele tem como compor aquele ato, aquela questão e resolver ali mesmo. Apoiadores nós sempre temos, mas unir grupos não pode, existe aquela confusão, você quer de um jeito, o outro quer de outro.

- Quais são as conquistas do MTST para Brasília?

Olha só, uma coisa importante que mudou bastante é a questão da lei de auxílio aluguel, que não tinha aqui em Brasília. As famílias carentes, pobres que eu vejo por ai. Tem muita gente que veio para o MTST e que estava morando na rua, debaixo da ponte. Hoje eles têm direitinho o auxílio, é um salário vulnerabilidade de 408,00. Quem pegou o auxílio tava morando na rua e hoje tá (sic) no seu barraquinho, saiu da rua. Então a gente não só acolhe pessoas que tem condições ou que já mora me uma casa. O MTST acolhe todo mundo, ajuda todo mundo, principalmente, pessoas que não têm um lar. Então essas pessoas que estavam na rua e que não conheciam o MTST não conheciam o direito que tinham, uma moradia digna e o direito ao auxílio aluguel.

Liderança/ Coordenação (Francisca Maria)

- Como se aproximou do MTST?

Eu participei de uma ocupação em São Paulo, em 2002, a gente queria só uma casa mesmo. Ai fomos lá, se identificamos com o acampamento. Você vai pra outros acampamentos por ai, você tem que pegar uma taxa semanal, mensal, quinzenal. A gente morava em uma casa que era bem

simples, mas tinha aquele domínio de traficante na favela. A gente ficava indignado, porque tudo que a gente ia fazer tinha que comunicar pra ele. Ai fumo (sic) lá pro acampamento e vamos ver se eles vão cobrar alguma coisa nós não fica, a gente vai embora. Ai fomos ficando e nada e nada e você faz seu barraco e faz de conta que você tá (sic) morando lá mesmo, a única coisa que você vai comprar mesmo é fio pra energia. A gente ficamos (sic) seis meses no acampamento. Ai a gente saiu do acampamento e fomos pro auxílio e daí em diante a pessoa que tava comigo ela já foi se envolvendo mais rápido e eu não, eu não queria me envolver, sei lá, no começo eu achava que não era aquilo que eu queria. Ai depois eu fui me envolvendo aos pouquinhos, aos pouquinhos mesmo. Me identifiquei muito com as pessoas, as pessoas é muito carente de informação, carente de tudo, tem os direitos delas, não tem nada e o governo acha que tá doando, que tá fazendo caridade. Na verdade é (sic) os direitos nosso, o direito de todo mundo. Fui ajudando aos pouquinhos, ai eu fui vendo as necessidades dessas pessoas. Gente carente, carente de tudo, gente que veio de longe pra melhorar a vida e chega lá é só sofrimento. Ai eu falei não, vou abraçar a causa e to aqui pra ajudar, precisar e não vou desistir. Acho que foi isso, a simplicidade do movimento, o acolhimento, a família que a gente arruma.

- O movimento tem papel de transformação?

Acho que tem (papel de transformar). Não só a moradia, a saúde, a educação, saneamento, trabalho digno. A maioria das pessoas vê o MTST, o movimento luta por moradia, não. Acho que o movimento luta em geral, sei lá, por uma sociedade igualitária também, um mundo ali sem existir aquela coisa de rico e pobre e o preconceito também que a gente sofre e todo mundo sofre. Acho que é muito mais do que a moradia.

- Você sabe como se organiza o MTST?

O movimento faz o que ele quiser, não é preso a outros movimentos, nem a partidos. Tem apoiadores que se aliam aos movimentos, que não seja vinculado a partido, sei lá, que não seja filiado a partido. Tenha a liberdade dele, não esteja preso a movimento nenhum. Tem vários aliados de partidos, de movimentos. (...) Se aliar a partido eu acho assim, os militantes que se filiaram a partidos, alguns saíram fora, mas não que ele vá se afiliar (sic) e que o partido vai tirar a autonomia dele. Ele vai falar você não pode ir para assembleia, você não pode ir para o ato, não. Se ele quiser se filiar ele pode até ir, o movimento não proíbe na, mas é assim é do movimento. Tem que dar mais importância ao partido ou ao movimento? Então acima de qualquer coisa, eles colocam o movimento, se eu tiver que me queimar com o partido eu vou me queimar. Se eu for me filiar a um partido eu vou colocar na reunião de coordenação e vai ser decidido se eu posso ou não e que partido que é também. (...) Sempre tinha confusão que a gente tinha que jogar partido no meio. Tal candidato a gente tinha que apoiar e a gente não, não é assim não. Se um candidato quiser fazer uma fala em uma assembleia, ele tem voz, agora ele não pode falar assim: quero que vocês votem em mim, eu vou fazer isso por vocês.

Eles têm contato com todos os Estados. Têm as reuniões regionais e nacional. O movimento também sempre faz um seminário de ano em ano, que era pra fazer. Mas não tem condição de fazer com todos os militantes. A gente decidiu no congresso nacional que teve que todo ano iria ter essa reunião, mas o movimento não tem condição pagar e tá ai planejando qual vai ser o próximo.

A gente tem a reunião interna para discutir as pautas do movimento, as organizações do movimento. A gente também abre para aliados, tem vários

aliados que participam das nossas reuniões internas e tem voz, todo mundo tem voz.(...) Mas na assembleia todo mundo tem voz, coordenadores, militantes, aliados. Todo mundo tem voz e eu acho isso bacana.

- Você mudou sua forma de pensar depois que entrou para o movimento? O que as outras pessoas pensam do Movimento? Como voes atuam para conquistar apoio da população?

Quando a gente não conhece o movimento eu acho que a gente é um pouco fechado, não vê nada ali fora. Tanto é que quando a gente vai trabalhar e vê um ato na rua, a gente passa xingando. Eu acho que a cabeça dele que não veio de nenhum outro movimento é aquilo. Quando a gente tá (sic) fora a gente pensa, nossa tá (sic) acontecendo tudo isso e eu não to (sic) sabendo. Então, independente da pessoa querer vir pro movimento ou não, tanto é que quando nós chegamos aqui para fazer o trabalho de base era difícil demais, porque aqui quando era o governador Roriz, ele dava tudo muito fácil. É leite, é pãozinho, é terra, ela dava um pedaço de terra pra fazer o que quisesse e a gente passava na casa das pessoas. A gente entregamos 900 panfletos, eu, ele (filho) e o pai dele. E quando a gente chegava lá, eles falavam pra gente: uai, vai dar o que, vai dar cesta básica, porque se não vai dar eu não vou. E a gente parava, explicava como que era o movimento. Foi muito difícil, porque imagine você entregar 900 panfletos e aparecer 5 ou 6 pessoas. As vezes a gente tinha que pedir ajuda de São Paulo, porque a gente pensava, passamos esse tempão panfletando e aparece esse tantinho (sic) de gente. Depois Teve um crescimento bem grande na militância, uns saíram outros queriam se afiliar (sic), outros queriam rachar. No começo, depois de 2 anos tinham 30 militantes, mas desses 30 só sobrou 6 militantes e são os que estão com a gente até hoje.

- Qual é estratégia de ação do MTST?

Nós vamos e fazemos um levantamento da necessidade de casa, aí vamos pra cima do governo pra negociar. Há 2 anos a gente foi atrás do governo e nada de negociação. Ai vamos pra cima, vamos invadir órgão, vamos ocupar órgão, vamos queimar rodovia, vamos fechar o trânsito, só dessa forma a gente tem uma pressão.

- Quais as conquistas do MTST para Brasília?

Antes de exigir o MTST aqui, teve propostas pra militantes vir vários anos. Quando não tinha militante do MTST aqui pra São Paulo resolver alguma coisa no DF, com o governo federal tinha que vir ônibus de lá pra cá, de 8, 10, 12 ônibus, imagina o quanto que não gasta cada ônibus vir pra cá. Então foi através das dificuldades do MTST negociar aqui no DF que levou o MTST a vir pra cá. A gente teve muita conquista aqui, depois que a gente veio e também assim se São Paulo ou qualquer outro Estado fala que o governo daqui tá só enrolando, não tá negociando. A gente conversa aqui entre a gente, trava tal órgão que vai resolver o problema. Entao tem uma facilidade muito grande, a gente tem uma base aqui, a gente tem militante, você pega a proposta deles e fala queremos isso e isso do governo. Imagina o tanto que não foi bom eles não precisar (sic) e ficar aqui 2, quase 3 dias, imagina o cansaço, o gasto que não tinha antes.

Entrevista com Joaquim Nóbrega, realizada no dia 08 de Novembro de 2013

Joaquim: o que mais rendeu do movimento dos incansáveis moradores que rende até hoje foi esse aqui.

Gustavo: ah, Terracap contra a Ceilândia, foi o senhor que escreveu.

Joaquim: primeiro que eu escrevi dentro de Ceilândia.

Gustavo: ah, legal

Joaquim: esse não tem mais ele à venda não. O doutor Ronaldo Mozino disse que ia patrocinar mil desse livrinho pra mim, até agora não saiu. Porque os que eu fiz esgotou tudo. Esse aí nós fizemos, foi gozado, nós fizemos no Centro 03 de Ensino. Foi eu, o professor Chico Morbeck, Lúcia Carvalho naquela época, um deu o papel, outro doou o álcool pro mimeógrafo, foi feito no mimeógrafo ainda.

Gustavo: Foi em que década?

Joaquim: Foi em 1976, aqui tem, aí tem a data.

Gustavo: E o senhor ainda tem contato com o pessoal que foi do movimento também, o Chico?

Joaquim: De vez em quando eu encontro com alguns. O professor Chico Morbeck era o que eu encontrava mais, (ele ficava no centro de Ceilândia), mas ele saiu, não sei mais onde ele tá. O cd da menina, essa é minha filha.

Gustavo: Ah é, sua filha?

Joaquim: Teve aqui o mês passado, passou uma semana comigo. Ela é radialista e cantora lá em Patos na Paraíba.

Gustavo: Ah, legal, legal... E quando é que o senhor veio pra Brasília em seu Joaquim?

J: em 1969.

G: Aí o senhor trabalhava na construção civil?

J: Eu comecei trabalhando lá na invasão da Vila Tenório no Núcleo Bandeirante, vendendo jornal na rua. Andava com pacote de coisa de "Correio Braziliense", daquele jornal dos esportes, tinha o jornal "A última hora", eu ainda tenho um original dele aqui, o único que existe, acho que o professor Jevan tem outro...aí eu vendia jornal nas ruas, aí depois comecei a trabalhar como office boy no Hotel Nacional.

G: e quando, quando o governo começou a campanha de erradicação das invasões, aí o senhor tava na Tenório, ou o senhor tava?

J: tava na Vila Tenório.

G: aí o senhor veio também com o pessoal nessa mesma época pra Ceilândia?

J: esse aqui é dum amigo da gente que faleceu, inclusive escrevi até a vida dele, divulguei na igreja Santa Terezinha em Taguatinga. Tem mais um bocado que eu ganhei do nordeste brasileiro, tem do Piauí, do Rio Grande do Norte, tudo quanto é canto. Os meus, meu e do professor Jevan, inclusive ele faz a xilogravura pra mim e eu autorizei ele usar o nome também na capa junto com o meu, né. O último que nós lançamos no... aqui óh, “ABC da Ceilândia” esse é só meu. Esse aqui nós lançamos aí no Forrozão, cerrado do Ceilambódromo, eu e o professor Jevan.

G: a foi?

J: é...e tem esse aqui também que foi o segundo. E esse só foi eu “A vida do Nordestino”, esse aí, eu escrevi ele mais sob pressão. O pessoal brincaram comigo, disse, você escreveu sobre a vida do nordestino, e o “Terracap contra Ceilândia”, e por que não escreve um só a história da Ceilândia? Aí eu lancei o “ABC da Ceilândia”. Aí cada uma letra tem um verso correspondente a ele. A letra “A” por exemplo ele diz assim: Aqui eu conto uma história, muitos anos passados, de um povo que tiveram seu destino traçado, de construir uma cidade num terreno abandonado. Aí a letra “B” eu digo: botaram esse pessoal dentro do mato porém, não sabiam que a Ceilândia que nasceria e hoje tem sua história badalada no estrangeiro também. A letra “C” eu escrevi praticamente comigo, que inclusive o Correio Braziliense divulgou ela, que diz assim: Ceilândia te vi nascer, acompanhei teu progresso, pra te ver progredir mas isso pra Deus sempre eu peço, Ceilândia és o meu lar, pra onde sempre regresso.

O professor Jevan ele me ajuda muito faz as xilogravura, é...digita no computador, que eu não tenho computador né, ele digita, aí eu autorizei ele a por o nome dele junto com o meu, né. Tem o Mestre Joaquim Nóbrega, que ele só chama mestre Joaquim, eu não gosto muito mas, tudo bem, e o professor Jevan. Tem o “ABC da Ceilândia”, não o “Lamento da Sanfona”, ah sim, tem outro que eu tô junto com ele mas, eu to em falta também que é o “Gonzagão em Brasília”, também fui eu e o professor Jevan. Tive o prazer de

conhecer o Gonzagão pessoalmente, em 1972 lá no Hotel Nacional, aí o professor pediu eu escrevi um, o Gonzagão em Brasília.

G: Pois é. E...como é que foi a história do senhor no movimento dos incansáveis?

7:00' - J: agora os incansáveis...quando nós chegamos em Ceilândia em 1971 eu morava nesse lote aqui do lado e o...era o mongrego, eu trabalhava com, na feira junto com ele de sócio nós dois, aí ele foi pro Maranhão e me passou uma procuração pra mim quitar esse lote aí dentro da Terracap, aqui tem vários cordéis de gente do nordeste, de tudo quanto é canto. Aí eu quitei naquela época dentro da Terracap por 1500 cruzeiros, chamava cruzeiro né?. Aí depois veio esse aqui que era do finado meu pai, já faleceu com base de um mês vieram cobrando trinta e poucos mil, aí foi que nós revoltamos . Eu disse por que que o do lado custou só 1500 cruzeiro e aqui trinta? Aí foi que nós conseguimos formar a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia. Aí fomos lutar dentro da Terracap, nessa época era o coronel Eni de Oliveira Castro, era o superintendente de lá, aí ele não queria o acordo, inclusive nesse verso Terracap contra Ceilândia, nesse livrinho, tem um verso que diz assim: O povo da Terracap não querem se entregar, e não sabem que um dia eles sim vão precisar, de um lote bem pequeno para poder se salvar...(risos) É que no caso era um cemitério né...(risos). Aí nós juntamo e formamo no caso a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia e houve a eleição da gente aí no, onde hoje é o restaurante comunitário, naquela época era o Quarentão, aí fui eu e o Eurípedes Camargo na chapa pra presidente. E houve muita confusão, nós chegamos ao ponto até de...um dia invadir o Congresso Nacional, nós levamos seis ônibus daqui de Ceilândia lotado com homem, mulher e criança. Aí quando nós chegamos lá, nessa época até o finado meu pai, inclusive eu tenho até essa foto aí também, é...a gente entregando o abaixo- assinado lá no Congresso Nacional, aí o finado meu pai nesse época já trabalhava na construção, aí quando nós chegamo lá proibiram a entrada da gente. Isso aqui tudo é trabalho meu, que eu escrevo a poesia clássica também, isso aqui eu divulguei na Rádio Nacional, nos anos 80, aqui dos Incansáveis aqui...Os Incansáveis diz o seguinte.

G: o pai do senhor ainda tava vivo, ainda?

J: isso aqui foi lá na casa do professor Jevan, também a minha biografia, aqui Terracap contra Ceilândia... aqui onde nós tamo lá no Congresso

Nacional, Jornal de Brasília do dia 27 de março de 1980, nós tava lá no Congresso entregando...o professor Chico Morbeck, aqui eu, o senador

G: aqui é o senhor?

J: é...nem parece....(risos), nós tava entregando o abaixo- assinado lá na mão desse senador Ipa no Congresso Nacional

11:00' G: e o movimento dos Incansáveis de Ceilândia além dessa, dessa pauta que cumprissem aquela resolução que deixava o preço da moradia do jeito que tinham combinado com os moradores na hora em que eles vieram, tinha outras pautas de luta, além dessa, ou era mais essa mesmo?

J: a nossa briga mais era por o preço do lote né, que inclusive até hoje eu encontro pessoas dentro de Ceilândia, que brinca comigo né, que a gente recebia os documentos nas igrejas, todas as igrejas liberaram pra gente também né. A gente recebia os documentos e levava pra mão dos advogados, que o doutor, o finado doutor Maurício Corrêa liberou três advogados pra gente, através da OAB, era o doutor Luiz Carlos Sigmaringa, doutora Milza e doutor Francisco Macedo, era, foram os três advogados que o doutor Maurício Corrêa liberou e acho que através deles que a nossa questão foi ganha contra o governo, até hoje eu ainda encontro pessoas dentro de Ceilândia que brinca comigo, diz, rapaz quando eu vejo esse velho eu me lembro dos tempo daquela briga dos lote aqui, que ele foi que recebeu nossos documentos aqui na igreja pra levar pra justiça, se hoje eu tenho meu cantinho lá e não paguei nenhum tustão. E isso é bom pra gente que lutou com a coisa. Agora começou exatamente a partir daqui, porque um dia lá dentro do Congresso Nacional eu praticamente chamei o coronel Emir de mentiroso né, porque nós tava numa reunião no plenário do senado federal, aí ele falou que daquela época pra cá dentro de Ceilândia ninguém tinha quitado o lote por esse preço antigo. E eu tava com um recibo desse que eu quitei por 1500 lá dentro da tesouraria da Terracap, tava no meu bolso. Aí eu fui obrigado...eu disse não, não posso ficar calado, aí falei com os advogados, e ele não gostou não, se é uma acusação muito perigosa da minha pessoa eu recorro a minha seção jurídica. Aí os advogados viraram tudo lá, disse não encontraram não. Eu digo agora no tempo que eu quitei ele lá, foi tirado esse recibo em duas vias, a segunda via ficou lá e a primeira veio comigo, então tem que existir uma aí. Aí eles pediram a minha, aí eu disse não, a minha eu não entrego, os advogados falaram pra mim não entregue não, aí tiraram logo um monte de cópia, distribuíram pra os

advogados, e daí começou a rolar a questão. Quando foi com três dias chegou um carro da Terracap aqui no portão procurando esse recibo, eu digo não, o recibo eu guardei em um local seguro eu não digo pra ninguém, nem o coronel vindo aqui eu não digo pra ele e esse recibo até hoje eu acredito que exista na mão da justiça, apesar que a questão já foi ganha, tudo já quitado inclusive esse aqui mesmo já foi quitado, todo mundo já resolveu e graças a deus foi uma vitória pra gente, uma vitória de muita luta, mas foi uma vitória para os moradores de Cêilandia.

G: E o movimento tinha contato com outros grupos, outros movimentos de Brasília, ou partido, ou entidade de classe né, sindicato, igreja quem foi que deu esse apoio? o senhor já falou da igreja mas outros grupos se envolveram também?

J: Também, Teve inclusive (é o rapaz que mora ai, ele mora encostado ai, ele tem essa mania, encosta a patrulha e da uma buzina) e inclusive a professora da UNB, a professora Leda Delgado me convidou pra eu ir lá por causa desse livrinho e que no tempo que Ceilândia começou quem não tinha condições de construir um barraco o serviço social, ela era representante do serviço social, então o serviço social pegava fazia um cômodozinho mais ou menos do tamanho desse aqui dava prego, madeira, tudo, fazia e entregava pra pessoa. Quando foi nessa época a gente precisando do apoio de algumas pessoas que alcançaram o começo de Ceilândia fomo falar com ela e ela negou, o serviço social o serviço social negou ai eu fui no livro e malhei o serviço social né e a professora Leda delgado teve acesso ao livro ai mandou me convidar lá na UNB pra falar por que que eu malhei tinha vários estudantes de direito, medicina, de tudo, e eu até pensei, eu digo bom com certeza, porque quase me processam por causa desse livrinho, uns falavam em prender, outros falavam em processar, eu digo uai, aí a OAB foi que me deu cobertura, aí lá na UNB fizeram muitas perguntas sobre o serviço social, aí eu contei essa história, eu digo é, porque no começo de Ceilândia o serviço social deu apoio à população e agora que nós tamo precisando negaram o corpo então, por isso que eu malhei (risos). Aí até pediram pra eu levar vários livros eu fiquei até com medo, eu falei, vão queimar ou jogar no mato, mas levei, já to na dança vou dançar mesmo. Levei e os que eu levei voltei com a bolsa vazia, vendi tudim lá (risos).

Aí nessa época existia um projeto do governo e eles falavam, era inclusive conveniado com o serviço social, é por exemplo na Paraíba eu tenho um pedacinho de terra, e eu queria ir pra lá e ficar lá, sem voltar pra dentro de Brasília, o governo dava até passagem, a despesa, pra eu ir com toda a família, nas condições de eu ir e ficar lá e não voltar mais. Aí um estudante de direito me fez essa pergunta lá, o que que eu achava desse projeto do governo, eu digo, rapaz isso é uma prova que o governo ta dando que quer tirar o pobre daqui de dentro de Brasília e morrer bem longe dele, porque se morrer aqui ele sente vergonha. Aí perguntaram por que que eu achava isso eu digo ai, eu vim da Paraíba a pouco tempo, que eu tinha ido passear lá, digo a Paraíba ta seca, ninguém planta nada porque não nasce, não tem água, não tem nada, então o que que adianta o cara tem um barraquinho aqui, cresce os olhos nessa despesa que o governo vai dar, vendi e vai embora, chega lá não tem jeito, ele toma o dinheiro emprestado volta pra Brasília e forma novas invasões, vai só dar trabalho pra ele, aí o pessoal até gostaram né, teve uns que que não gostaram, mas a professora Leda Delgado falou, pois é, nós convidamos ele aqui pra ouvir o que ele quiser dizer então deixa ele falar. Aí eu até falei, digo é no livrinho eu falei pouco do serviço social, mas teve coisa que era preciso falar e eu não disse, mas aqui pessoalmente se quiserem ouvir eu digo do mesmo jeito, tem problema nenhum, (risos) gerou quase confusão, mas acabou tudo bem. Aí além da professora Leda Delgado teve também a professora Safira Bezerra Ammann que ela morava era na..ih caramba esqueci agora, era no exterior, e ela escreveu um livro lá, escreveu sobre os Incansáveis da Ceilândia, e no livro dela ela colocou muita coisa do meu aí, a respeito dos Incansáveis. Que inclusive o professor tem esse livrinho, eu não tenho aqui, mas o professor tem ele é o Pra Shis da professora Safira Bezerra Ammann, ela morava parece que era na Argentina, sei que era no exterior. Agora ela ta morando em Natal, no Rio Grande do Norte, mas esse livrinho ainda existe, o professor Jevan tem um, tem muita coisa com o nome dos Incansáveis. Então praticamente além de outros órgãos que nós encontramos a favor dos Incansáveis de Ceilândia também foi a própria Unb, também apoiaram, falaram a favor dos Incansáveis, lutaram, muita gente ajudou também. Teve a OAB que, finado doutor Maurício Corrêa se presto em primeiro lugar pra ajudar e ainda teve outros órgãos, (partidos também-Gustavo), tinha a Pró-gente, tinha a Pró-Gente lá na Ceilândia Norte, tinha é, partidos políticos houve muitos, eu não lembro,

inclusive esse senador que ta com a gente aqui (foto) ele era do, eu não lembro bem, mas aqui nessa reportagem tem, senador Lázaro Barbosa ouviu as queixas dos moradores de Ceilândia, era qual partido...aqui eu não tô achando de qual partido que ele era, mas eu sei, sei que ele era de algum partido político, eu não tô achando aqui. Sei que houve vários partidos políticos dentro do Congresso Nacional, esse aqui é o Lázaro Ramos senador, mas houve muitos outros além dele que chegaram ao ponto de apoiar, de falar a favor da população, a favor de todo mundo né, agora o que mais, eu acho na minha opinião, o que mais chegou ao ponto de fazer com que a questão fosse ganha a favor dos moradores foi a própria justiça brasileira, a própria OAB que reconheceu e deu a questão como ganha para os moradores. Quer dizer com a força dos outros também que ajudaram, mas sempre o doutor Maurício Corrêa que era o presidente da OAB nessa época, foi quem liberou os três advogados e com a ajuda dele graças a Deus aonde a gente ia, alguma reunião, alguma coisa, o pessoal queria proibir, os advogados falavam em nome da população, dos moradores e a gente conseguia graças a Deus conseguimos chegar ao ponto de ganhar a questão a favor da população né. [G: isso, isso] Foi muita luta mas saiu bem graças a Deus.

G: e o senhor lembra como que era mais ou menos a estrutura de organização assim da Associação dos Incansáveis? Tinha assembleia? Quem é que votava? Como é que era essas coisas? [J: Tinha] A direção como é que era organizado isso?

J? tinha toda diretoria, tinha de quinze em quinze dias a gente tinha reunião pra explicar pra população como é que tava o andamento na justiça, nas igrejas os padres liberavam um horariozinho inclusive pra mim, eu era quem anunciava pra população como é que tava o andamento de tudo na justiça. Lá dentro da própria Terracap, aonde é que a gente ia reunir. Uma época também nós fomos expulsos do Plenário da Câmara dos Deputados porque...a população que nós levamos pra lá não sabia que dentro do Plenário naquela época, hoje aplaude, naquela época era proibido, aí os deputados tavam defendendo a população e quando eles falaram a favor da população, aí a população levantou no Plenário e aplaudiram, aí mandaram evacuar a galeria, pra tirar todo mundo, que era proibido aplaudir. Aí os deputados pegaram e mostraram pra gente o Salão Azul, disse senta todo mundo no chão aí que a reunião agora vai ser aqui, aí nós sentamos todo mundo lá no tapete e fomos

atendidos lá. Já que expulsaram nós de dentro do Plenário, nós ficamos lá no Salão Azul e fomos atendidos.

(RISOS)

Mas houve briga pra caramba, mas graças a Deus valeu a pena. Valeu a pena porque, nessa época era o governador Aimé Lamaison, o presidente era o finado João Batista Figueiredo, nós inclusive protocolamos uma carta lá no Palácio do Planalto pra ele, e parece que ele nem leu, nem nada, sei que nós andemos pra caramba, lutamos, mas graças a Deus valeu a pena.

G: e... o senhor, como é que o senhor desenvolveu assim uma consciência, a necessidade de lutar no movimento? E como é que o senhor acha que também, que os outros moradores falaram “não a gente tem que lutar mesmo e tem que se organizar”?

J: ah (marcação) foi porque, aí...começou a partir dos preços né. Porque nós pensamos, como é que um custa mil e quinhentos e o outro vizinho custa trinta mil? Nós desconfiamos que existia alguma, é...igual diz o nordestino, existia alguma traminha nesse negócio, começamos a formar reunião, a falar com um, falar com outro. Aqui mesmo a gente ia na casa do vizinho, fazia uma reunião na casa do vizinho, na próxima ele já vinha pra casa de outro e nós fomos juntando e falando com um e falando com outro e a população passou a acreditar e acabou dando certo o negócio.

Risos

G: e o senhor acha que na época a Associação do movimento dos Incansáveis tinha um papel de...de transformar mesmo ou era mais pressão, era mais pressionar o governo ou a galera organizada, o pessoal organizado tinha, o senhor acha que tinha o poder de mudar mesmo?

J: é... a gente acreditava mais no mudar do que em fazer pressão...era porque, inclusive a gente tinha até um não sei se é slogan que chamam [lema] que a população dizia – O povo unido jamais será vencido [G: aham]- a gente usava isso nos incansáveis como de fato que deu certo, porque a Terracap não queria acordo, o acordo deles era pagar do jeito que eles queria e acabou. Aí lá na justiça, se eu não me engano, acho que ficou decidido o seguinte quem tinha pago alguma coisa parava, parou tudo, e quem não tinha pago também não pagava mais nada, enquanto a justiça não decidisse. E foi exatamente isso que muitos pagou só a metade, outros não pagaram nada e

quem pagou ficou pra o governo, mas lá na justiça foi feito esse tipo de acordo quem pagou alguma coisa ficava, quem não pagou também não pagava mais nada. E essa foi ganho pra população, que inclusive vibrou de alegria porque foi uma luta pesada, mas graças a Deus conseguimos chegar lá.

G: e na opinião do senhor qual foi a maior, ou a maior ou as maiores né se tiver mais de uma, do legado dos Incansáveis pra Ceilândia assim? O que que eles deixaram pros moradores assim?

J: rapaz, [G: que se não tivesse existido o movimento Ceilândia talvez fosse diferente?] segundo o que eu sei que esse terreno aonde a Ceilândia existe hoje, não pertencia a Terracap, não era de governo, isso aqui fazia parte da Força Aérea, que iam fazer inclusive uma base da Força Aérea em Anápolis, mas como lá tinha problema de erosão, isso tudo entraram em estudo com esse terreno da Ceilândia, eu mintto, foi feito em Anápolis tiraram daqui da Ceilândia. Conforme já existia uma época ali na quadra 20, houve uma erosão lá que engoliu muitas casas, por isso que a Força Aérea não construiu aqui. Aí resolveram doar esses terrenos pra população da Ceilândia, das invasões do Núcleo Bandeirante. Mas, se a coisa foi resolveram doar por que que eles vêm cobrando esses preços? Aí foi a revolta. Porque nós tomamos conhecimento da história aí disse não tem alguma coisa errada. Porque se foi a Força Aérea que doou o terreno pra botar a população das invasões, que segundo, inclusive eu soube de um história que tiraram essas invasões do Núcleo Bandeirante, porque disse que os governantes dessa época sentiam vergonha em quem chegava em Brasília pra pousar no aeroporto passava logo por cima de um monte de invasões. Aí resolveram tirar de lá e botar pra bem longe do aeroporto. Aí foi escolhido a Ceilândia. Mas, aí depois porque que a Terracap queria cobrar esses preços? Aí foi a dúvida, aí nasceu os Incansáveis que praticamente deixou pra população não só de Brasília, em muitas partes do mundo, inclusive no exterior em todo canto, deixou uma prova que igual diz no slogan que o povo unido jamais será vencido.

(Risos)

G: legal. Eu acho que é basicamente isso assim...E vocês utilizavam a mídia, como é que a mídia se posicionou nesse momento com os Incansáveis? Veiculavam coisa na tv, no rádio? Vocês utilizavam também pra

fazer propaganda? E era de uma forma boa, como que eles falavam do movimento?

J: era...existiu alguém também, e esse livrinho “Terracap contra Ceilândia” por exemplo, eu fui divulgar ele na Rádio Planalto no programa do Meira Filho, que é lá da Paraíba de uma cidadezinha vizinha a minha, é meu conterrâneo e tudo, e ele negou divulgar. Ele olhou o livro e até quando entrou no ar, porque sempre o radialista tem aquilo, quando tá fora do ar ele conversa com qualquer um, tando no ar ele não pode conversar. Quando ele entrou no ar novamente ele até falou rapaz eu tô com dó de uma coisa, que eu tô recebendo aqui um conterrâneo meu lá da Paraíba, o cara escreveu um livro é poeta, é num sei que, começou aquele negócio de elogiar muito, eu já vi logo que ali, ia haver história não a meu favor, ele disse mas ele escreveu um livro que eu não vou poder divulgar aqui no microfone da rádio, aí eu perguntei pra ele, eu digo por que que ele não podia divulgar o livro, não porque você escreveu coisa aqui que não pode a população ouvir. Aí eu falei com ele, eu digo não rapaz acho que é ao contrário, tem coisa que eu esqueci de dizer aí que a população precisa ouvir. Digo agora você faz o seguinte, não vai divulgar o livro não, ele disse vou não seu Joaquim, aqui no microfone do meu programa não divulgo não. Aí eu digo, eu vou divulgar ele na televisão, aí ele duvidou, disse divulga não, eu disse divulgo, vou divulgar na televisão. E naquela época existia aquele programa o Brasília Urgente, era Álvaro Costa, Celso de Marco a Rose, era...tinha muitos outros, aí eu fui lá. Quando cheguei lá o Celso de Marco pegou o livro e nós fomos lá pro auditório sentamos lá, aí ele deu uma lida, aí falou comigo, seu Joaquim se eu lhe botar frente as câmeras o senhor tem coragem de dizer o que o senhor disse nesse livro? Eu digo rapaz e acho que eu digo coisa pior. Eu fiquei com vontade de dizer mais coisa, mas no livro eu não botei não, ele disse, não eu vou divulgar o seu livro, aí me botou no estúdio, lá na frente das câmeras e eu divulguei na televisão igual eu prometi pro Meira Filho. Daí começou Correio Braziliense, Jornal de Brasília igual tá aqui. É... tinha o jornal também dos Incansáveis que distribuía uma folhinha informativa, aí começou, depois que foi divulgado na televisão e que viram que a questão tava na justiça, e que os moradores tavam começando a ganhar terreno com as coisa, aí começou todo mundo correndo em cima do nome de Ceilândia e dos Incansáveis, era jornal, era imprensa, era

rádio, só o Meira Filho que acabou vendendo a rádio e tá lá na Paraíba, mas não quis negócio com a gente não, foi esse o único.

(Risos)

G: e era qual emissora, seu Joaquim? O senhor lembra quais eram as emissoras?

J: era rádio Planalto.

G: não, ele não quis publicar né? E o jornalista da televisão era qual emissora, a tv?

J: na televisão acho que era o Canal 6, aquele que tem o Brasília Urgente. Acho que era o Canal 6, se eu não me engano era o Canal 6, que era o Celso de Marco, Álvaro Costa, Ralf Siqueira a Rose, eu acho que era o Canal 6 nessa época. Era, que era o programa Brasília Urgente. Aí eu divulguei, Meira Filho negou que eu divulgasse na rádio, eu divulguei na televisão. Aí foi depois dessa época que apareceu o chamado na Unb, depois que eu divulguei ele aí, inclusive eu vendi ele na feira do Guará, na feira de Ceilândia, aí na época do Maurício Corrêa, quando começaram a falar muito que iam me processar, ia me prender por causa desse livro, doutor Maurício Corrêa me deu uma ordem por escrito que tá na mão do professor Chico Morbeck até hoje. Colocando a OAB à disposição dos moradores de Ceilândia, dos Incansáveis, dos moradores de Ceilândia e de Joaquim Bezerra de Nóbrega pra qualquer eventualidade que tiver encontrando na venda de seu livro. Aí convidaram pra Unb, aí começaram a convidar pra tudo que foi canto, e inclusive doutor Maurício leu o livrinho, eu tenho até foto, eu e ele lá no escritório dele lendo o livro. Aí ele disse não faça o seguinte, tá muito pouco o senhor vendendo ele nas feiras, faça o seguinte vai vender nos órgãos públicos. Aí venderam, divulgou até no Jornal da OAB, apareceu bastante divulgação. Mas, que antes ninguém até divulgar esse livrinho que eu não disse lá muita coisa, mas muitos governantes se doeram com o pouco que eu falei.

(Risos)

G: E no momento daquela época do país né, que ainda era um período de ditadura militar teve assim, repressão ao movimento também? Ou foi mais, ou já tava começando a amenizar um pouco se comparado com a década anterior assim onde pessoas foram mortas, torturadas? Foi mais ameno assim pros Incansáveis ou ainda teve repressão, assim?

J: houve repressão, porque pra começar, começou a haver a repressão quando a gente chegava com a população em algum local muita gente queria proibir de reunir, de falar pra população, chegou no Congresso nós fomos expulsos igual eu falei da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, aí depois que viram a imprensa caindo em cima, começaram a divulgar e começaram a elogiar a população e os Incansáveis Moradores de Ceilândia, aí começou a amenizar mais um pouquinho, mas houve repressão. Eu por exemplo quase que eu ia preso por causa desse livrinho, mas graças a Deus não houve nada, ao contrário, nós vibramos de alegria depois da vitória.

Risos

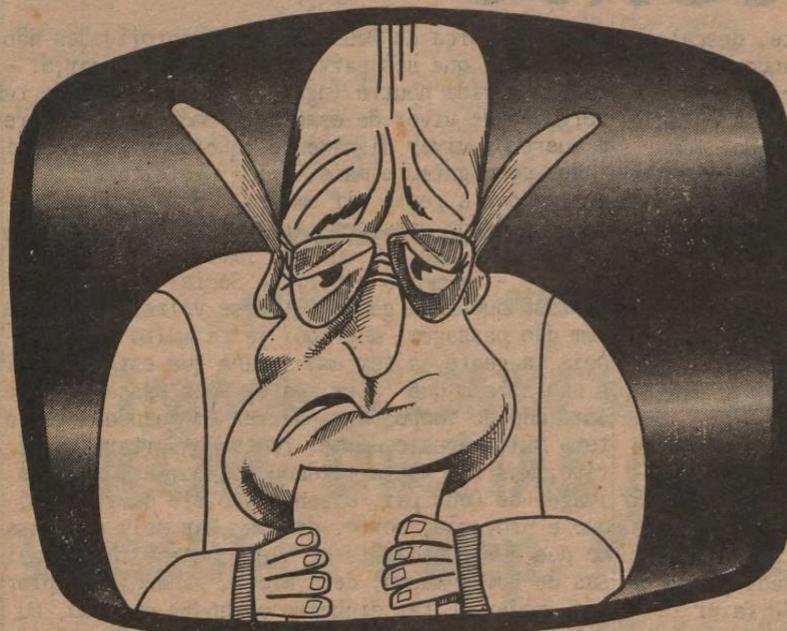
G: como é que o senhor pensa hoje assim o momento político e os movimentos sociais assim no Brasil? Por exemplo tem um movimento que é dos trabalhadores sem teto né também. Como é que o senhor avalia isso hoje na cidade, o papel dos movimentos, sem né porque a gente as vezes não conhece muito e tal mas...?

J:Eu não tenho grande conhecimento porque depois que eu me afastei disso aí houve tanta confusão que eu digo não vou mais mexer com isso porque não sou muito chegado a confusão, porque a repressão existe até hoje né, até hoje existe é sobre sem terra é sobre todo mundo, inclusive qualquer pobre que tá lutando pelos direitos que tem, mas os poderosos não querem dar. Isso aí existe até hoje né. Aí eu não frequento mais, não ando mais. Eu participo aí na casa do cantador, as vezes com o professor Jevan na casa dele só sobre cultura, inclusive a cultura ceilandense e a cultura nordestina, mas mesmo assim a gente ainda encontra quem fala mas rapaz você tá perdendo seu tempo com isso. Quer dizer esse é um praticamente sem cultura nenhuma.

O país todo pede eleições diretas

VOZ DA CEILÂNDIA

BOLETIM INFORMATIVO DA
ASSOCIAÇÃO DOS INCANSÁVEIS MORADORES
DE CEILÂNDIA - ASSIMOC
FEVEREIRO / 84 Nº 12 ANO IV



- NÃO USAREI INDIRETAS CONTRA O FMI

Em todo o Brasil, crescem as mobilizações em todos os segmentos da sociedade pelas eleições diretas. No início de janeiro, 80 mil pessoas conclamaram o direito de eleger o Presidente da República, em Curitiba. No dia 25 do mesmo mês, 400 mil pessoas pararam o centro da grande São Paulo, durante quatro horas.

Em Brasília, sempre presente nas manifestações reivindicatórias pelos direitos do povo, se organiza através de Comitês Pró-Diretas, formados nas cidades satélites e no Plano Piloto. Em Ceilândia, como não poderia deixar de ser por sua inegável raça e consciência, organiza-se para uma grande manifestação PRÓ DIRETAS, que será realizada no dia 26 de fevereiro de 84, na Praça do Encontro às 13 horas, ao lado da Feira.

Nesta manifestação, terá a presença de ilustres políticos de outras cidades, líderes sindicais de Brasília, líderes de nossa comunidade e artistas populares.

Então, dia 26 de fevereiro será o dia em que todos os Ceilândenses mostrarão que também desejam eleger o Presidente da República, através das eleições Diretas, comparecendo na praça do Encontro às 13 horas

PORTANTO COMPANHEIRO, NÃO SE ESQUEÇA. CHOVA OU FAÇA SOL, VAMOS TODOS À PRAÇA DO ENCONTRO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 84. ATÉ LÁ

CULTURA DA CIDADE PAG 02

ESPORTE E LAZER PAG 08

NOTAS IMPORTANTES PAG 03

CULTURA DA CIDADE

EDITORIAL

Companheiros, estamos iniciando mais um ano, ano esse que promete ser duro e que precisaremos lutar bastante para vencer as dificuldades.

Mas vamos falar do nosso jornal, que como você já deve ter notado mudou a cara. É que até o último número, ele estava sendo impresso na gráfica do Sindicato dos Jornalistas, que fechou. Agora passará a ser impresso na gráfica do Sindicato dos Bancários, que nos ofereceu, um melhor preço. Mas para isso tivemos que diminuir o tamanho, mas em compensação aumentou-se o número de páginas.

Mas nada disso irá mudar nossa linha de trabalho, ou seja continuaremos a denunciar, apontar falhas e sempre procurando apontar as melhores soluções. Para isso contamos com a colaboração de todos os nossos leitores, seja enviando matérias, criticando e até ajudando na distribuição.

PRECES DA COMUNIDADE

Senhor, te peço pela minha comunidade. Para que as pessoas se conheçam melhor, e assim haja mais amor.

Para que as pessoas cresçam na fé, e assim verão a Deus.

Para que as pessoas se respeitem mais, e assim sejam mais amigos.

Para que as pessoas se compreendam melhor para que assim haja mais fraternidade.

Para que as pessoas se ajudem mais, e assim haja mais união.

Para que as pessoas sejam mais sinceras, e assim haja mais verdades.

Para que as pessoas vejam a Cristo presente nas pequenas coisas de cada dia, e assim conhecerão a si mesmo e o próximo.

Para que no final de cada caminhada, seja o começo de um novo rumo, junto a Deus.

Para que todas as buscas não sejam em vão, cultivai o pouco que encontraste.

Para que todas as nossas lutas não hajam vencidos, mas somente vencedores.

Para que as pessoas não se critiquem, mas sempre procurem as qualidades do outro.

Para que as pessoas se acostumem com os erros, pois eles as conduzirão aos acertos e à perfeição.

E assim estaremos construindo desde agora, o nosso próprio céu, nosso paraíso, juntamente com Deus, nosso pai, Criador e Zelador. Por todos os séculos amém.

VICENTE F. PEIXOTO

CONTO

... Ele vestia-se mendingamente, descalço, despenteado, sujo, sentava-se num banco na praça do encontro, ao lado, outro companheiro estava exatamente igual. Um das cinco crianças aparentando serem filhos, o arrodeava, choramingando, fome, frio. Era um dia muito frio. Todos passavam mais ou menos agasalhados, como podia, claro. Mas eles não tinham nada para se agasalharem. Alguns passavam comendo. Mas eles não tinham nada para comer. O dia estava acabando, pois já escurecia, então pensei em conversar com eles.

- Vocês estão de passagem por aqui ?

- Não, viemos para ficar, mesmo.

- De onde vieram ?

- Do Nordeste, Ceará.

- Porque, Não estão satisfeitos com a campanha que foi feita para vocês? ou nada chegou até lá ? Não existe esperança de melhora lá?

- Na verdade, a campanha chegou lá. Mas só deu pra um dia. O governo nem está pensando em fazer com que a água fique represada para a população plantar. Quem é rico e pode fazer reserva por conta própria, faz, mas nós que mal temos a terra para plantar e nada mais, estamos perdidos. Esperança, nós temos, mas acreditando em

nós e na força de Deus, pois nas autoridades não, por isso é que nós partimos pra outro lugar, arriscar a vida noutra lugar, a gente também tem vergonha de viver de esmolas, somos trabalhadores e queremos viver dignamente, queremos ser respeitados como gente, e mais, foi o prefeito de lá que mandou a gente vir embora. Tá mandando todo mundo e dando passagem para quem quiser vir.

- E agora o que vão fazer ?

- Primeiro o Serviço Social já apareceu e disse que se a gente quisesse voltar, eles também dão passagem, que aqui já tá muito cheio. Depois, a gente já tem uma semana que estamos aqui e não acho o que fazer, já estamos passando fome, dormindo no tempo, água de vez em quando. A gente toma muita água e dorme, tenta confortar o espírito. Mas vê tanta maldade nos homens, sujando a imagem de Deus pai, dizendo que ele quer assim, que é provação, sorte, destino. Mas nós de lá sabe que num é nada disso, que é outras coisas, coisas de homem mesmo, de avareza, ganância, exploração, poder. É ter dinheiro e mandar em tudo, humilhar roubar mesmo, mas o que eu vou fazer? Ainda não sei... Aqui tem muita terra, muita água, muita investição... Quem sabe...?

NOTAS IMPORTANTES

MOVIMENTO DOS INQUILINOS

O movimento dos inquilinos acaba de fundar a Associação dos Inquilinos da Ceilândia. Desde maio do ano passado, (83) o movimento tem cada vez mais, conseguido juntar pessoas que querem lutar para adquirir um lote e a Associação dos Inquilinos já tem promessa de 6.300 lotes e estudo de uma área provisória para o restante do pessoal que paga aluguel, que chega a 20 mil famílias em Ceilândia.

A força e a mobilização do movimento foram demonstradas no passeio feito dia 28 último ao local dos lotes prometidos, onde compareceram cerca de 20 mil pessoas.

Foi eleita uma pessoa por quadra para representar os inquilinos junto à Associação, o que dá uma dimensão da representatividade do movimento.

A tendência da Associação é criar raízes, com a união de todos, na vontade e na perseverança de lutar para conseguir melhores condições de vida.

MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE

Agora em fevereiro a Pró-Gente será sede da 1ª reunião da Coordenação Nacional do Encontro do Movimento Popular de Saúde.

Este movimento é nacional, e tem o objetivo de travar lutas reivindicatórias pela mudança do sistema de atendimento médico, melhoria de vida e saúde da população em geral, por moradias dignas empregos para todos e terras para morar e plantar. O importante é que cada vez mais, as pessoas estão percebendo o direito que tem e em muitas regiões estão participando do Encontro do Movimento.

Muitas vitórias já foram alcançadas, mas a luta continua. A luta é importante. A união faz a gente ser respeitada!

VAMOS EM FRENTE!

TRANSPORTES COLETIVOS

O transporte precisa melhorar? Claro que sim. E já começou uma nova campanha para isso. De acordo com o zum, zum, zum ouvido nas paradas de ônibus, muita gente concorda com essa nova campanha. Mas muita gente faz questão de lembrar: Porque o governo faz questão de cobrar só de nós passageiros, atitudes como fazer fila, dar lugar aos idosos e gestantes, facilitar o troco, tratar bem o cobrador e o motorista. Será que isto vai resolver a situação? Isso são as pequenas atitudes. E as grandes atitudes, quem é o responsável por elas? As empresas de ônibus não tem nada a fazer? Quem se preocupará com o altíssimo preço das passagens, além de nós, pobres usuários? Quando irão acabar com essa maldita integração? Quando vão deixar de colocar ônibus velhos que sempre quebram no meio da viagem?

Todo mundo concorda que precisa mudar as atitudes. As pequenas e grandes atitudes. Mas as grandes atitudes, são as empresas que são as (i) responsáveis por elas.

COMITÊ PRÓ-DIRETAS DA CEILÂNDIA

Grande COMÍCIO-SHOW PELAS ELEIÇÕES DIRETAS para Presidente da

BALANÇO GERAL ASSIMOC

Na reunião da Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, dia 22 de janeiro, na Pró-Gente, foi feito um balanço das atividades da Associação. Sentimos que, apesar do trabalho andar no caminho certo, pode e deve melhorar.

Abaixo, transcrevemos alguns pontos e sugestões para o melhoramento dessas atividades:

- Sentimos que a participação dos jovens de Ceilândia, poderia ser melhor. Neste sentido, a Associação se propõe promover atividades que atinjam não só ao jovem, mas toda a família, como jogos recreativos, pic-nic, mais seminários, sempre convidando o jovem a participar das outras atividades sempre existentes, como participar

nas reuniões, colaborar no JORNAL VOZ DA CEILÂNDIA, divulgar o trabalho da Associação, etc.

- Outro ponto que a Associação acha que deve melhorar, é a participação de pessoas de religião protestante. Como a Associação sente a necessidade da participação de toda a comunidade, sem levar em conta sua religião, seja católica, espírita, protestante, ou qualquer outra religião, foi tirada uma comissão para discutir com os pastores, uma melhor forma da igreja protestante participar na luta da Associação.
- Falta de divulgação da Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia - A maioria dos moradores de Ceilân

dia conhece a Associação de nome, mas por falta de divulgação, desconhece o trabalho que se desenvolve na Associação. Foi proposto que seja feita uma maior divulgação, através de panfletos entregues na feira, conversas com moradores (foi tirada uma comissão de senhoras para visitar os moradores), promoção de mais atividades, como seminários, ruas de lazer, etc.

Além dessas dificuldades encontradas por nós, nesta reunião, sentimos também que uma das peças importantes para se levar o trabalho adiante, com essas melhorias nas atividades sugeridas, é a sede definitiva de nossa Associação.

INCANSÁVEIS NÃO DESISTEM !

Os Incansáveis da Ceilândia não desistem mesmo. Desde 1979, às voltas com a justiça para impedir a injustiça que se faz com a Ceilândia, eles tentam obter preços justos da Companhia Imobiliária de Brasília, a TERRACAP.

A história começou com a Ceilândia, em 1971. Quando da remo

A decisão não ia dar outra. Veio em 1979, prejudicando os moradores. Os lotes começaram a ser regularizados com preços alatórios bem superiores aos estabelecidos em 1971, pelo Diário Oficial.

Desde então, os Incansáveis entraram com todo fôlego em defesa de sua cidade. O que eles

tropolitana, procurou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, que alardeia ter feito uma "opção preferencial pelos pobres", mas não obteve nenhuma ajuda. Todo mundo disse que ia ajudar, que "ia encaminhar o problema".

Na segunda instância, Os Incansáveis também ganharam, mas o Desembargador Manoel Coelho

C

BENS COMUNITÁRIOS (1)

Apesar das estatísticas demonstrarem que Ceilândia possui o menor índice de depredação do telefones públicos, isso não nos serve de consolo, pois, se analisarmos a situação dos bens públicos, ou seja, de uso permanente pela comunidade, verificamos que se encontram em estado de degeneração completa.

Mesmo no caso dos telefones públicos, vez por outra encontramos um aparelho danificado e geralmente só vamos encontrar outro à algumas quadras.

Dando uma olhada nos Centros Comunitários e Escolas, verificamos que muros, grades, telhados e vidraças estão parcialmente destruídos, devido a pedradas, pauladas ou mesmo por pichações com palavras na da amistosas.

As poucas praças, principalmente as das chamadas Escolas Cole... totalmente destruídas pela passagem de veículos ou carre

tas carregadas com material de construção.

É comum encontrarmos bocas de bueiros (dos poucos), completamente abertas, porque retiram as tampas de ferro para serem vendidas ao ferro velho, ou encontrarmos árvores quebradas e lâmpadas da iluminação pública traçadas por pedradas de estilingue.

Pessoas inescrupulosas (que, por incrível que pareça, fazem parte da comunidade e se utilizam destes bens ou serviços), são responsáveis pela destruição, esquecendo-se de que não são donas dos mesmos. E mesmo que fossem, não teriam o direito de destruí-los.

O leitor perguntaria: "O que eu tenho com isso?". Acontece que esses bens "não são do governo" ou "não custou o meu dinheiro", como muitos dizem. São nossos. Em absoluto.

Em primeiro lugar, porque "o governo" não se utili-

za desses bens (ou utiliza o mínimo possível). Em segundo, tudo isso custou o seu e o dinheiro de todos nós, porque é

com o dinheiro dos impostos que pagamos, seja diretamente ou indiretamente, através de mercadorias que todos nós compramos, em cujo preço está inserido o imposto ou com o dinheiro do nosso FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que estes bens são colocados ao nosso dispor.

É preciso que tomemos consciência de que estes bens não nos foram dados de presente, de sentirmos a necessidade de preservá-los, porque são úteis à toda a comunidade e, acima de tudo, porque foram construídos com dinheiro do nosso bolso e não dos cofres municipais ou federais, como é comum se pensar. Mesmo porque, somos nós os responsáveis pelo enchimento desses cofres.

QUEM PAGA OS GASTOS DO GOVERNO?

Todos os gastos feitos pelo governo do Brasil, do DF ou pela Administração Regional da Ceilândia fazem alguma obra, como asfaltamento, calçamento, limpeza pública e a implantação do esgoto, quem está pagando é o governo, mas com o dinheiro que recebeu do povo.

Como se percebe, quem paga tudo no país é o povo direta ou indiretamente, através de impostos. Porém, para as pessoas menos informadas, parece que o governo é bonzinho e dá de graça para nós os melhora-

mentos necessários à nossa cidade.

O governo sempre se refere a imposto, como se só existisse o imposto de renda, que as pessoas mais ricas pagam, porém, existem outros tipos de impostos que são pagos por todos.

Quando compramos roupas, comida, cigarro, bebidas, material de construção e material escolar, já estamos pagando vários impostos.

Para se ter uma idéia veja este exemplo: um maço de cigarros HOLLYWOOD cus-

ta cr\$ 620,00 no selo, se o governo não cobrasse impostos, nós pagaríamos apenas cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros) pelo mesmo maço de cigarros. Como se vê, nós pagamos muitos impostos sem saber, e com estes impostos, já estamos pagando também, todas as melhorias recebidas por nossas cidades.

Apesar de dizerem que pobre não paga impostos e ele paga quase o mesmo tanto que, as pessoas mais ricas. Aliás, é o único momento que o governo trata igual a pobres e ricos, é na hora de cobrar impostos

ESGOTO

ATÉ QUE ENFIM!

Está chegando nas QNNs 1, 3, 5, 7, 9, 17, 21, 23 e 25 da Ceilândia Norte o tão falado esgoto. E até que enfim. Depois de muita luta. Brigas, vai e vem à Administração, documentos, cartas, seminários, o trabalho está só começando. Vamos torcer para que a verba não a cabe antes que seja concluída a bendita e tão sonhada obra.

Informamos ainda, que, para comprovar a luta de todos nós moradores, o Presidente da Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia (ASSIMOC) Eurípedes Pedro de Camargo, este ve presente à assinatura do contrato que repassa a verba do esgoto, no ano passado.

Agora, gostaríamos de lembrar mais uma vez que isso tudo é graças à força da união de todos nós que percebemos a necessidade de infra-estrutura para manter o bem-estar social de todos, assegurar a saúde de toda a comunidade, colocamos como prioridade em nossas reivindicações.

Companheiros, nossa boca não pode fechar. Enquanto houver problemas devemos nos manifestar, para que sejam resolvidos. Somos nós os responsáveis pela melhoria de nossas vidas. Se você cala está contribuindo para o aumento do sofrimento de todos nós. Vamos nos unir e lutar.



Desemprego, a triste realidade do Brasil

A Gazeta Mercantil de 04.01.84 fez uma reportagem sobre o desemprego em São Paulo. Foram 450 mil operários demitidos, na indústria paulista de transformação - responsável por cerca de 60% do Produto Industrial.

Ainda segundo a reportagem essas demissões significam uma redução de 24% no quadro de pessoal das empresas industriais em relação ao exército de 2 milhões de trabalhadores de que dispunham em 1980. Somente no ano passado foram cortadas 135 mil pessoas dessa força de trabalho. Em razão da forte recessão as empresas fecharam o ano de 1983 com um número de operários igual ao que possuíam dez anos atrás quando tinham 1,5 milhão de empregados. Em dezembro passado foram demitidos 4 mil trabalhadores;

na última semana de novembro, 5,4 mil operários dispensados.

Para 1984 a perspectiva é sombria. O desemprego vai continuar firme. Nós trabalhadores não podemos ficar de braços cruzados enquanto milhões de trabalhadores ficam sem emprego; enquanto milhões de brasileiros passam fome e privações em razão desta miserável recessão. Temos que nos mobilizar para liquidarmos com esse modelo econômico infame que vem ceifando impiedosamente milhares de vidas do povo brasileiro. Temos que nos unir a outros trabalhadores para encontrarmos uma saída. A solução que o Governo brasileiro tem nós já conhecemos: arrocho salarial, recessão e submissão ao FMI. Ânimo, minha gente. Vamos à luta antes que seja tarde. Transcrito do Informativo Bancário, janeiro/84.

CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Estamos constatando, ao fazer uma avaliação dos últimos anos que a comunidade em particular e os setores de uma maneira geral, está cada vez aumentando mais o nível de consciência política e crítica. Faz parte do passado, o tempo em que se aceitavam tudo calado, com Deus a serviço, ou seja, como Deus quiser.

Primeiro, Deus não quer a injustiça, a fome e a pobreza. Segundo, esse modo de pensar é alimentado por aqueles que não querem mudanças, não querem sair do trono, que são os patrões, os donos do poder.

O conhecimento e a certeza de que deve participar dos rumos de sua vida e de seu país, unindo-nos uns aos outros, é que nos levará a um nível de vida melhor, com todos contribuindo para a construção de um mundo melhor.

LUTAS / 84

Importantes momentos políticos avizinham-se para o povo brasileiro em 1984. O ano está marcado por duas lutas: O combate à mais grave crise econômica de nossa história e a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República.

A conquista das eleições diretas coloca em pauta a possibilidade de um governo democrático, ligado às lutas econômicas, sociais e políticas, e um compromisso com o povo brasileiro.

Somente as eleições diretas pode dar ao povo brasileiro, o entusiasmo para enfrentar a forte crise econômica implantada pelo governo atual.

As eleições diretas é o acontecimento mais importante desde 1964, e restabelece a democracia em nosso país.

COMPANHEIRO, NÃO SE ESQUEÇA: DIA 26 NA PRAÇA DO ENCONTRO ÀS 13hs. COMÍCIO PRÓ-DIRETAS!

EXPEDIENTE

RESPONSÁVEL: ASSOCIAÇÃO DOS INCANSÁVEIS MORADORES DA CEILÂNDIA.

EQUIPE

CARLOS JORGE, CRISTINA EDUARDO, EURÍPEDES, FELÃO GERALDO, MARCIANO, NILZA NOÉ, VENTANIA, E PARTICIPAÇÃO DO CHARGISTA LANE.

MANCHETES IMPOSSÍVEIS

MARIA DE LOURDES: "SOU PELAS DIRETAS".

CORONEL ENY: "OS INCANSÁVEIS ESTÃO COM RAZÃO".

DE UM INCANSÁVEL DA CEILÂNDIA: "DESISTO DE LUTAR CONTRA A TERRACAP!".

DE EURÍPEDES, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO: "NÃO ESQUECI NADA

DE RUBIM BENDER: NÃO QUERO SER ADMINISTRADOR DE CEILÂNDIA."

SONETO DIRETO

A situação não está boa, como já disseram os profetas.

Não podemos ficar atoa: Vamos melhorar com DIRETAS.

Colombo começou com o ovo, nós começamos a caminhar.

Com força que vem do povo, Vamos exigir e VOTAR!

Votar pela Democracia, escolhendo e elegendo desde que seja DIRETA seja a via.

Desde que não seja vazia vamos continuar fazendo reuniões e comícios noite e dia



LAZER E ESPORTE

V_S_O
O_A_O_O
CR_Z_IR_O

D_SP_R_I_VA
A_E_I_A

C_A_Ã
P_NTE PR_T_
A_L_ETIC_
C_LO_A_O
R_AS_LI_
N_U_IC_
P_ISSA_D_
N_CIO_A_
BA_G_

TORNEIO DE DOMINÓ



• Dominó é um dos esportes de mesa que tem grande penetração em nossa comunidade. Um dos motivos é ser barato, e outro motivo é porque ocupa pouco espaço. É jogado entre pais e filhos e vizinhos, o que contribui para um melhor relacionamento entre pais, filhos e vizinhos.

Nos fins de semana, em todas as ruas a gente ouve a batida das pedras na mesa. O pessoal vem organizado torneios mistos masculino e entre casais. A propósito, está marcado um torneio de dominó, para o dia 11 de março, o primeiro torneio de 1984, o qual classificará 12 duplas que disputarão com outras 12 do setor "O".



PROGRAMA POPULAR

SERTANEJO

Olhai moçada! idealizado por uma equipe de músicos e compositores de Ceilândia, nasceu o "Programa Popular Sertanejo" com o objetivo de divulgar a música criada e cantada em nossa cidade.

Este programa é realizado sempre no último domingo de cada mês, na Pró-Gente, abaixo da 23 Norte, às 15 horas.

Dirigido por seu apresentador titular, Antônio José, se apresentam artistas como Raimundo de Nazaré, Moacir Félix, Jota Erre, Joselito, Aiton, Sônia Maria, Lourival, Wando, as duplas Djamaro e Djamar, Erconides e Bartolomeu, Delvanito e Delvamir, além dos conjuntos Frank e Toni, Afrosamba e Trio Brasileirinho do Forró entre outros.

Se você gosta de boa música, táí uma boa pedida. Dê uma chegada lá. Leve sua família e amigos. Passe uma tarde de domingo curtindo um ambiente agradável e sadio, ao som dos mais variados ritmos da Música Brasileira.

Pró-gente

MUHA PRECUPAÇÃO NÃO É COM OS ESCANALOS QUE VEM A TOMA, MAS COM O QUE DEIXA DE VIR!



NA PRÓ-GENTE, EXISTE ESPAÇO PARA LAZER: UMA QUADRA DE FUTEBOL DE SALÃO E BASQUETE, UMA QUADRA DE VOLEIBOL, UM CAMPO PARA FUTEBOL, ALÉM DE SALÃO PARA JOGOS COMO DOMINÓ, DAMAS, XADREZ, PING-PONG, BARALHO ETC. A UTILIZAÇÃO DESTES ESPÁCIOS E MATERIAL EXISTENTE É ABERTO PARA TODA A COMUNIDADE EM GERAL. ÚNICA EXIGÊNCIA É A CONSERVAÇÃO DO MATERIAL E DAS ÁREAS. VENHA PARTICIPAR !!



ONDE OS GRUPOS DE TEATRO DA CEILÂNDIA?



¹⁴ Algumas alterações foram realizadas na forma deste documento para que fosse possível incorporá-lo ao trabalho. Para visualizar este documento integralmente acesse: <http://www.mtst.org/linhaspoliticasorganizativas.pdf>



Quem somos?

O MTST é um movimento que organiza Assim, o espaço em que milhões de trabalhadores urbanos a partir do local em lhdores no Brasil e em outros países tem se que vivem: os bairros periféricos. organizado e lutado é o território. É aí que

Não é nem nunca foi uma escolha dos o MTST se localiza: Somos um movimento trabalhadores morarem nas periferias; ao territorial dos trabalhadores. contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores entorno destas reivindicações e de suas lutas.

Somos um Movimento territorial

Nós trabalhadores temos várias formas de nos organizar em busca de nossos direitos. Nas fábricas e nas empresas, nos organizamos por meio dos sindicatos. No território periférico, os bairros em que moramos, nos organizamos em movimentos populares. O MTST atua nas periferias para fazer a luta por nossos direitos. Por isso é um movimento territorial.

Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores(desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas.

Nossos objetivos

O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Sabemos que na atual forma de organização social não há espaço para a realização dos interesses da maioria, os trabalhadores. Tudo é transformado em mercadoria, inclusive nós próprios e nossos direitos. Apenas uma minoria tem acesso a condições dignas de vida. E o Estado atende exatamente a esta minoria. Por isso nossa luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra. Mas é preciso um intenso e longo acúmulo de forças para atingirmos nossos objetivos principais. Todas nossas ações devem estar voltadas para fortalecer nosso caminho rumo a estes objetivos. Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização, dentre muitos outros fatores.

Podemos resumir esta meta na seguinte idéia: construção de poder popular. Ou seja, a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores. Na prática, isso significa estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado.

Nossas bandeiras de luta

O MTST luta por moradia, é um movimento de sem-teto. O direito à moradia digna é uma bandeira central do nosso movimento. Mas não é única: o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar dignamente - o sem teto - também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infra-estrutura básica em seu bairro e a muitas outras necessidades. Por isso, afirmamos que o MTST não é um movimento de moradia. Lutamos por moradia, mas entendemos que esta luta é parte de uma luta maior por condições de vida dignas.

É aqui que entra nossa proposta de uma Reforma Urbana. Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante.

Assim, a bandeira de uma Reforma Urbana profunda e popular torna-se uma luta fundamental contra os interesses do capital.

Nossas formas de ação

As formas de atuação do MTST estão centradas na luta direta contra nossos inimigos. Isto é importante porque nos diferencia da maioria dos movimentos urbanos, que optaram por focar suas ações na participação institucional: negociações de projetos com o Estado, participação em Conselhos (conselho de habitação, das cidades, orçamento participativo, etc.) e parcerias com os governos. Embora, o MTST também saiba negociar, para nós esta parte do processo está sempre em função das mobilizações e ações diretas de pressão.

Nossa forma de ação mais importante são as ocupações de terras urbanas. Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construindo um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de prédios públicos. Entendemos também que as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. Não podem ser uma ilha de lutadores; mas devem avançar para uma integração com as demandas dos

trabalhadores que não participam diretamente dos acampamentos, ampliando nossa referência.

Por fim, uma forma de ação que é estratégica para o MTST são os bloqueios de rodovias e avenidas importantes. Por essas vias circulam as mercadorias das fábricas até os locais de venda, o que faz com que nossos bloqueios representem para o capital algo parecido a uma greve: não conseguem vender suas mercadorias. Estas ações, por isso, afetam o coração do sistema, gerando enormes prejuízos aos ricos e fazendo com que nossas reivindicações ganhem uma importância maior.

Nossos princípios de organização

O MTST tem sua organização baseada em alguns princípios. Encaramos a coerência com estes princípios como condição para a atuação de qualquer militante no movimento. São eles:

- **Unidade na ação e liberdade na discussão** – Os militantes devem ter o direito de se posicionar e debater suas propostas nos coletivos em que fazem parte. Mas, uma vez definida a posição coletiva (por consenso ou voto) têm que atuar de acordo com ela.

- **Decisão coletiva e responsabilidade individual** – As decisões no MTST são tomadas coletivamente: os militantes de cada coletivo devem participar da definição das linhas, posições políticas e dos planejamentos e avaliações. Mas, divididas as tarefas, o companheiro que assumi-la tem a responsabilidade de realizá-la e prestar contas ao coletivo.

- **Só decide quem atua** – Todo militante do MTST tem que participar de algum coletivo e assumir alguma tarefa. Só há espaço no movimento para aquele que estiver comprometido com a execução das decisões tomadas, isto é, com alguma tarefa de construção.

- **Disciplina militante e valores socialistas** – O militante do MTST precisa ser coerente em sua conduta com a proposta do movimento. Deve ser exemplo para o conjunto. Isso significa também não reproduzir as ideologias que combatemos: opressões, discriminações (a mulheres, negros, homossexuais) e valores individualistas.

● **Transparência nas relações** - É fundamental no MTST que as posições e diferenças sejam tratadas de forma clara e transparente. Assim também deve ser nossa relação com a base social do movimento. Entendemos que a transparência, ao lado do respeito às diferenças, é a melhor maneira de evitar os divisionismos tão frequentes na esquerda.

● **Construção de poder popular** - Este princípio se expressa em duas questões fundamentais: autonomia e formação política. Autonomia significa que as decisões do MTST são tomadas pelo MTST, sem interferência de qualquer outra organização ou do Estado. A formação política - como princípio - significa a proposta de formar continuamente militantes na base do movimento para assumirem responsabilidades políticas e participarem das decisões. Ou seja, o MTST deve ser conduzido pelos trabalhadores e deve haver um esforço organizativo para preparar cada vez mais trabalhadores para dirigirem a organização.

Nossa forma de organização

O MTST é uma organização coletiva. A forma de organizar o movimento e suas lutas tem como alicerce diferentes tipos de coletivo. No geral, devemos buscar construir 3 tipos de coletivos, cada qual com sua função:

● **Coletivos Políticos** (Coordenações Estaduais e Coordenação Nacional) - tem a função de tomar as decisões políticas gerais do movimento, no estado ou no país.

● **Coletivos Organizativos** (Setores) - tem a função de tomar decisões e executar tarefas em relação a diversas questões necessárias para a construção do MTST.

● **Coletivos Territoriais** (Coordenações de Acampamento, de Núcleos e Coordenações Regionais) - tem a função de tomar organizar o trabalho territorial do MTST, na relação com a base, decidindo e realizando as tarefas referentes ao seu espaço de atuação, seja a ocupação, o núcleo ou uma região mais ampla.

Cada militante que está em um coletivo representa determinada tarefa, seja esta territorial ou organizativa-setorial. E o cumprimento da tarefa deve ser submetido à avaliação coletiva de tempos em tempos (1 ano ou 4

meses, conforme o coletivo), podendo modificar o militante responsável. Assim, garantimos uma avaliação constante e a possibilidade de rotatividade dos militantes nos coletivos.

Quanto aos setores, atualmente temos os seguintes:

- Formação Política - responsável pela formação dos militantes.
- Articulação - responsável pela relação com o Estado e aliados.
- Organização - responsável em garantir o funcionamento coletivo.
- Segurança - responsável pela autodefesa da organização.
- Autossustentação - responsável em desenvolver propostas de financiamento.

- Finanças - responsável pela organização dos recursos e prestação de contas (pode estar junto com a autossustentação).

- Comunicação e Simbolismo - responsável pelos canais de divulgação do MTST e pelo fortalecimento de identidades simbólicas próprias.

É claro que o conjunto destas formas de organização (coletivos políticos, territoriais e setores) é parte de um processo de construção. Nem todos os estados conseguiram desenvolvê-las, os ritmos são diferenciados. Mas, respeitando as dificuldades e ritmos de construção do MTST em cada estado, devemos ter esta proposta como uma referência organizativa unitária.

Além disso, temos um desafio organizativo a superar: construir, a partir das experiências de atuação em cada estado, um documento de Normas de funcionamento do MTST, que estabeleça de forma clara e unitária as regras que norteiam as relações entre os militantes e os coletivos na organização.

A organização de nossas ocupações:

A ocupação de terrenos urbanos é a principal forma de ação do MTST. Boa parte de nosso esforço militante está orientado para construir e sustentar as ocupações. Por isso, precisamos buscar fazer da ocupação muito mais que uma luta por moradia, mas sim uma ferramenta para o acúmulo de forças do MTST rumo a nossos objetivos.

Temos experiências muito diversificadas de ocupações nos estados em que atuamos, que expressam as especificidades de cada região. Mas existem algumas metas que precisam ser comuns a todos nossos acampamentos:

● Formação de novos militantes - as ocupações são o momento em que o MTST amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenações de acampamento, eleitas pela base, que, ao assumir as tarefas organizativas e políticas da ocupação, se integram ao MTST.

● Organização e mobilização coletiva - as ocupações devem representar a primazia das soluções coletivas sobre as individuais, tanto através da mobilização como via para conquistas, quanto na construção de espaços coletivos, tais como cozinhas, saraus, biblioteca, dentre outros.

● Territorização - O local onde fazemos uma ocupação é algo determinante para a influência que pode ter. Fazer um acampamento próximo ao Palácio de Governo, ou ao lado de uma importante rodovia, ou ainda próximo de um grande porto ou aeroporto nos dá um poder de intervenção muito maior do que fazer no final da cidade, próximo à área rural. Por isso, aliás, que construímos o MTST em Brasília.

● Referência nas comunidades - Um acampamento sempre acaba, seja com o despejo ou com a conquista. Por isso, a referência de nossa atuação tem que ir além da ocupação, ampliando-se para as comunidades próximas. A maioria dos acampados vem destas comunidades e, em caso de despejo, podemos continuar o trabalho com eles neste entorno. Esta tem sido a experiência dos núcleos comunitários, já realizada pelo MTST em alguns estados. Precisamos expandir iniciativas como essas para ampliar nossa referência nas periferias. Assim, a ocupação seria um ponto de partida para um trabalho muito maior. A construção da Periferia Ativa, onde for possível, é uma iniciativa que vem responder a esta necessidade.